ATA DA 1ª REUNIÃO DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos quinze dias do mês de setembro de 2026, às nove horas e dez minutos, na sala online da plataforma RNP, realizou-se a primeira reunião do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

A) Apresentação dos participantes do Eixo

- Coordenador do Eixo: Brito
- Relatora do Eixo: Kênia
- Secretária do Eixo: Renata
- Delegados do Eixo

B) Explicar a importância desse Eixo Transversal

C) Apresentar os Documentos para leitura:

1) Resolução: Traz o regulamento para funcionamento da etapa atual das plenárias do PDI, a dinâmica das plenárias e as atribuições de cada um nesse processo;
2) Diretrizes e recomendações;
3) Guia prático.

Metodologia:
a) Apropriar-se da Plataforma contendo as propostas do Eixo;
b) Iniciar pelas propostas novas;
c) Ao concluir as propostas novas, seguir com as discussões e votações das propostas de atualização;
d) Verificar as propostas que são próximas (responsáveis: componentes da Mesa), para discussão em conjunto na Plenária;
e) Segunda data do cronograma (16/09): realizar as leituras dos documentos e das propostas (delegados/as);
e) Terceira data do cronograma (17/09): Iniciar as discussões e votações das propostas efetivamente.

Registro:

QUESTÃO DE ORDEM DE FERNANDO HENRIQUE:
A plenária inicia com 13 delegados de um total de 29, solicita compreender se ainda assim esvaziado compensa iniciar.
Brito informa que será realizado primeiramente a apresentação da metodologia e que na data de hoje não haverá apreciação das propostas, apenas da Metodologia. Renata informa que não há previsão de quórum no regimento.

BRITO:
Informa que a reunião de hoje será para apresentação dos membros, da metodologia e do cronograma. Não tendo ainda votação de propostas. É realizada a exposição dos documentos, da página do congresso, do caderno de votações.

CHARLES :
Dúvida sobre exclusões, fala-se nas recomendações que as exclusões possuem efeito dominó. Explica-se que enquanto plenária temos o poder de aproveitar metas e ações e depois realocar em outros objetivos, por exemplo.

RENATA:

Explica sobre os tempos: 3 min para defesa, 1 min para ordem, encaminhamento e esclarecimentos, 30 s para votação.
Explica-se sobre o empate. Que fica orientado que casos de empate a proposta mantém no caderno com a observação para a terceira etapa. Charles pergunta sobre questões de alteração de texto como faria. Brito apresenta que pode ser deixado para o final para tempo de amadurecimento e decisão.

LUDMYLLA:
Pergunta sobre os dias e horários se serão definidos por coletivo, Brito responde que a decisão será feita pela mesa e depois compartilhado com o prazo de 48 h via memorando.

BRITO:
Reforça que amanhã, dia 16.09.26, a atividade será o estudo do caderno e começará a votação na quinta feira, dia 17.09.26 às 2:00hs.

PRESENÇA:

Registra-se que o delegado Thiago Wedson Hilario justificou ausência.

Registra-se os delegados participantes da reunião:

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - mesa diretiva (relatora)
Rafael Gonçalves Borges - docente
Fernando Augusto Messias - técnico administrativo
Cátia Dias Marques - ações inclusivas
Fernando Henrique Silva Carneiro - docente
Thiago VedoVatto - docente
Elza Gabriela Godinho Miranda - docente
Ana Beatriz Machado de Freitas - ações inclusivas
Maria Carolina da Cruz Miranda - docente
Ludmylla Ribeiro Pessoni - técnico administrativo
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos - técnico administrativo
Vinícius Sousa Ferreira - diretor (membro nato)
Helen Betane Ferreira Pereira - diretora (membro nato)
Wanderley Azevedo de Brito - mesa diretiva (coordenador)
Charles dos Reis Alves - técnico administrativo
Renata David de Moraes - assistência estudantil / mesa diretiva (secretária)

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 10 horas e 30 minutos. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderley Azevedo de Brito**, **DIRETOR(A) - CD3 - REI-DE**, em 25/09/2026 19:05:50.
- **Renata David de Moraes**, **COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 21/09/2026 12:30:18.
- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo**, **PEDAGOGO-AREA**, em 18/09/2026 18:15:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/09/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 822160
Código de Autenticação: 5b242420d6

ATA DA 2ª REUNIÃO DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 17 dias do mês de setembro de 2026, às 14 horas e dez minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a segunda reunião do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apresentação da metodologia da reunião
Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Brito inicia informando o roteiro da reunião e que seguirá a sequencia por temas pré definidos pela mesa e não pela ordem de apresentação do caderno. Desta forma, compreende-se que haverá enriquecimento na apreciação e debate das propostas.

Registra-se que a apreciação do objetivo 1 ficou suspensa devido ao encaminhamento realizado de trazer nova proposta no formulário, com apresentação de novo texto para o objetivo, a meta e as ações. Para esse objetivo foi apresentada proposta de encaminhamento da Renata que não foi aprovada (2 votos favoráveis. 8 votos contrários, 1 abstenção). Uma nova proposta de encaminhamento foi apresentada pelo Delegado Charles para constituição de um GT com o objetivo de reorganizar parte do texto. Esse encaminhamento foi aprovado pela plenária, sendo constituído um GT composto por Charles (coordenador), Iarle, Renata e Maria Carolina.

Registra-se que o objetivo 7 e a meta 1 do objetivo 7 foram aprovados por consenso.
Registra-se que a ação 1 da meta 1 do objetivo 7 foi aprovada por consenso com uma alteração de texto também aprovada por consenso. Bloco de objetivo 7 encerrado.

Registra-se que o objetivo 8 e a meta 1 do objetivo 8 foi aprovada por consenso com uma alteração de texto também aprovada por consenso.

Registra-se que as discussões da plenária pararam no tema “ingresso”, na ação 1 da meta 1 do objetivo 8.

Fica registrado que Renata enviará a convocação para as próximas reuniões.

PRESENÇA:

Nenhum delegado registrou justificativa de ausência.

Registra-se os delegados participantes da reunião:

Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Rafael Gonçalves Borges - Docente
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Fernando Augusto Messias - Técnico/a- Administrativo/a
Simone Paixão Araújo - Gepex
Elza Gabriela Godinho Miranda - Docente
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Wanderley Azevedo de Brito - Mesa Diretiva (Coordenador)
Helen Betane - Diretor/a (membro nato)
Iarle Sousa Ferreira - Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 17 horas e 15 minutos. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderley Azevedo de Brito, DIRETOR(A) - CD3 - REI-DE**, em 25/09/2026 19:08:04.
- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo, PEDAGOGO-AREA**, em 21/09/2026 21:57:34.
- **Renata David de Moraes, COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 21/09/2026 12:29:24.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/09/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 822701
Código de Autenticação: 388ff7bc3a

ATA DA 3ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 22 dias do mês de setembro de 2026, às 14 horas e 38 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a terceira plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apresentação da metodologia da plenária
Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Brito justifica a presença da Priscylla que estará substituindo a Kenia durante as ferias na relatoria. Agradece e faz as boas vindas.

Registra-se:
A Plenária inicia a apreciação da ação 1 da meta 1 do objetivo 8: aprovada por consenso com uma alteração de texto
Apreciação do objetivo 9: 10 favoráveis 3 contrários 1 abstenção para a inserção do objetivo. Alteração de texto proposta por Renata aprovada por consenso.
Apreciação da Meta 1 objetivo 9: proposta aprovada por consenso com alteração proposta por Renata e Charles
Apreciação da Ação 1 Meta 1 objetivo 9: Renata apresenta proposta de encaminhamento para alinhamento do texto: 14 a favor 2 contra 0 abstenções.
Apreciação do objetivo 17: Charles e Carolina apresentam proposta de encaminhamento para alinhamento do texto. Proposta aprovada por consenso.
Apreciação da Meta 1 objetivo 17: aprovada por consenso.
Apreciação da Ação 1 Meta 1 objetivo 17: Alteração de texto proposta por Renata e Charles aprovada por consenso.
Apreciação do objetivo 18: objetivo suspenso mediante submissão de nova proposta a partir do encaminhamento realizado de constituição de um GT para sua construção juntamente com suas metas e ações.
GT formado por : Walmir e Fernando Messias.

Fica registrado que Renata enviará a convocação para as próximas plenárias.

PRESENÇA:

Nenhum delegado registrou justificativa de ausência.

Dois delegados - Elza e Thiago Wedson, no momento da convocação, questionaram a respeito da sobreposição de horários da plenária do Eixo IPE com o Eixo Ensino e Extensão e Cultura.

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Wanderley Azevedo de Brito - Mesa Diretiva (Coordenador)
Priscylla Dietz Ferreira Amaral - mesa diretiva (relatora)
Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Fernando Augusto Messias - Técnico/a- Administrativo/a
Iarle Sousa Ferreira - Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Rafael Gonçalves Borges - Docente
Simone Paixão Araújo - Gepex

Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Thiago VedoVatto - Docente
Fernando Henrique Silva Carneiro - docente
Thiago Wedson Hilario - Técnico/a- Administrativo/a
CAMILA LORRANE RODRIGUES DOS SANTOS - Assistência Estudantil
Walmir Barbosa - docente
Gabriela Magalhães da Fonseca - Diretor/a (membro nato)

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 17 horas e 30 minutos. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Priscylla Dietz Ferreira Amaral
Relatora substituta do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderley Azevedo de Brito**, **DIRETOR(A) - CD0003 - REI-DE**, em 05/10/2026 10:12:19.
- **Priscylla Dietz Ferreira Amaral**, **ASSESSOR(A) - CD0004 - REI-APDI**, em 02/10/2026 10:57:12.
- **Renata David de Moraes**, **COORDENADOR(A) - FG0002 - REI-CGAE**, em 02/10/2026 10:49:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/09/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 824923
Código de Autenticação: 2077248eb1

ATA DA 4ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 24 dias do mês de setembro de 2026, às 9 horas e 38 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a quarta plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Informe
Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Brito justifica a presença da Priscylla que estará substituindo a Kenia durante as ferias na relatoria. Agradece e faz as boas vindas.

Brito inicia informe registrando a entrada indevida do professor Walmir na seção do dia 22/09/2026 e apresenta o encaminhamento necessário de que ele foi removido do GT no qual entrou. Pergunta se alguem possui alguma questão em relação ao que foi dito, não houve manifestações. Pergunta se há algum delegado interessado em compor o GT para apresentação de proposta relativa ao objetivo 18, não houve manifestações. A seção inicia com a retomada do Objetivo 1 a partir da nova proposta submetida pelo Charles no formulário, representando o GT constituído na segunda plenária.

Registra-se:
Apreciação do objetivo 1: proposta reajustada aprovada por consenso.
Apreciação da Meta 1 objetivo 1: proposta reajustada aprovada por consenso.
Apreciação da Ação 1, 2, 3 e 4 Meta 1 objetivo 1: proposta reajustada aprovada por consenso.
Apreciação da Ação 5 Meta 1 objetivo 1: proposta rejeitada.
Apreciação do objetivo 23: aprovada por consenso
Apreciação da Meta 1 objetivo 23: proposta com alteração de texto aprovada por consenso
Apreciação da Ação 1 e 2 Meta 1 objetivo 23: proposta com alteração de texto aprovada por consenso
Apreciação da Ação 3 Meta 1 objetivo 23: proposta aglutinada na alteração da ação 1.
Apreciação da Ação 2 Meta 1 objetivo 23: proposta excluída mediante votação: votação: 6 a favor da exclusão 3 votos para manutenção. 2 abstenções
Apreciação do objetivo 5: proposta com alteração de texto aprovada por consenso
Apreciação da Meta 1 objetivo 5: proposta com alteração de texto aprovada por consenso
Apreciação da Ação 1 Meta 1 objetivo 5: a discussão encerra-se aqui com a apresentação de uma proposta de texto apresentada pela Renata.

Fica registrado que Renata enviará a convocação para as próximas plenárias.

PRESENÇA:

Nenhum delegado registrou justificativa de ausência.

Dois delegados - Elza e Thiago Wedson, no momento da convocação, questionaram a respeito da sobreposição de horários da plenária do Eixo IPE com o Eixo Ensino e Extensão e Cultura.

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Wanderley Azevedo de Brito - Mesa Diretiva (Coordenador)
Priscylla Dietz Ferreira Amaral - mesa diretiva (relatora)

Thiago VedoVatto - Docente
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Thiago Wedson Hilario - Técnico/a- Administrativo/a
Rafael Gonçalves Borges - Docente
Elza Gabriela Godinho Miranda - docente
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Gabriela Magalhães da Fonseca - Diretor/a (membro nato)
Iarle Sousa Ferreira - Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
Vinicius Sousa Ferreira - Diretor/a (membro nato)
Helen Betane - Diretor/a (membro nato)

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 12 horas e 30 minutos. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Priscylla Dietz Ferreira Amaral
Relatora substituta do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderley Azevedo de Brito**, **DIRETOR(A) - CD0003 - REI-DE**, em 05/10/2026 10:13:20.
- **Priscylla Dietz Ferreira Amaral**, **ASSESSOR(A) - CD0004 - REI-APDI**, em 02/10/2026 10:59:26.
- **Renata David de Moraes**, **COORDENADOR(A) - FG0002 - REI-CGAE**, em 02/10/2026 10:53:34.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/09/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 825010
Código de Autenticação: d4248def13

ATA DA 5ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Ao 01 dia do mês de outubro de 2026, às 9 horas e 40 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a quinta plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Informe
Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Brito inicia agradecendo a presença e faz as boas vindas. Se desculpa pelo atraso devido à problemas com a conexão de internet.

Priscylla faz um informe a respeito da apreciação de uma proposta do câmpus Senador Canedo incluída após revisão da equipe de sistematização no caderno do Eixo IPÊ considerando que o eixo para o qual deveria ser originalmente inserida ja concluiu seus trabalhos. Indica que a proposta seja prejudicada uma vez que possui caráter estatutário, mas destaca que a informação é apenas esclarecimento, pois é a plenária tem autonomia plena para deliberação. A mesa se posiciona concordando com o posicionamento da Priscylla de que a proposta está prejudicada mas que é necessária sua apreciação pela plenária. Foi argumentado pela Ana Júlia a defesa da manutenção da proposta para ser apreciada na terceira etapa. A plenária considerou que não é o espaço adequado para apreciação da proposta e deliberou por informar a decisão para a Comissão Central do 3º Congresso Institucional do IFG.

Maria Carolina retoma a questão da participação indevida do Walmir na plenária do dia 22, considera que a questão não foi tratada com a gravidade devida e solicita que todo encaminhamento a partir de sua entrada seja considerado nulo. Brito responde que, no dia 24, a mesa apresentou a questão, justificou e explicou a presença do walmir na reunião bem como os encaminhamentos realizados.
Há um debate sobre a retomada dos encaminhamentos com os quais o walmir teve influencia, chegando-se na conclusão de que a influência do Walmir foi exclusivamente quanto ao objetivo 18.
Renata esclarece que a partir da constatação da entrada indevida, houve a verificação sobre sua interferência nas decisões e registra que as propostas votadas após sua entrada foram todas aprovadas por consenso, diz ainda que, na plenária do dia 24 além dos esclarecimentos prestados, foi informado que o nome do Walmir foi retirado do GT formado para submissão de nova proposta de ajuste do objetivo 18 e abriu-se para quem tivesse interesse em compor o GT junto ao delegado Fernando que se inscrevesse, não havendo manifestações.
Ratifica, ainda que o objetivo 18 não foi votado na ocasião da plenária do dia 22. A plenária solicita a revisão da formação do GT, Fernando solicita que a proposta submetida por ele seja acolhida uma vez que ele é delegado eleito e que ele seguiu o rito para apresentação da nova proposta via formulário.

Segue para votação do encaminhamento:
- Retomar a discussão do objetivo 18 do zero: 7 favoráveis
- Começar a discussão a partir da proposta do Fernando : 6 favoráveis
- Abstenções: 4
Fica definido que as discussões do objetivo 18 serão retomadas do zero na próxima plenária.

Registra-se:
Apreciação da Ação 1 Meta 1 objetivo 5: proposta reajustada na plenária aprovada por consenso.
Apreciação do Objetivo 6: fica suspensa sua apreciação para juntar ao objetivo 24 junto com sua meta e ação.
Apreciação do Objetivo 11: proposta reajustada na plenária aprovada por consenso.
Apreciação da Meta 1 objetivo 11: proposta reajustada na plenária aprovada por consenso.
Apreciação das Ações 1 e 2 da Meta 1 objetivo 11: propostas reajustadas na plenária aprovadas por consenso.
A plenária encerra com indicativo de retomar a apreciação a partir da Meta 2 do objetivo 11.

PRESENÇA:

Registra-se a justificativa de ausência da delegada Ana Júlia referentes às 4 plenárias anteriores.

Registra-se ausência da Relatora Kênia que está em férias.

Registra-se justificativa de ausência do delegado Francisco Marcelo Bessa.

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Wanderley Azevedo de Brito - Mesa Diretiva (Coordenador)
Priscylla Dietz Ferreira Amaral - mesa diretiva (relatora)
Tauã Carvalho de Asiss - Pró-Reitor/a (membro nato)
Ana Júlia Rodrigues Carvalho - CPPIR
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Fernando Augusto Messias - Técnico/a- Administrativo/a
Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Gabriela Magalhães da Fonseca - Diretor/a (membro nato)
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos - Assistência Estudantil
Thiago VedoVatto - Docente
Elza Gabriela Godinho Miranda - docente
Rafael Gonçalves Borges - Docente
Lorena Rosa - Pró-Reitor/a (membro nato)
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Thiago Wedson Hilario - Técnico/a- Administrativo/a
Iarle Sousa Ferreira - Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
João Vitor Oliveira - discente
Simone Paixão Araújo - Gepex

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 12 horas. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Priscylla Dietz Ferreira Amaral
Relatora substituta do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderley Azevedo de Brito**, **DIRETOR(A) - CD0003 - REI-DE**, em 14/10/2026 19:35:31.
- **Priscylla Dietz Ferreira Amaral**, **ASSESSOR(A) - CD0004 - REI-APDI**, em 06/10/2026 10:21:58.
- **Renata David de Moraes**, **COORDENADOR(A) - FG0002 - REI-CGAE**, em 06/10/2026 09:48:00.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/10/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 826903
Código de Autenticação: 13a653b25e

ATA DA 6ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 6 dias do mês de outubro de 2026, às 14 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a sexta plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Brito inicia agradecendo a presença e dá as boas-vindas.

Registra-se:
- Apreciação do objetivo 18:
A favor da inclusão: 11 votos
Contra a inclusão: 1 voto
Abstenções: 4 votos
Declaração de voto Charles: se absteve pois, embora entenda o mérito da proposta, a justificativa não trouxe elementos suficientes para aprovar ou rejeitar, o tema é complexo e deve ser mais bem debatido. Não se sentiu esclarecido sobre os impactos do sorteio e da prova no IFG, sendo necessários indicadores para medir isso além da escuta da comunidade.

- **Apreciação da meta 1 do objetivo 18**:
Renata pergunta se a proposta está prejudicada pois já foi contemplada no objetivo 9. Plenária não entende que está prejudicada, Fernando explica que contempla na proposta de alteração submetida por ele, via formulário, especificamente a meta 2. Em pergunta, a plenária discorda que a proposta está prejudicada. Iniciam as defesas para manutenção ou não da proposta.
Favoráveis à manutenção da proposta com ajuste de texto: 9 pessoas
Favoráveis à indicar a meta como prejudicada e sua retirada do escopo do documento: 3 pessoas
abstenções: 1 pessoa
Ajuste: Meta 1 - Assegurar que os ingressantes nos cursos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio possam ser atendidos pelo programa de ambientação e recuperação de aprendizagem a partir de 2029.
Proposta de ajuste aprovada por consenso com uma abstenção.

- Apreciação da ação 1 da meta 1 do objetivo 18:
A ação foi desmembrada em duas propostas de ação: Ação 1 - Promover, a partir do Departamento de Áreas Acadêmicas e setores integrados, as etapas de ambientação dos estudantes ingressantes, principalmente o processo de acolhimento e integração ao curso e à instituição. A proposta de ação 1 alterada foi aprovada por consenso.
Ação 2 - Criar o programa institucional de ambientação e recuperação das aprendizagens com diagnóstico das necessidades dos estudantes ingressantes e oferta de ações pedagógicas de recomposição das aprendizagens no decorrer do primeiro ano após o ingresso, articuladas ao acompanhamento da trajetória acadêmica. A criação do programa deve ser realizado por GT da Câmara Ensino do Conepex em articulação com setores responsáveis no campus, até 2029. Executar, no âmbito dos Departamentos de Áreas Acadêmicas, o programa a partir de 2030. A ação 2 ficou aprovada com o texto já aprovado no objetivo nove.

- Apreciação da meta 2 do objetivo 18:
proposta de alteração de trocar 2028 pra 2029 aprovada por consenso.

- Apreciação da ação 1 da meta 2:
Renata propõe encaminhamento: prejudicar a ação em tela e partir para avaliação dos textos da proposta do Fernando. Proposta aprovada por consenso.

Apreciação das 2 ações criadas pelo Fernando para a meta 2:
A plenária termina com as discussões iniciadas nessas ações, ainda sem nenhum encaminhamento de votação, de forma que os textos em maiúsculo foram alterações já propostas e o texto sublinhado foi questionado.
Ação 1- CONSTRUIR PLANO DE TRABALHO A PARTIR DA PROEN, DO CENTRO DE SELEÇÃO, DA CÂMARA DE ENSINO E DEPARTAMENTOS DE ÁREAS ACADÊMICAS, A FIM DE promover as ações institucionais e pedagógicas necessárias para a implementação do sorteio público de vagas para os cursos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio até 2028.
Ação 2- Publicar o(s) edital(is) de processo seletivo a partir de 2029, considerando o sorteio público de vagas para os cursos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio.
Charles fez uma proposta de manter somente a ação 2 e retirar a ação 1.

- Solicitação de registro:
Fica registrado pelas delegadas Iarle, Maria Carolina e pela relatora Kênia que esse objetivo diz respeito à ingresso e as metas e ações dizem respeito à permanência, pois trata-se de acompanhamento. Nesse sentido, deveria-se criar novas metas e ações para o Objetivo 18 (que diz respeito ao ingresso) e criar novo objetivo para dar conta das metas e ações propostas (que dizem respeito à permanência).

PRESENÇA:

Registra-se a justificativa de ausência dos delegados Rafael Goncalves Borges e Ana Beatriz Machado de Freitas

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Wanderley Azevedo de Brito - Mesa Diretiva (Coordenador)
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Fernando Augusto Messias - Técnico/a- Administrativo/a
Francisco Marcelo Bessa - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Ana Júlia Rodrigues Carvalho - CPPIR
Helen Betane Ferreira Pereira - Diretora (membro nato)
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Rafael Gonçalves Borges - Docente
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos - Assistência Estudantil
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
João Vitor Oliveira - Estudante
Iarle Sousa Ferreira - Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
Elisa Emanuely Da Silva Lopes - Estudante
Simone Paixão Araújo - Gepex
Elza Gabriela Godinho Miranda - Docente
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Renan Alves Rodrigues - Estudante
Thiago Hilario - Técnico/a- Administrativo/a

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 17 horas e 5 minutos. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE

RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

Discussão e Aprovação do Objetivo 18: Ingresso por Sorteio Público:

- Assuntos:
  - Retomada da discussão do Objetivo 18 e propostas de redação para ingresso nos cursos técnicos por sorteio de vagas.
  - Consulta à plenária sobre a metodologia de discussão, lendo o objetivo original e o texto proposto por Fernando, para depois debater a aproximação entre eles.
  - Esclarecimentos sobre o encaminhamento da última sessão em relação à retomada da discussão do Objetivo 18 e confirmação de que a discussão seria retomada "do zero".
  - Leitura e debate do texto original e proposto por Fernando para o Objetivo 18, com sugestões de ajuste de redação.
  - Esclarecimento de Fernando de que sua proposta é uma melhoria de redação do texto original, mantendo a concepção.
  - Sugestão de alteração de terminologia ("Ensino Médio" para "Ensino Profissional").
  - Esclarecimento sobre o estágio da discussão: se a aprovação do ingresso via sorteio já ocorreu ou se a proposta ainda está aberta à discussão sobre a modalidade de ingresso.
  - Argumentos a favor da proposta do objetivo 18, enfatizando a necessidade de debater o mérito do ingresso por sorteio de forma ampla e presencial na terceira etapa do Congresso Institucional.
  - Argumentos sobre a política de ingresso por exame/provas e a necessidade de ferramentas para promover a permeabilidade para estudantes vulneráveis, defendendo o sorteio.
  - Argumentos contrários à proposta de sorteio, baseados na vontade da maioria dos colegas do Campus Goiânia e na consulta pública da reitoria.
  - Justificativa de abstenção na votação do objetivo 18 devido à falta de elementos suficientes para aprovar ou rejeitar a proposta e a necessidade de um debate mais amplo.
  - Observação de que o sorteio público de vagas precisa de um debate mais amplo, com a escuta da comunidade.
  - Leitura da proposta do objetivo 18 revisada por Fernando, que estabelece o ingresso por sorteio público anualmente.
  - Discussão e ajustes na redação da proposta, incluindo a terminologia "educação profissional e tecnológica" e a remoção do termo "anualmente".
  - Questionamento sobre quais ações pedagógicas caberiam em um objetivo de ingresso por sorteio, já que sorteio é um processo específico e as ações parecem mais voltadas à permanência.
  - Constatação de que há uma confusão entre os objetivos de ingresso e permanência, com muitas discussões e ações propostas sendo mais pertinentes à permanência.
- Encaminhamentos:
  - Fernando propõe iniciar a discussão pela leitura da proposta original do Objetivo 18 e, em seguida, apresentar a sua proposta para auxiliar no debate.
  - Renata deve disponibilizar a proposta de Fernando no chat da reunião para que ambos os textos (original e proposto) fiquem visíveis para todos.
  - Rafael Gonçalves Borges propõe que a discussão primeiramente foque no mérito da questão do objetivo, e só depois na redação ou adequações textuais, sendo apoiado pelo Professor Brito.
  - Brito - (Wanderley Brito - IFG) pede que os participantes revisitem o texto que Fernando trouxe para a etapa de ajuste, com a ressalva de que a proposta ainda passará por revisões posteriores, não sendo necessário focar na perfeição textual agora.
  - Kênia Hidalgo - IFG confirma que o texto proposto por Charles Alves - GYN (sem a menção "anualmente") será incluído no caderno, após consenso do grupo.
  - Fazer constar em ata a discussão sobre a confusão entre ingresso e permanência.

Discussão e Aprovação da Meta 1: Recuperação de Aprendizagem Pós-Ingresso:

- Assuntos:
  - Questionamento se a meta 1, que trata da recuperação de aprendizagem, está deslocada e deve ser considerada prejudicada, pois parece pertencer a outro objetivo já avaliado.
  - Defesa de que a meta de recuperação de aprendizagem não deve ser considerada prejudicada, pois foi criada para amparar os alunos ingressantes por sorteio.
  - Complemento de que a proposta de recuperação de aprendizagem foi elaborada para associar os alunos ingressantes por sorteio a esse programa, visando assegurar o atendimento a eles.
  - Confirmação de que a meta de recuperação de aprendizagem em língua portuguesa e matemática foi aprovada anteriormente e está associada à proposta de ambientação de ingressantes.
  - Sugestão de manter a meta de recuperação de aprendizagem no objetivo atual para garantir que ela respalde os alunos ingressantes por sorteio, caso outro objetivo seja rejeitado.
  - Sugestão de que a proposta de recuperação de aprendizagem já está contemplada na meta 2 da reestruturação proposta por Fernando, indicando que não seria necessário mantê-la como meta 1 separada.
  - Apontamento de que a redação da meta de recuperação de aprendizagem precisa ser melhorada para deixar claro seu alinhamento com o objetivo, incluindo a delimitação de tempo.
  - Concordância de que a meta não tem articulação com o objetivo e está prejudicada.
  - Expressão de confusão com o andamento da discussão sobre as metas.
  - Sugestão de que a meta 1 em discussão seja prejudicada e a meta 2 de Fernando (que contempla o objetivo e tem delimitação de tempo) se torne a meta 1.
  - Reiteração de que a meta 1 está prejudicada e que a discussão deve seguir um processo passo a passo: votar se a meta 1 está prejudicada e só então avançar para a meta 2.
  - Explicação de que houve uma inversão nas posições das metas entre o documento original e sua proposta, mas que a proposta em tela não está prejudicada, pois os elementos estão conectados ao objetivo.
  - Crítica à mescla de discussões, que causa confusão, e sugestão de que se estabeleça primeiro se a meta original está prejudicada e só depois se passe para a proposta de Fernando.

- Preocupação com a mudança do rito da reunião, que está causando confusão, e pedido para manter o rito original.
- Observação de que há consenso de que a meta atual precisa ser alterada.
- Discussão sobre o rito da reunião, com o mediador expressando confusão e propondo manter a discussão na meta 1 original.
- Decisão de trabalhar com a meta 1 original, pois a maioria não a considera prejudicada.
- Argumento de que a meta 1 (recuperação de aprendizado) está prejudicada, pois o objetivo é o ingresso e não a recuperação de aprendizado de quem ainda não ingressou, e que a meta cria uma condição para o sorteio, descaracterizando-o.
- Defesa de que a meta 1 não é sobre recuperação antes do ingresso, mas sim de um programa de recuperação de aprendizagem pós-ingresso para estudantes que entraram via sorteio.
- Sugestão de aprovar a meta 1 e depois realizar o ajuste de texto, que já foi proposto pelo Fernando.
- Esclarecimento de que a intenção era esgotar a discussão sobre a proposta original da meta e, posteriormente, analisar as propostas de alteração do Fernando, não anulando-as.
- Proposta de criar um novo Grupo de Trabalho (GT) para reestruturar a proposta do objetivo 18 e suas metas, visando alcançar um consenso.
- Complementação da defesa a favor da meta, reforçando que ela se refere à realização de um programa de recuperação de aprendizagem pós-ingresso, alinhado com o objetivo de política de ingresso e sorteio, e não a um cursinho pré-sorteio.
- Ana Júlia complementa a defesa da Meta 1, esclarecendo que ela propõe um programa de recuperação pós-ingresso, alinhado à política de ingresso por sorteio, e não um cursinho pré-sorteio, visando a eficácia do ingresso de estudantes vulneráveis.
- Reafirmação de que a meta deve estar articulada com o ingresso e não com o pós-ingresso, argumentando que a meta atual não proficia o ingresso.
- Iarle argumenta que a Meta 1, ao tratar de "pós-ingresso", se alinha mais à permanência do que ao objetivo de ingresso, que é o foco atual.
- Votação sobre a Meta 1: 9 pessoas a favor de mantê-la com ajustes na redação, 3 pessoas a favor de removê-la e 1 abstenção.
- Fernando apresenta a redação ajustada da Meta 1: "Assegurar que os ingressantes nos cursos de educação técnica de nível médio possam ser atendidos pelo programa de ambientação e recuperação de aprendizagem a partir de 2029."
- Maria Carolina observa que a fala de Fernando confirma o argumento de Iarle, de que a Meta 1, mesmo ajustada, trata de permanência e não de ingresso, divergindo do objetivo principal.
- Charles esclarece que, como o objetivo e a Meta 1 não foram prejudicados na votação, a discussão agora deve focar nos desdobramentos da decisão tomada (ajuste do texto da meta).
- Consenso para a Meta 1 após a abstenção de Iarle, indicando que a meta, com seus ajustes, será mantida.

- Encaminhamentos:
- Renata propõe que se avalie a meta 2 da proposta de Fernando, disponível nas notas compartilhadas, para verificar sua compatibilidade com o que está sendo discutido e, em caso afirmativo, votá-la.
- Charles sugere que os colegas leiam a proposta completa de Fernando para entender se ela contempla as metas discutidas e, se for o caso, substituir o texto atual pelo texto de Fernando no objetivo 18.
- Ana Júlia sugere focar apenas no objeto de análise (a proposta de Fernando nas notas) e remover a projeção do caderno original para evitar confusão.
- Abrir para defesas, com até duas falas a favor e até duas contra a meta 1, para avançar na discussão.
- Retomar o rito da reunião e focar nas defesas da meta 1, com uma defesa a favor e uma contra já realizadas, e aguardar mais defesas para concluir esta etapa.
- Ajustar o texto da Meta 1 com base na proposta que obteve a maioria dos votos.
- Questionamento sobre a necessidade de incluir a atribuição de responsabilidades e a identificação dos setores na redação da ação.
- Revisão da redação da Ação 1 para incluir "a partir do departamento de áreas acadêmicas e setores integrados" e consenso dos presentes.
- Discussão sobre a necessidade de incluir o setor responsável na redação da Ação 2, assim como na Ação 1.
- Kênia questiona como registrar a Ação 2 no caderno, uma vez que o sistema não prevê duas ações para a Meta 1 e não há um campo específico para "aprovado, incluído, alterado, rejeitado ou prejudicado pela plenária".
- Maria Carolina questiona se a Ação 2, que trata do diagnóstico de defasagem de aprendizagem, não seria mais adequada para o eixo de ensino.
- Esclarecimento de que o eixo atual é transversal e abrange ensino, pesquisa e extensão, portanto, a ação se encaixa.
- Discussão sobre a proposta de Renata de não acrescentar a Ação 2, pois já estaria contemplada em outro objetivo previamente aprovado.
- Ana Júlia solicita que Renata leia a redação do objetivo anterior (Objetivo 9) para comparar se a Ação 2, caso rejeitada, estaria de fato contemplada.
- Charles expressa preocupação de que, ao rejeitar a Ação 2 por já estar em outro objetivo, corre-se o risco de perder a discussão sobre recuperação de aprendizado.
- Debate sobre a Ação 2 da Meta 1, com Charles sugerindo copiar o texto do objetivo que trata de recuperação de aprendizagem, e Renata concordando em manter a ação original sem substituição.

- Encaminhamentos:
- Projetar a Ação 1 para discussão.
- Renata explica que, idealmente, o guia prático deve indicar o setor responsável e o prazo. As ações 1 e 2 precisam de ajuste para prever os setores, mas o prazo não é estritamente necessário se já estabelecido na meta.
- Brito se propõe a ajustar a redação da Ação 1, incluindo "a partir do departamento de áreas acadêmicas e setores integrados".
- Renata sugere que Kênia coloque o texto das duas ações (Ação 1 e Ação 2) no espaço da Ação 1 no caderno, se a segunda for aprovada.

- Brito propõe buscar consenso para aprovação conjunta das Ações 1 e 2 da Meta 1, considerando os ajustes e a argumentação de Charles e Renata.

Logística da Reunião:
- Encaminhamentos:
  - Fazer um intervalo de dez minutos e retomar a reunião às 13h.
  - Brito solicita um intervalo de 10 minutos, pedindo para interromper a gravação e retornar às 13h.

Ajuste de Metas e Ações da Proposta: Cronograma e Responsabilidades:
- Assuntos:
  - Charles aponta um conflito de datas entre a Meta 1 (a partir de 2029) e a Meta 2 (até 2028), sugerindo a necessidade de revisão.
  - Ana Júlia busca esclarecimento se o ano de 2028 na Meta 2 refere-se à preparação dos planos de trabalho para início em 2029.
  - Kênia e Renata esclarecem a sequência temporal das ações da Meta 2, onde a Ação 1 (promover ações) vai até 2028 e a Ação 2 (publicar edital) começa em 2029.
  - Renata propõe prejudicar a Ação 1 atual da Meta 2 por não ter relação com assistência estudantil e considerar as duas novas ações propostas por Fernando.
  - Charles argumenta que, ao prejudicar a ação original, a equipe não é obrigada a acolher as duas ações propostas por Fernando, mas sim escolher uma ação que contemple a meta.
  - Charles expressa preocupação com a generalidade da Ação 1 da Meta 2, considerando-a pouco clara e não contribuindo para o detalhamento necessário.
  - Ana Júlia sugere incluir a participação da pro reitoria de ensino e da Câmara de Ensino na construção do plano de trabalho da Ação 1 da Meta 2, visando maior participação.
- Encaminhamentos:
  - Renata sugere alterar o ano de 2028 para 2029 na Meta 2 para alinhar as datas.
  - Brito busca consenso para a Meta 2 ter o ano de 2029, assumindo que há consenso para a alteração.
  - Brito formaliza o consenso para prejudicar a Ação 1 original da Meta 2 e discutir as ações 1 e 2 propostas por Fernando.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo, PEDAGOGO-AREA**, em 16/10/2026 14:20:59.
- **Wanderley Azevedo de Brito, DIRETOR(A) - CD0003 - REI-DE**, em 14/10/2026 19:35:59.
- **Renata David de Moraes, NUTRICIONISTA-HABILITACAO**, em 14/10/2026 09:26:03.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/10/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 828607
Código de Autenticação: 2718174336

ATA DA 7ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 13 dias do mês de outubro de 2026, às 14 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a sétima plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Brito inicia agradecendo a presença e dá as boas-vindas.

Brito solitica mudança da ordem da apreciação apresentada no memorando, iniciando com a apreciação do tema alimentação e nutrição.

assim a nova ordem do dia foi:

- objetivos 10, 22, 25 ,26 , 30 e 32

- conclusão do objetivo 18

Registra-se:

- Apreciação do objetivo 10 com suas metas e ações

Objetivo aprovado por consenso

meta 1:
Maria Carolina pede esclarecimento, renata explica
Encaminhamento: inserir marco temporal na meta: proposta da Elza até 2028.
Decisão: Meta com alteração aprovada por consenso

ação 1:
Inserir o setor: proex como responsável. inserir marco temporal até 2027.
Decisão: Ação com alteração aprovada por consenso
ação 2:
Inserir o setor: proex como responsável. inserir marco temporal até 2028.
Decisão: Ação com alteração aprovada por consenso

meta 2:
Renata propõe cancelar a meta 2 e juntar suas ações na meta 1.
Decisão: Encaminhamento aprovado por consenso
Ações: decisão - aprovadas por consenso e juntadas à meta 1

meta 3:
Inserir marco temporal: até o final da vigência do pdi.
Decisão: Meta com alteração aprovada por consenso
Ações: decisão - aprovadas por consenso.

meta 4:
Trocar implantar por aperfeiçoar e inserir marco temporal até 2027.
Decisão: Meta com alteração aprovada por consenso

ação 1: trocar criar indicadores por acompanhar indicadores.
Decisão: Ação com alteração aprovada por consenso

ação 2: manter o sistema de acompanhamento
Decisão: Ação com alteração aprovada por consenso

ação 3: decisão - prejudicada por consenso

ação 4: decisão - prejudicada por consenso

meta 5:
Prejudicar a meta com suas ações pois contempla no objetivo 24.
Decisão: meta e ações 1,2, 4 e 5 prejudicadas por consenso
Ação 3: decisão - ação aprovada por consenso e juntada à meta 2

- Apreciação do objetivo 22 com sua meta e ação

Sugestão de prejudicar esse objetivo com sua meta e ações ja que todos são contemplados no objetivo 25 de forma mais completa.
Decisão: encaminhamento aprovado por consenso (objetivo, meta e ação prejudicados).

- Apreciação do objetivo 25 com suas metas e ações

OBJETIVO 25: aprovado por consenso

Meta 1 e ação: aprovadas por consenso

Meta 2 e ação: aprovada por consenso

Meta 3: aprovada por consenso

Ação 1: retirar "mais saudáveis" da ação.
Decisão: Alteração aprovada por consenso.

Meta 4: duvida se cantina precisa necessariamente ser de contrato ou legalmente pode ter uma cantina com cnpj do campus. Elza explica que pode ter cantinas por via de outros projetos advindo de pesquisa e extensão.
Decisão: meta aprovada por consenso.

Ação: aprovada por consenso

Meta 5: aprovada por consenso.

Ação: propõe-se divisão em três ações: AÇÃO 1: Garantir o funcionamento pleno dos restaurantes estudantis conforme as diretrizes de promoção da saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Soberania Alimentar, Guia Alimentar para a População Brasileira e Educação Alimentar e Nutricional, AÇÃO 2: Garantir suporte técnico nos câmpus responsável por acompanhamento e fiscalização dos restaurantes estudantis e acompanhamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar. AÇÃO 3: Garantir que sejam realizadas as ações de Educação Alimentar e Nutricional e avaliação do estado nutricional dos estudantes atreladas ao funcionamento dos restaurantes estudantis nos campus.
Decisão: Ação com alteração aprovada por consenso

Meta 6: inserir sustentabilidade ambiental.
Decisão: meta com alteração aprovada por consenso

Ação: proposta de alteração do texto: Criar um Comitê de Sustentabilidade Ambiental COM REPRESENTANTES DE todos os câmpus, com atribuições relacionadas ao uso racional da água, eficiência energética, prevenção do desperdício de alimentos, manejo de resíduos sólidos e outras iniciativas sustentáveis nos restaurantes estudantis.
Decisão: Ação com alteração aprovada por consenso

- Apreciação do objetivo 26 com suas metas e ações

Objetivo aprovado por consenso

Meta 1: questionado sobre o 100% explica-se que atualmente tem demanda reprimida de estudantes que são selecionados mas não conseguem receber os auxílios. Proposta de texto: Garantir, até dezembro de 2027, que os estudantes da graduação e da Educação Subsequente selecionados por edital da assistência estudantil tenham acesso integral ou parcialmente subsidiado aos restaurantes estudantis sejam contemplados

plenamente.
Decisão: meta com alteração aprovada por consenso

Ação 1: proposta de mudança de texto - Aprimorar os critérios institucionais para acesso subsidiado aos restaurantes estudantis até 2031.
Decisão: ação com alteração aprovada por consenso

Ação 2: proposta de mudança de texto - Fortalecer a integração da política de alimentação estudantil às ações da assistência estudantil.
Decisão: ação com alteração aprovada por consenso

Ação 3: aprovada por consenso

Meta 2: meta prejudicada por consenso

ação 1: ação aprovada por consenso e juntada à meta 1
ação 2: ação prejudicada por consenso

- Apreciação do objetivo 30 com sua meta e ação

Bloco prejudicado por consenso pois contempla de forma mais completa no objetivo 25.

- Apreciação do objetivo 32 com sua meta e ações

Bloco prejudicado por consenso pois trata de questões regimentais.

- Apreciação das 2 ações propostas pelo Fernando Messias para a meta 2 do objetivo 18:

Ação 1: Proposta de alteração do texto - Promover as ações institucionais necessárias para a implementação do sorteio público de vagas para os cursos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio até 2028.
Decisão: ação com alteração aprovada por consenso

Ação 2: Proposta de alteração do texto - Publicar o(s) edital(is) de processo seletivo a partir de 2029, considerando o sorteio público de vagas para os cursos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio.
Decisão: ação com alteração aprovada por consenso

- Apreciação da meta 3 do objetivo 18 (original do caderno e proposta de alteração submetida pelo Fernando Messias):

Após debate, Fernando Messias sugere prejudicar a meta 3 original e alteração uma vez que está contemplada no objetivo 24.
Decisão: encaminhamento aprovado por consenso (Meta 3 do objetivo 18 prejudicada).

- Solicitação de registro:
Iarle solicita registrar a sua ausência na plenária agendada para o dia 14/10. .

Thiago solicita suspensão das plenarias agendadas para quarta e quinta em virtude do evento institucional.
Brito informa que irá consultar a comissão central e realizará o comunicado formal à plenária.
Charles manifesta-se contrário ao pedido de cancelar as agendas uma vez que o congresso deverá ser prioridade.

Brito justifica que não poderá realizar a plenaria previsa para amanhã 14/10 devido compromisso institucional.
Ana Julia solicita consulta à comissão central da possibilidade de substituição do coordenador da mesa a fim de manter a plenaria ja convocada para amanhã.
Brito informa que fará essa solicitação e haverá comunicação formal da decisão.

A plenária encerra às 17:01

PRESENÇA:

Não houve justificativa de ausência registrada.

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Wanderley Azevedo de Brito - Mesa Diretiva (Coordenador)
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Fernando Augusto Messias - Técnico/a- Administrativo/a
Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Ana Júlia Rodrigues Carvalho - CPPIR
Elza Gabriela Godinho Miranda - Docente
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Iarle Sousa Ferreira - Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
Thiago VedoVatto - docente
Francisco Marcelo Bessa - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Thiago Hilario - Técnico/a- Administrativo/a
Simone Paixão Araújo - Gepex
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 17 horas e 01 minuto. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE

RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

Plano Estratégico para Restaurantes Estudantis:

- Assuntos:
  - Aprovação do Objetivo 10, que trata da elaboração e implementação do plano estratégico para o pleno funcionamento dos restaurantes estudantis do IFG.
  - Discussão sobre o escopo do plano estratégico da Meta 1 do Objetivo 10, incluindo diagnóstico, diretrizes, padrões e fluxos de funcionamento.
  - Discussão sobre a relação entre os objetivos 10 e 32, com o objetivo 10 sendo mais amplo e focado no funcionamento do restaurante estudantil, enquanto o 32 trata das condições de trabalho dos profissionais.
  - Discussão sobre a Meta 4, que propõe implantar um sistema de monitoramento e avaliação dos restaurantes, e a necessidade de verificar a existência de um sistema para considerar um "aperfeiçoamento" em vez de "implantação".
  - Brito questiona o uso do verbo "implantar" para a meta 4 (sistema de monitoramento dos restaurantes), sugerindo "aperfeiçoar" por já existir um sistema. Renata corrobora que o sistema já existe, inclusive com indicadores de qualidade e avaliações periódicas.
- Encaminhamentos:
  - Ajustar a Meta 1 do Objetivo 10 para incluir um marco temporal para a elaboração e aprovação do plano estratégico dos restaurantes estudantis, até o término da vigência do PDI.
  - Reavaliar o marco temporal para a implantação do plano estratégico dos restaurantes estudantis, possivelmente antecipando para 2028, considerando a previsão de restaurantes em todos os campi.
  - Ajustar a Ação 1 da Meta 1 para incluir o setor responsável (Proreitoria de Extensão - ProEx) e o prazo de 2027 para a realização do diagnóstico da situação dos restaurantes nos campi.
  - Ajustar a Ação 2 da Meta 1 para definir a ProEx como setor responsável e o ano de 2028 como prazo para definir diretrizes, padrões e fluxos de funcionamento e submeter o plano às instâncias institucionais.
  - Ajustar a Meta 2 para incluir a ProEx como setor responsável e o prazo de 2028 para padronizar os processos de gestão dos restaurantes estudantis em todos os campi.
  - Cancelar a Meta 2 e integrar suas ações (3, 4 e 5) dentro da Meta 1, pois são consideradas partes integrantes do mesmo planejamento estratégico.
  - Ajustar a Meta 3 para incluir a Reitoria e os campi como setores responsáveis e o período até o final da vigência do PDI para garantir o pleno funcionamento dos restaurantes estudantis.
  - Avaliar o Objetivo 32 para verificar se ele complementa ou reforça as ações do Objetivo 10, sem prejudicá-las.
  - Alterar o verbo da meta 4 de "implantar" para "aperfeiçoar" e incluir um marco temporal até 2027.
  - Renata e Brito sugerem alterar os verbos das ações da meta 4 para "acompanhar" ou "manter" e "realizar" nas ações 1, 2 e 3, pois os indicadores já existem e as avaliações são periódicas.
  - Elza sugere que, devido à repetição, as ações 3 e 4 da meta 4 sejam removidas, mantendo apenas as ações 1 e 2.

Gestão da Política de Alimentação e Nutrição:

- Assuntos:
  - Discussão sobre a coerência das ações 1 a 5 com a meta 3 e os objetivos do restaurante estudantil, com Brito afirmando que elas estão alinhadas e não serão prejudicadas pelo objetivo 32, podendo até ser reforçadas.
  - Brito ressalta que a ampliação do acesso dos estudantes ao serviço de alimentação (meta 5) depende de investimentos orçamentários, sendo uma questão externa à instituição.
  - Discussão sobre a duplicidade entre as ações 3 e 5 da meta 5, que tratam da publicação e acesso público às informações sobre o funcionamento dos restaurantes.
  - Elza levanta a questão da incompletude da ação 2 da meta 5 ("Reduzir desigualdades entre os campos"), sugerindo a necessidade de especificar a que se refere (número de estudantes, horários, etc.), e destaca que desigualdades podem persistir devido a fatores socioeconômicos dos municípios e valores de serviço.
  - Ludmylla expressa confusão com a meta 5, questionando a abrangência de "ampliar" e argumenta que o acesso já é universal para algumas modalidades e subsidiado para outras, e que a ação de reduzir desigualdades é mais ampla que o acesso ao restaurante, sendo influenciada por índices socioeconômicos.
  - Discussão e análise da meta 5 do objetivo 24, que será postergada para o momento de discussão do objetivo 24.
  - Leitura do Objetivo 22: "Fortalecer a segurança alimentar e nutricional no âmbito institucional por meio da implementação de uma política integrada de alimentação e nutrição que articule serviços e educação alimentar e regulação dos ambientes alimentares, contribuindo para a qualidade de vida, a formação integral da comunidade estudantil e a conclusão qualificada".
  - Brito concorda com a proposta de Renata, afirmando que o texto do Objetivo 25 é mais completo e já aborda o tema do Objetivo 22.
  - Ana Júlia, via chat, defende a manutenção da ampliação do acesso dos estudantes ao serviço de alimentação para fortalecer a assistência estudantil, mesmo sem informações sobre o orçamento.
  - Renata esclarece a Tiago que o Objetivo 22 foi prejudicado por estar contemplado no 25 de forma mais ampla, e que a citação do 24 foi referente a outro item.
  - Leitura da Meta 3 do Objetivo 25: "Desenvolver em todos os campos, no mínimo, um projeto que envolva a agricultura familiar local e destinar anualmente 100% do valor disponível para o PNAE à agricultura familiar, observados os critérios legais de prioridade até o final da vigência do PDI".
  - Leitura da Meta 4 do Objetivo 25: "Desenvolver nos campos, com demanda de funcionamento de cantina, projeto de cantina institucional saudável até o final da vigência do PDI 2731, considerando esses espaços como formativos e articulados à geração de trabalho e renda e a economia solidária".
  - Brito questiona se "cantina institucional" se refere a cantinas operadas via contrato, não por CNPJ próprio do campus.
  - Ana Júlia, via chat, pergunta a Renata se o PNAE impede a aquisição de produtos processados como macarrão e extrato de tomate.

- Elza Gabriela esclarece que a cantina institucional pode se materializar através de projetos de extensão, pesquisa ou incubação, envolvendo organizações da comunidade local para geração de trabalho e renda, e que isso está previsto nas normativas de prestação de serviço da instituição.
- Renata responde à pergunta de Ana Júlia, via chat, que o PNAE não impede a aquisição de macarrão e extrato de tomate, mas sim de refrigerantes e doces ultraprocessados.
- Leitura da Ação 1 da Meta 4: "Estruturar projetos institucionais que integram as cantinas como espaços formativos voltados à geração de trabalho e renda em articulação com incubadoras sociais, empresas júniors, polo de inovação e outras iniciativas institucionais".
- Leitura da Meta 5 do Objetivo 25: "Assegurar que até o final da vigência do PDI, todos os campi tenham acompanhamento e suporte técnico especializado para coordenar as ações de alimentação e nutrição".
- Meta 5: Assegurar que, até o final da vigência do PDI, todos os campi tenham acompanhamento e suporte técnico especializado para coordenar ações de alimentação e nutrição.
- Leitura da Ação 1 da Meta 5: "Garantir o funcionamento pleno dos restaurantes estudantis conforme as diretrizes de promoção da saúde, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, guia alimentar para a população brasileira, educação alimentar e nutricional. Com suporte técnico responsável por acompanhamento, fiscalização, EAN, avaliação do estado nutricional dos estudantes e acompanhamento do PNAE".
- Discussão sobre a Ação 1 da Meta 5, que visa garantir o pleno funcionamento dos restaurantes estudantis conforme diretrizes de promoção da saúde, segurança alimentar, soberania alimentar, guia alimentar e educação alimentar e nutricional, com suporte técnico e avaliação do estado nutricional dos estudantes.
- Brito expressa preocupação com a avaliação do estado nutricional dos estudantes, considerando-a um grande desafio.
- Renata esclarece que a avaliação do estado nutricional é uma atividade obrigatória do nutricionista escolar e está interligada ao funcionamento dos restaurantes e ao programa de educação alimentar do campus.
- Kênia pergunta se a ação 1 da Meta 5 implicaria na contratação de um novo profissional ou se o profissional já existiria no campus.
- Kênia levanta a questão da contratação de nutricionistas para os campi, já que atualmente só existem duas na reitoria.
- Elza pondera que o acompanhamento do PNAE deve permanecer na Ação 2, sob responsabilidade do técnico, enquanto a Ação 3 (avaliação nutricional) poderia ser feita por outro grupo.
- A Meta 5 teve sua ação dividida em três, para melhor cumprimento.
- Discussão sobre a Meta 6: "Implantar até 2029 um plano de sustentabilidade em todos os estudantes e estudantes", com questionamento sobre a generalidade do termo "sustentabilidade" e a sugestão de adicionar "ambiental".
- Discussão sobre a Ação 1 da Meta 6, que propõe a criação de um comitê de sustentabilidade em todos os campi, e a sugestão de Brito para que seja um único comitê institucional com representantes de cada campus, em vez de um comitê por campus, visando viabilidade e integração.
- Elza sugere que a Meta 6 e suas ações, por serem mais relacionadas à gestão e organização institucional, sejam discutidas no GT de gestão, já que envolvem a existência de comitês e ações de sustentabilidade que vão além do restaurante.
- Renata informa que o tema da sustentabilidade já está contemplado no caderno, tanto nessa meta quanto em outra mais geral para todos os temas e campi.
- Consenso em alterar a Ação 1 da Meta 6 para "criar um comitê de sustentabilidade ambiental com representantes de todos os campi", conforme sugestão de Brito, e acrescentar "ambiental" na descrição da Meta 6.
- Ludmilla questiona a ordem de discussão dos objetivos, percebendo que alguns foram pulados.
- Renata esclarece que a reunião está seguindo uma ordem temática (alimentação e nutrição), e por isso alguns objetivos (como o 24, de assistência estudantil) foram pulados para serem abordados em reuniões futuras.
- Esclarecimento sobre a metodologia de discussão dos objetivos por grandes temas, como "alimentação e nutrição", e não pela ordem numérica do caderno, explicando por que alguns objetivos foram "pulados".
- Discussão sobre o Objetivo 30 (Fortalecer a política institucional de alimentação e nutrição por meio da promoção de ações educativas contínuas nos campos) e se ele já está contemplado no Objetivo 25.
- Análise do Objetivo 32 (Garantir condições institucionais adequadas para a execução das ações de alimentação e nutrição por meio da atuação de profissionais qualificados nos campos), sua meta (garantir presença de nutricionista mensalmente) e suas ações.
- Avaliação de que a Ação 1 do Objetivo 32 (realizar planejamento institucional para provimento de cargos de nutricionista) está prejudicada por se referir a provimento de cargos, o que não é tratado no PDI, e que isso prejudica a Ação 2.
- Confirmação de que o Objetivo 32 com suas especificações não está contemplado na íntegra no caderno de gestão, mas está contemplado de outras formas.
- Discussão sobre a meta com suas ações estar prejudicada por ser regimental e não poder ser encaminhada no PDI.
- Dúvida sobre a decisão de prejudicar o objetivo 32 com a meta, considerando que era regimental.
- Confirmação de que as ações e a meta foram prejudicadas por questões regimentais.
- Finalização do tema "alimentação e nutrição" após a decisão sobre o Objetivo 32.

- Encaminhamentos:
- Renata e Ludmylla propõem cancelar a meta 5, levando a ação 3 para a meta 4, pois as demais ações já estão contempladas no objetivo 24.
- Kênia sugere que Ana Júlia Carvalho use o chat para suas intervenções devido a problemas com o áudio.
- Renata propõe prejudicar (remover) o Objetivo 22, pois seu conteúdo já está contemplado de forma mais completa e ampliada no Objetivo 25.
- Acordo para seguir com o Objetivo 25, visto que o Objetivo 22, suas metas e ações estão totalmente contemplados no 25.
- Renata sugere remover a expressão "mais saudáveis" da ação 1 da Meta 3, alterando a frase para "produção e comercialização de alimentos a fim de desenvolver projetos voltados à promoção da alimentação saudável".
- Elza sugere desmembrar a Ação 1 da Meta 5 em duas ou mais, para contemplar separadamente a contratação do profissional e o acompanhamento técnico dos restaurantes, facilitando a execução e adequando-se às realidades institucionais.
- Renata propõe uma divisão da Ação 1 em notas compartilhadas, a ser revisada pela equipe.

- Kênia sugere desmembrar a Ação 2 da Meta 5 em mais uma ação, especificamente para a "avaliação do estado nutricional dos estudantes e acompanhamento do PNAE", para que possa ser realizada por diferentes equipes.
- Prejudicar o Objetivo 30 e suas metas, já que seus aspectos estão contemplados no Objetivo 25.
- Proposta de prejudicar o Objetivo 32, pois a Meta 1 já está contemplada em metas aprovadas anteriormente (acompanhamento de profissional técnico especializado) e as ações estão prejudicadas por questões regimentais.
- Fazer um intervalo de 10 minutos.
- Confirmação de que o Objetivo 32 e suas ações foram prejudicados por questões regimentais, não sendo necessário entrar em detalhes das ações.

Acesso à Alimentação Estudantil:
- Assuntos:
- Discussão do Objetivo 26: Ampliar o acesso à alimentação estudantil para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica (graduação, subsequente e superior), conforme turnos e critérios institucionais.
- Objetivo 26: Ampliar o acesso à alimentação estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (graduação, educação subsequente e superior), conforme turnos de aula e critérios institucionais.
- Meta 1 do Objetivo 26: Garantir até dezembro de 2027 que 100% dos estudantes da graduação e educação subsequente, selecionados por edital da assistência estudantil, tenham acesso integral ou parcialmente subsidiado aos restaurantes estudantis.
- Debate sobre a Meta 1 do Objetivo 26, que propõe garantir que 100% dos estudantes selecionados por edital de assistência estudantil tenham acesso integral ou parcialmente subsidiado aos restaurantes. Questionamento sobre a inclusão do percentual "100%", dado que os recursos são limitados e a seleção implica em critérios.
- Discussão sobre a Ação 1 ("Estabelecer critérios institucionais para acesso subsidiado aos restaurantes estudantis"), com sugestão de alteração do verbo "estabelecer" para "aprimorar", e adicionar o prazo "até o término da vigência do PDI".
- Discussão sobre a Ação 2 ("Integrar a política de alimentação estudantil às ações de assistência estudantil"), com questionamento se as políticas já não estão integradas.
- Debate sobre a Ação 3 ("Monitorar o acesso e a permanência dos estudantes beneficiados"), questionando se já não está contemplada em outras metas mais amplas, mas decidindo mantê-la devido à especificidade de estudantes de graduação e curso subsequente.
- Discussão sobre a necessidade de garantir e ampliar a oferta de alimentação subsidiada para estudantes de educação superior.
- Questionamento se a especificação de lanche e refeição na alimentação subsidiada é necessária ou se já está contemplada nos editais e políticas de assistência estudantil.
- Concordância geral de que o bloco de metas relacionado à alimentação subsidiada específica para lanche e refeições está prejudicado, seja por já estar contemplado ou por questões inerentes.
- Discussão sobre uma Meta 2 adicional ("Garantir e ampliar a oferta e alimentação subsidiada para estudantes da educação subsequente superior, incluindo especificamente o subsídio para o lanche e refeições nos turnos da aula"), argumentando que a meta pode ser redundante com outras e que a especificação de "lanche e refeições" é um detalhe de edital e recurso, e não de meta.
- Preocupação com a priorização do ensino médio em editais de assistência estudantil, o que pode prejudicar estudantes de nível superior.
- Proposta de prejudicar a Meta 2 (que trata de implementar planos para efetivação de forma de ingresso) e mover a Ação 1 (garantir previsão orçamentária) para ser a Ação 4 da Meta 1.
- Discussão sobre a dificuldade de garantir previsão orçamentária, uma vez que o orçamento é definido fora da instituição.
- Esclarecimento de Ludmylla Ribeiro Pessoni sobre o PNAES e a possibilidade de garantir orçamento para assistência estudantil, apesar da distribuição atual priorizar o ensino técnico integrado.
- Encaminhamentos:
- Aprovação, por consenso, da reformulação da Meta 1 do Objetivo 26, proposta por Kênia, para "Garantir até dezembro de 2027 que os estudantes de graduação e da educação subsequente, selecionados por edital da assistência estudantil, sejam contemplados plenamente".
- Preferência pelo verbo "aprimorar" em vez de "ampliar" para a Ação 1, argumentando que aprimorar pode ou não levar à ampliação e que o comitê estudará a melhor abordagem.
- Substituição do verbo "integrar" por "fortalecer a integração" na Ação 2, para reconhecer a integração já existente e indicar o aprimoramento.
- Prejudicar a Meta 2 e mover a Ação 1 (garantir previsão orçamentária para atendimento da demanda) para ser a Ação 4 da Meta 1.

Processo Seletivo e Recuperação de Aprendizagem:
- Assuntos:
- Discussão sobre as duas ações propostas pelo Fernando para a meta 2 do objetivo 18.
- Confirmação de que a discussão anterior parou nas ações 1 e 2 da metodologia (PEC).
- Proposta de Charles para manter apenas a ação 2 e retirar a ação 1, e a reconstrução do texto da ação 1.
- Questionamento sobre a justificativa de Charles para a retirada da ação 1.
- Argumentação de Maria Carolina sobre a ação 1 envolver ritos técnico-administrativos, não ações pedagógicas, e por isso Charles teria proposto a retirada.
- Explicação da Renata sobre a defesa de Charles em manter somente a ação 2, pois o edital traria as especificidades, tornando a ação 1 (plano de trabalho) desnecessária.
- Sugestão de Fernando para suprimir a parte de "ações pedagógicas" da ação 1, mantendo apenas "promover as ações institucionais necessárias para a implementação do sorteio".
- Proposta de manter a ação 1 com o ajuste do Fernando, acreditando que a ação 2 estaria contemplada.
- Proposta de ajuste na Meta 2, consolidando as Ações 1 e 2 em uma única ação e limpando o texto para que fique mais adequado.

- Discussão sobre se a Meta 2 deveria ter apenas a Ação 1 ajustada ou manter as duas ações propostas, com Fernando sugerindo a possibilidade de condensar em uma só.
- Dúvida sobre a necessidade de ter uma ou duas ações e a possibilidade de condensá-las.
- Discussão sobre a necessidade de incluir a publicação de edital como uma ação no plano, dado que é uma prática administrativa de praxe.
- Acordo para manter as duas ações, com o ajuste na ação 1, apesar de considerar a publicação do edital uma prática administrativa usual.
- Revisão e confirmação da redação correta da ação de promover ações institucionais ligadas ao programa de recuperação para o objetivo 18.
- Esclarecimento sobre em qual meta (Meta 1 ou Meta 2) a discussão atual está focada, com Kênia pensando na Meta 1 e Renata corrigindo para Meta 2.
- Confirmação de que a Meta 1 já foi definida em reunião anterior, com consenso e uma abstenção.
- Kênia Hidalgo afirma que precisa adicionar as novas ações da Meta 2 ao documento original, pois não estavam presentes.
- Fernando expressa que o texto da Meta 3, conforme proposto por ele, ainda não está adequado e precisa ser revisado com mais atenção.
- Ana Carvalho corrige Brito, indicando que ele estava lendo a ação de uma meta anterior em vez da Ação 1 da Meta 3.
- Ludmila aponta que a proposta para a Meta 3 e sua ação já está contemplada no Objetivo 24, sugerindo uma possível redundância.
- Iarle justifica sua ausência na próxima reunião devido a compromissos com o diretor e uma ação externa ao IEF.
- Brito informa que não poderá estar presente na próxima reunião, pois substituirá a reitora em um evento, gerando a necessidade de suspender a reunião ou que outra pessoa a conduza.
- Thiago Hilario sugere a suspensão da reunião devido à Semana de Inovação em Ciência e Tecnologia (SICT), um evento institucional que envolve todos os campi.

- Encaminhamentos:
  - Encaminhar em votação a decisão de manter as ações 1 e 2, ou apenas a ação 2, após discussão.
  - Deixar a discussão da proposta do Charles para uma próxima oportunidade, por ele não estar presente, e seguir para outro objetivo.
  - Constituir um grupo de trabalho, com Fernando se candidatando, para analisar a proposta da Meta 3 e do Objetivo 24 e apresentar uma proposta de redação para a próxima reunião.
  - Prejudicar a Meta 3, considerando que seu conteúdo já está contemplado no Objetivo 24, e retomar a discussão do Objetivo 24 na próxima reunião.
  - Concluir a sessão e reagendar a próxima reunião para o dia seguinte, embora o horário precise ser confirmado.
  - Renata deve interromper a gravação da reunião para uma discussão informal de agenda.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderley Azevedo de Brito**, **DIRETOR(A) - CD3 - REI-DE**, em 26/10/2026 11:47:50.
- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo**, **PEDAGOGO-AREA**, em 23/10/2026 12:18:22.
- **Renata David de Moraes**, **COORDENADOR(A) - FG0002 - REI-CGAE**, em 21/10/2026 10:06:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/10/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 830248
Código de Autenticação: aae5242747

ATA DA 8ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 14 dias do mês de outubro de 2026, às 14 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a oitava plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Kenia inicia 14:10 informando que devido à impossibilidade do Brito em coordenar a mesa, conforme dito na plenária passada, ficou determinado que ela e Renata irão conduzir os trabalhos hoje uma vez que foi solicitado pela plenária o não cancelamento da agenda.

- Objetivos 4 e 16 com suas metas e ações
- Apreciação das meta 2 e 3 e suas respectivas ações do objetivo 11.
- Apreciação dos objetivos 15 e 33
- Apreciação dos objetivos 03, 20, 21, 24 (com o 06), 27, 28, 29, 31, 35

Registra-se:

Objetivo 4
Charles: proposta de novo texto - Criar e efetivar uma política de educação especial inclusiva que estabeleça diretrizes e ações para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas.
Há debate dos termos e melhor forma de escrita
Decisão: ajuste aprovado por consenso

<u>Meta 1</u>
Ana Beatriz: padronizar nomenclatura- educação especial inclusiva
Rafael: sugere dividir a meta
Renata: encaminhamento - estabelecer um GT para reconstrução da meta e ações
Rafael complementa que o GT integre também a avaliação do objetivo 16 para verificar a possibilidade de avaliar em conjunto e integrar os dois.
GT constituído por: Cátia, Ana Beatriz, Rafael

Verificar na plenária se o objetivo 16 deve ser agregado ao objetivo 4 via nova proposta do GT.
Renata propõe que sejam avaliados separadamente uma vez que já foi aprovado o texto do objetivo 4
Plenária compreende que a avaliação do objetivo 16 junto com o objetivo 4 enriquece o texto, considera-se recurso apresentado para que seja feita a apreciação conjunta.
Votação:
Proposta 1 voltar atrás no objetivo 4 e juntar ao 16 para que o GT trabalhe os dois juntos: 7
Não concordam com a junção: 2
Abstenções: 0
Decisão: o GT irá trabalhar os objetivos 4 e 16 e apresentarão nova proposta no formulário

Objetivo 16

Fica definido que o objetivo 16 será trabalhado em conjunto com o objetivo 4 e apresentado em formulário de nova proposta por GT constituído na plenária.

Objetivo 11 (continuação de apreciação)

Meta 2
Renata propõe prejudicar a meta 2 com suas ações e construir um texto com os pontos para compor como uma ação 3 da meta 1.Consenso nesse encaminhamento.
Renata propõe um texto
Charles propõe um texto
Votação: 3 pessoas a favor da proposta da Renata. 4 pessoas a favor da proposta do Charles. 1 abstenção
Decisão: Ação 3 para compor a meta 1: Implantar, até 2030, um sistema de acompanhamento da trajetória estudantil capaz de: integrar dados acadêmicos, sociais e pedagógicos; produzir relatórios periódicos por curso e ciclo formativo; identificar riscos de evasão por fase; e definir pontos críticos de acompanhamento, envolvendo coordenações de curso, NDEs e setores institucionais.

Meta 3
Proposta de reconstrução do texto por Renata, Charles e Ana Julia:
Consenso na alteração: Reduzir progressivamente, a partir de 2028, as taxas de evasão e retenção de modo que até 2031 as taxas tenham reduzido em no mínimo 20%

Ações: aprovação em bloco aprovada por consenso
- Destaque na ação 1: alteração aprovada por consenso: Desenvolver ações de acolhimento e adaptação inicial no âmbito do curso.
- Destaque na ação 2 alteração aprovada por consenso: Avaliar e revisar práticas pedagógicas a cada semestre para reduzir retenção.
- Ação 3: aprovada como está
- Destaque na ação 4: juntar a 4 e 5 no texto: aprovado por consenso 4 e 5: Capacitar docentes e técnicos, semestralmente, para atuação na permanência e êxito, promovendo formação didático-pedagógica e análise de dados e indicadores por meio de cursos, palestras, oficinas, dentre outros.
- Destaque na ação 6: contemplada na junção da 4 e 5. Ação fica prejudicada.
- Destaque na ação 7: juntar a 7 e a 8 no texto aprovado por consenso 7 e 8: Integrar avaliação diagnóstica e contínua aos processos institucionais relacionados à evasão e retenção e ajustar estratégias com base nos resultados das avaliações.
- Destaque na ação 8: prejudicada pois foi juntada no texto anterior.

Fica registrado:
Ana Julia parabeniza pela condução da Kênia e Renata
Charles registra que foi bom manter a plenária, que devemos confiar nos colegas para apreciação das propostas. Fica feliz que tenhamos conseguido o encaminhamento de que a presidência alternativa seja uma prática para conseguirmos avançar e manter as reuniões agendadas.
Ana Julia complementa que considera importante não interditar a agenda em função de outras agendas e que os delegados precisam fazer escolhas, permanecendo as agenda.

PACTUAÇÃO COLETIVA: consenso
É realizada pactuação coletiva de que os delegados irão avaliar bloco por bloco se está contemplado prazos e responsáveis sem que isso seja necessariamente preciso contemplar item a item.
Charles em concordância complementa que essa orientação de prazos e setores não estavam bem estabelecidas no momento da submissão das propostas e ainda o regimento pode ser que mude sendo necessário cuidado com o estabelecimento dos setores.
Fica pactuado que pode ser feita aprovação em bloco de propostas e posteriormente se faça destaques na adequação dos textos.

A plenária encerra às 16:55

PRESENÇA:

Justificativas de ausência registradas:

Iarle
Simone Paixao Araujo
Fernando Henrique Silva Carneiro
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos (justificou posteriormente à conclusão da ata da sétima reunião - dia

13/10 - sua ausência, faço constar nesta ata).
Wanderley Azevedo de Brito

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Gabriela Magalhães da Fonseca - Diretor/a (membro nato)
Elza Gabriela Godinho Miranda - Docente
Rafael Gonçalves Borges - docente
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Ana Júlia Rodrigues Carvalho - CPPIR
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Thiago VedoVatto - docente
Fernando Augusto Messias - Técnico/a- Administrativo/a
Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Elisa Emanuely Da Silva Lopes - estudante
Francisco Marcelo Bessa - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 16 horas e 55 minutos. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE

RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

Objetivos 4 e 16: Política de Educação Especial Inclusiva:

- Assuntos:
  - Definição da agenda da reunião com foco nos objetivos 4 e 16 relacionados a ações inclusivas.
  - Apresentação e discussão do Objetivo 4: Criar uma política de ação inclusiva para atender estudantes com necessidades educacionais específicas (proposta do campus Aparecida de Goiânia).
  - Dúvida sobre a necessidade de 'criar' uma política de inclusão, dado a existência da Resolução 98, e o impacto do novo decreto 12.773 na redação.
  - Questionamento sobre a diferença entre 'política institucional de inclusão' e 'política de ação inclusiva'.
  - Esclarecimento de que a palavra 'inclusão' é ampla e a importância de especificar se a política se refere a 'necessidades educacionais especiais' ou ao público da 'educação especial'.
  - Justificativa para o termo 'política de ação inclusiva' para abordar novas formulações do NAPNI (PEI e PAEE).
  - Confirmação de que a Resolução 98 de 2021 trata de adaptação pedagógica e não de uma política de educação inclusiva específica para estudantes com necessidades educacionais especiais.
  - Defesa da explicitação da categoria 'Educação especial inclusiva' na redação do objetivo.
  - Discussão sobre a necessidade de incluir explicitamente a categoria "Educação especial inclusiva" na redação do objetivo da política para estudantes com necessidades educativas específicas.
  - Aprovação da nova redação do Objetivo 4: "Criar e efetivar uma política de educação especial inclusiva que estabeleça diretrizes e ações para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas".
  - Discussão sobre a adequação da Meta 1 do Objetivo 4 e seu alinhamento com a nova redação de "educação especial inclusiva".
  - Sugestão para desmembrar a Meta 1 do Objetivo 4 em duas, focando na implementação da política e na institucionalização do Plano Educacional Individualizado (PEI).
  - Preocupação sobre a atribuição de responsabilidades para elaboração e acompanhamento do PEI devido à dificuldade de profissionais de apoio.
  - Esclarecimento de que a supervisão e orientação do PEI é realizada por profissional de educação especial contratado via bolsista, e não por código de vaga.
  - Reforço de que o trabalho de PEI é colaborativo e já está acontecendo, necessitando ser documentado no PDI.
  - Questionamento se o texto do Objetivo 4, já aprovado, pode sofrer alteração após atuação do GT que irá integrar os Objetivos 4 e 16.
  - Proposta para que a plenária chancelle a integração de metas e ações do objetivo 16 no trabalho de um Grupo de Trabalho (GT).
  - Discussão sobre o Objetivo 16: "Elaborar, institucionalizar e implementar a política de inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas no IFG...", e se deve ser agregado ao Objetivo 4 ou permanecer separado.
  - Debate regimental sobre a possibilidade de alterar o texto do objetivo 4, já aprovado, para integrá-lo ao objetivo 16, e sugestão de manter os dois objetivos separados.
  - Discussão sobre a estratégia de levar um objetivo mais conciso para a próxima fase (união dos objetivos 4 e 16) ou levar os dois separadamente.
  - Discussão sobre a estratégia de encaminhamento para os objetivos 4 e 16, considerando agrupar as propostas ou manter separadas, e o impacto de revisar decisões já aprovadas.
  - Solicitação de prazo adicional para o GT elaborar a nova proposta dos objetivos 4 e 16.
- Encaminhamentos:
  - Charles sugere alteração na redação do Objetivo 4 para 'Criar política institucional de inclusão que estabeleça diretrizes e procedimentos para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas'.
  - Ana Beatriz, Tiago e Kátia devem apresentar uma proposta escrita de alteração do texto do objetivo 4 para incluir a terminologia "Educação especial inclusiva".
  - Renata David de Moraes propõe que Ana Beatriz, Tiago e Cátia elaborem uma proposta escrita de alteração do texto do Objetivo 4 para facilitar a avaliação da plenária.
  - Charles apresenta nova sugestão de redação para o Objetivo 4: 'Criar e efetivar política de educação especial inclusiva que estabeleça diretrizes e ações para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas'.
  - Criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto por Ana Beatriz, Kátia e Rafael para reelaborar a proposta, integrando os Objetivos 4 e 16, suas metas e ações.
  - A plenária concorda em discutir o Objetivo 16 para avaliar a possibilidade de o GT agregar ambos os objetivos (4 e 16), desmembrar metas e ações, ou criar uma nova proposta unificada.
  - Apreciar o objetivo 16 para verificar a possibilidade de integrá-lo ao GT junto com o objetivo 4.
  - Aprovação, por maioria, de que um GT será constituído para trabalhar em conjunto os objetivos 4 e 16, integrando-os em uma nova proposta.
  - Aprovação por maioria de votos para agrupar os objetivos 4 e 16 para que um Grupo de Trabalho (GT) elabore uma nova proposta a ser apresentada em uma próxima plenária.
  - Renata sugere que os objetivos 4 e 16 originais sejam registrados como "rejeitados" no sistema de registro, justificando que foram preteridos em prol de uma nova proposta a ser desenvolvida pelo GT.

Objetivo 11: Permanência, Aprendizagem e Êxito:

- Assuntos:
  - Retomada da discussão sobre o Objetivo 11, focando nas metas 2 e 3 e suas ações, após relembrar a redação aprovada do Objetivo 11, Meta 1 e suas ações.
  - Discussão sobre a Meta 2 do Objetivo 11 ("Implantar sistema de acompanhamento das trajetórias acadêmicas por ciclo formativo"), levantando a questão da falta de um parâmetro numérico e prazo, e se já está contemplada pela Meta 1.
  - Análise da Meta 2 do Objetivo 11, com a sugestão de Charles de que ela seria mais adequada como uma ação, e Kênia

reforça que a meta não atende aos critérios de ter prazo e linha de base.
- Discussão sobre a inserção da integração de dados acadêmicos, sociais e pedagógicos no texto da ação 3, conforme sugestão de Ana Júlia.
- Sugestão de Ana Júlia para incluir a integração de dados acadêmicos, sociais e pedagógicos na redação da nova Ação 3 proposta por Renata.
- Charles apresenta uma redação alternativa para a Ação 3 da Meta 1, focada na implantação de um sistema de acompanhamento da trajetória estudantil capaz de integrar dados e produzir relatórios.
- Consenso para aglutinar as ações da Meta 2 em uma única ação 3, fortalecendo a meta anterior.
- Análise de duas propostas de redação distintas para a mesma ação 3: uma de Renata (contemplar no plano de permanência e êxito) e outra de Charles (implantar um sistema de acompanhamento).
- Esclarecimento de dúvidas sobre as propostas antes da votação.
- Renata defende sua proposta de redação da ação 3, argumentando que a implantação de um sistema é uma ferramenta administrativa e que os pontos devem compor o plano de permanência e êxito.
- Charles defende sua proposta de ação 3, enfatizando a necessidade de um sistema para canalizar e integrar dados acadêmicos, sociais e pedagógicos, subsidiando o plano de permanência e êxito.
- Aprovação da proposta de ação 3 de Charles com 4 votos a favor, 3 para a proposta de Renata e 1 abstenção.
- Discussão sobre a redação da Meta 3 (redução de evasão e retenção) e sua relação com a Meta 1, que prevê a construção do plano de permanência e êxito até 2031.
- Discussão sobre a necessidade de reescrever a Meta 3 do Objetivo 11 para alinhar a redução de evasão e retenção com a construção e efetivação do Plano de Permanência e Êxito.
- Renata sugere que as ações propostas para a Meta 3 (acolhimento, práticas pedagógicas, acompanhamento) deveriam ser contempladas dentro do Plano de Permanência e Êxito, como parte da Meta 1.
- Ana Júlia defende manter uma meta explícita para a redução percentual da evasão, sem diluí-la em ações da Meta 1, para garantir visibilidade ao tema.
- Ana Júlia propõe antecipar o início da meta de redução de evasão e retenção para 2028, para que esteja dentro da vigência do PDI.
- Charles argumenta que o Plano de Permanência e Êxito é a ferramenta principal para combater a evasão, e a meta de redução deve estar atrelada à sua implantação.
- Renata concorda em manter a meta de redução separada, mas enfatiza que o plano e suas ações devem acontecer concomitantemente.
- Ana Júlia questiona se manter o percentual de 20% na meta poderia ser prejudicial, mas Kênia e Charles esclarecem que não prejudica.
- Renata questiona se as ações da Meta 3 seriam discutidas antes do intervalo, mas Kênia esclarece que a meta em si foi aprovada e as ações serão abordadas após o intervalo.
- Kênia detalha os requisitos para as ações: devem especificar a entrega, atribuir um prazo tático, indicar a responsabilidade do setor e o ano de ocorrência.
- Discussão sobre a necessidade de pactuar um modelo de trabalho para conseguir avançar na análise das propostas, considerando que é preferível 'antes feito que perfeito'.
- Renata propõe que, devido à quantidade de propostas, seja feita uma avaliação caso a caso das ações, não sendo necessário detalhar setor e prazo em cada ação, desde que essas informações estejam claras em algum ponto do bloco.
- Proposta de reflexão para avaliar caso a caso a necessidade de explicitar setores e prazos em cada ação, meta e objetivo.
- Argumentação de que a falta de clareza sobre a obrigatoriedade de prazos e setores nos formulários de proposição originais prejudicou a comunidade.
- Discussão sobre o cuidado ao atribuir setores responsáveis, considerando que o regimento ainda não foi aprovado.
- Consenso para não estabelecer setores e anos para cada uma das ações da Meta 3, considerando que já estão postos na meta ou objetivo anteriormente.
- Sugestão de Ana Júlia para fazer ajustes nas ações aprovadas em bloco, a fim de dar mais visibilidade à periodicidade.
- Discussão sobre a Ação 1 ('Desenvolver ações de acolhimento e adaptação inicial no âmbito do curso'), com a sugestão de Charles de vincular explicitamente a atribuição de acolhimento às coordenações de curso específico.
- Sugestão de ajuste de Ana Júlia para a Ação 2 ('Avaliar e revisar práticas pedagógicas a cada semestre para reduzir retenção'), adicionando a periodicidade 'a cada semestre'.
- Charles propõe juntar as ações 3 e 4, e posteriormente, com correção, ele esclarece que a intenção era juntar as ações 4 e 5.
- Discussão sobre a redação da Ação 4 (e 5 e 6), especificamente sobre a abrangência da 'formação' para docentes e técnicos. Kênia sugere não restringir a 'cursos e oficinas' para permitir outras possibilidades.
- Ana Júlia explica a intenção de sua proposta de substituir "cursos, palestras, oficinas, dentre outros" por "cursos e oficinas" na ação 4/5, visando tornar a formação mais atrativa.
- Ana Júlia explica que a intenção de focar em cursos e oficinas é atrair mais participantes, pois palestras frequentemente resultam em ausências.
- Kênia e Renata argumentam que nomear tipos específicos de formação (como cursos e oficinas) pode limitar o escopo da ação, sendo preferível manter uma linguagem mais abrangente.
- Kênia reitera que especificar tipos de formação (cursos, oficinas) pode limitar a interpretação do leitor, sugerindo uma redação mais ampla.
- Charles propõe uma redação que liste exemplos de formações (cursos, oficinas, minicursos) e inclua "entre outras ações" para manter a abrangência, com a sugestão de Ana Júlia de incluir a periodicidade semestral.
- Ana Júlia sugere incluir a palavra 'didática' na capacitação para docentes e técnicos, como 'capacitação didática na interlocução com os estudantes'.
- Kênia questiona o uso do termo 'intervenção pedagógica' e se a formação seria restrita apenas a 'análise de dados'.
- Ana Júlia propõe priorizar a formação didático-pedagógica e, em seguida, abordar a análise de dados, relacionando-a aos indicadores de evasão e permanência da meta.

- Charles sugere que a Ação 6 ('Desenvolver competências para o acompanhamento') seja absorvida pelas ações de formação já propostas na junção das Ações 4 e 5.
- Ana Júlia propõe juntar as Ações 7 e 8, argumentando que a avaliação está relacionada à construção de estratégias.
- Ana Júlia destaca a importância da 'avaliação diagnóstica' como um tipo de avaliação crucial a ser mencionado.
- Charles concorda com a inclusão do termo 'diagnóstica' para amarrar a ação, apesar de inicialmente propor a supressão da Ação 8.
- Discussão sobre a ordem e a terminologia para 'avaliação diagnóstica e contínua' ou 'contínua e diagnóstica'.
- Recapitulação e confirmação dos ajustes: Meta 3 ajustada, Ação 3 permanece, Ação 4 extinta e unida com 5 e 6, e Ações 7 e 8 unidas.

- Encaminhamentos:
- Proposta de Renata para aglutinar as informações da Meta 2 em uma nova Ação 3 da Meta 1, visando contemplar no plano de permanência e êxito pontos críticos de acompanhamento, dados acadêmicos, sociais e pedagógicos, riscos de evasão, formas de acompanhamento e relatórios periódicos.
- Charles deve escrever a proposição da ação 3 nas notas da reunião, logo abaixo da Renata, para facilitar a comparação.
- Decisão de prejudicar a Meta 2 do Objetivo 11 e suas ações, em favor da aglutinação de seus pontos em uma nova ação da Meta 1.
- Recomendação para que as propostas de ação incluam prazo e setor responsável para a execução, conforme o regimento.
- Partir para a apreciação da Meta 3 do Objetivo 11.
- Decisão de fazer um intervalo após a conclusão da apreciação da Meta 3 do Objetivo 11.
- Kênia solicita que Ana Júlia registre no chat uma redação ajustada para a Meta 3, incorporando a sugestão de reduzir progressivamente a partir de 2028.
- A proposta de redação da Meta 3 apresentada por Renata no chat (que mantém o caráter progressivo a partir de 2028 e o objetivo de pelo menos 20% de redução até 2031) é aprovada por unanimidade.
- Aprovação em bloco das ações propostas para a Meta 3, da ação 1 à 8, por unanimidade.
- Kênia Hidalgo aceita a proposta de Ana Júlia para ajustes textuais nas ações, permitindo que cada delegado que tiver destaque apresente especificamente qual ação quer ajustar.
- Aprovação da sugestão de Charles para a Ação 1, que passa a ser 'Desenvolver ações de acolhimento e adaptação inicial no âmbito do curso'.
- Aprovação da redação unificada para as Ações 4, 5 e 6 da Meta 3: 'Capacitar docentes e técnicos semestralmente para atuação na permanência e êxito, promovendo formação didática pedagógica e análise de dados e indicadores por meio de cursos, palestras, oficinas, dentre outros'.
- Aprovação da junção das Ações 4, 5 e 6 da Meta 3 em uma única ação.
- Aprovação da redação unificada para as Ações 7 e 8 da Meta 3: 'Integrar a avaliação diagnóstica e contínua aos processos institucionais relacionados à evasão e retenção e ajustar estratégias com base nos resultados das avaliações'.

Gestão da Reunião e Próximos Passos:
- Assuntos:
- Decisão de encerrar a reunião devido ao tempo e número reduzido de participantes, adiando a discussão do próximo objetivo e a avaliação dos próximos encontros para um GT.
- Discussão sobre a necessidade de uma presidência alternativa para conduzir as plenárias quando o presidente habitual não puder comparecer, a fim de evitar atrasos e prejuízos às propostas.
- Charles reforça a importância de manter as plenárias e a confiança nos colegas, destacando a produtividade alcançada mesmo com menos participantes.
- Ênfase na importância de não interditar a agenda do eixo devido a outras atividades institucionais (aulas, seminários, congressos), exigindo escolhas para garantir a continuidade das reuniões.
- Ana Júlia complementa a fala de Charles, ressaltando a importância de não interromper a agenda do eixo devido a outras atividades institucionais.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Renata David de Moraes, COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 26/10/2026 12:37:55.
- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo, PEDAGOGO-AREA**, em 26/10/2026 12:17:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/10/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 833302
Código de Autenticação: f93840366b

ATA DA 9ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 16 dias do mês de outubro de 2026, às 09 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a nona plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Brito inicia 09:10hs dando as boas-vindas e agradecendo a presença. Apresentada ordem do dia:

- Apreciação dos objetivos 15 e 33
- Apreciação dos objetivos 03, 20, 21, 24 (com o 06), 27, 28, 29, 31, 35

Registra-se:

OBJETIVO 15: aprovado por consenso
Meta 1 e ação: aprovados por consenso

Meta 2: Charles propõe prejudicar a meta por não ser mensurável e passar as ações dela para meta 1. Decisão aprovada por consenso.
- Ação 1: destaque aprovado por consenso: retirar "por meio da Diretoria de Assuntos Estudantis"
- Ação 2: aprovada por consenso.

Meta 3: Charles questiona sobre essa meta ter sido trabalhada anteriormente em outro objetivo. Renata explica que foi trabalhado no objetivo 11. Aprovado por consenso texto igual ao construído para objetivo. 11: Reduzir progressivamente, a partir de 2028, as taxas de evasão e retenção de modo que até 2031 as taxas tenham reduzido em no mínimo 20%.
- Ação 1: aprovada por consenso.

Meta 4: proposta de prejudicar a meta por não ser uma meta mensurável. Subir a ação para a meta 1. Encaminhamento aprovado por consenso.
- Ação 1: aprovada por consenso e agregada à meta 1.

Meta 5: Carolina acha que as ações da meta não refletem à meta. Renata propõe prejudicar a meta com suas ações e construir um texto único para compor uma ação da meta 1: Implementar ações voltadas ao êxito acadêmico quais sejam: pedagógicas, de inclusão, de equidade, afirmativas, bem como formações sobre inclusão, diversidade e práticas pedagógicas, e sobre atuação na permanência e êxito. Encaminhamento e texto aprovado por consenso.

Meta 6: incluir "até o final da vigência do PDI". Aprovada com alteração por consenso
- Ação 1: aprovada por consenso.

OBJETIVO 33:
Brito: sugere que esse objetivo seja analisado em conjunto com o eixo administração.
Elza: sugere incluir "criar, ampliar e equipar espaços… " trocar cursos por modalidades.
Ana Beatriz: sugere retirar "de educação integral".
Carolina considera importante destacar a demanda específica do formato integral.
Texto construído coletivamente aprovado por consenso: Criar, ampliar e equipar espaços de convivência nos

câmpus do IFG, considerando as especificidades de cada modalidade de ensino, com vistas à promoção da qualidade de vida, saúde mental, diálogo e integração entre docentes, técnicos administrativos e estudantes.

Meta 1: Brito questiona sobre a prioridade estabelecida para os cursos integrais. Em razão da discussão o texto fica aprovado por consenso: Implementar ou ampliar espaços de convivência em pelo menos 70% dos câmpus do IFG até o final de 2029, garantindo que 100% dos câmpus possuam espaços de convivência adequados e funcionais até o final da vigência do PDI (2031).
- Ação 1: Ana Beatriz propõe desmembrar em duas ações, encaminhamento aprovado por consenso: AÇÃO 1: Realizar diagnóstico participativo das demandas por espaços de convivência em todos os câmpus. AÇÃO 2: identificar, em cada câmpus, espaços ociosos ou passíveis de adaptação.
- Ação 2: Brito propõe prejudicar a ação pois não conversa com o objetivo e entende que deveria ir para outro eixo. Kênia discorda. Charles propõe uma nova redação. Plenária concorda em alterar o texto. Ficando por consenso: Ação 2: Definir padrões mínimos de infraestrutura (área coberta e descoberta, mobiliário adequado, acessibilidade universal). Ação 3: Priorizar recursos orçamentários e emendas parlamentares para efetivar os espaços de convivência dos câmpus.

OBJETIVO 03:
Brito questiona se o texto como está não seria para o eixo de administração. Charles entende a preocupação mas acredita que aqui, por ser um eixo transversal, é natural que apareça a necessidade de discutir isso, ve como necessário passar para apreciação da próxima etapa. Ludmylla concorda com o Charles que devemos trabalhar esse objetivo sim.
Texto com alteração aprovado por consenso: Promover o reajuste dos valores dos auxílios estudantis

Meta 1: não há consenso da forma como está. Realiza-se as defesas contra e a favor da proposta.
Há um ajuste na redação: aprovado por consenso META 1: Aumentar os valores dos auxílios estudantis anualmente de acordo com os índices oficiais de inflação ou outros indexadores e conforme os repasses oficiais para a execução da Política Nacional de Assistência Estudantil.
- Ação 1: aprovada por consenso.

OBJETIVO 20:
Renata propõe prejudicar todo o bloco do objetivo 20 considerando que está contemplado no objetivo 24. Encaminhamento aprovado por consenso.

Meta 1: prejudicada contemplada no 24.
Ação 1: prejudicada contemplada no 24.
Fica definido ir para análise do objetivo 24.

OBJETIVO 24: objetivo aprovado por consenso.

Meta 1: aprovada por consenso. Abre-se para destaques nas ações.
- Ação 1: destaque do Brito - solicita a retirada da periodicidade. Renata abre discordância do destaque. Abre-se para defesas. Renata defende a manutenção. Brito defende a retirada da periodicidade. Charles defende a manutenção do texto como está. Abre-se para votações: manter o texto como está: 5 pessoas. Concordam com o destaque: 2 pessoas. Abstenção: 0. Decisão: mantem-se o texto como está.
- Ação 2: Charles - trocar CRAS, CREAS, CAPS por um nome mais genérico. Ludmylla defende a manutenção pois são nomes já consolidados a fim de deixar especificada a rede de apoio necessária para atendimento dos estudantes. Charles retira sua proposta. Decisão: mantem o texto original.
- Ação 3: destaque Ana Beatriz. Sugere acrescentar: para estudantes com deficiência física com demanda de transporte especial. Alteração aprovada por consenso.
- Ação 4: sem destaque, aprovada como está.
- Ação 5: Aprovada como está.
Ação 6: Charles - por coerência acredita ser uma questão regimental. Caso mantenha a ação retirar a composição técnica. Brito - considera prejudicada por ser regimental. Não há consenso em prejudicar a proposta. A plenária se encerra neste momento.

Para a próxima reunião retomar a ação 6 e seguir com destaques até a ação 14.

A plenária encerra às 12:02

PRESENÇA:

Justificativas de ausência registradas:

Fernando Augusto Messias

Camila Lorrane Rodrigues dos Santos

Registra-se os delegados participantes:

Wanderley Azevedo de Brito Mesa Diretiva (Coordenador)
Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Elza Gabriela Godinho Miranda - Docente
Thiago Wedson Hilario - Técnico/a- Administrativo/a
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Rafael Gonçalves Borges - Docente
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Simone Paixão Araújo - GEPEX

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 16 horas e 55 minutos. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE
RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

- Assuntos:
  - Discussão sobre a metodologia de trabalho para agilizar a apreciação dos objetivos restantes, suas metas e ações.
  - Lembrar a pactuação coletiva sobre avaliar ações em bloco, fazer destaques pontuais e não precisar colocar prazos e responsáveis em cada ação/meta, desde que estejam contemplados em algum momento do bloco do objetivo.
- Encaminhamentos:
  - Otimizar o processo de apreciação lendo todas as ações da meta 1 em bloco, seguida da aprovação em bloco e, posteriormente, a discussão e registro de destaques ação por ação.

Objetivo 15: Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFG:
- Assuntos:
  - Esclarecimento sobre o Objetivo 15, confirmando que o IFG já está trabalhando em uma minuta da Política de Acesso, Permanência e Êxito, aguardando a publicação da política nacional pela SETEC.
  - Discussão sobre a Ação 1 da Meta 2 do Objetivo 15, que menciona a "diretoria de assuntos estudantis", unidade que não existe no regimento vigente do IFG e está em discussão.
  - Ponderação de Charles sobre a Meta 2 ('integrar e articular ações de permanência e êxito em todos os campos'), sugerindo que ela se assemelha mais a uma ação do que a uma meta, pois não é facilmente mensurável.
  - Charles questiona a Meta 3 ('Reduzir em 20% ao ano as taxas de evasão e retenção'), lembrando que o assunto foi debatido e amadurecido em uma plenária anterior para o Objetivo 11, e propõe usar a mesma redação já aprovada.
  - Discussão sobre a repetição da Meta 3 do Objetivo 11 no Objetivo 15, questionando se o texto deve ser copiado ou se a meta seria redundante.
  - Avaliação da Meta 4, que propõe 'Ampliar o acesso às políticas de assistência estudantil', sendo considerada não mensurável.
  - Análise da Meta 5 ('Implementar ações pedagógicas voltadas ao êxito acadêmico') e suas ações, com questionamento sobre se as ações propostas realmente refletem o caráter pedagógico da meta.
  - Discussão sobre a redação da Meta 6 ('Implantar sistema institucional de monitoramento do acesso da permanência e do êxito') e a necessidade de incluir um prazo para sua implementação.
  - Leitura e discussão da Meta 6: Implantar sistema institucional de monitoramento de acesso, permanência e êxito. Foi sugerida e aprovada a inclusão de um prazo para esta meta, 'até o final da vigência do PDI'.
  - Discussão e aprovação da ação da Meta 6: 'Criar indicadores institucionais capazes de avaliar continuamente a implementação da política', com a justificação de que é fundamental para o monitoramento efetivo.
- Encaminhamentos:
  - Sugerir ajuste na Ação 1 da Meta 2 do Objetivo 15 para substituir 'por meio da diretoria de assuntos estudantis' por uma expressão mais genérica, como 'a partir dos setores' ou 'dos setores responsáveis', devido à inexistência da diretoria no regimento atual.
  - Acordar que a Meta 2 e suas ações do Objetivo 15 sejam realocadas e incorporadas como ações da Meta 1 do mesmo objetivo, por serem partes constituintes da política.
  - Aprovar a Meta 3 do Objetivo 15 utilizando a mesma redação e ações já definidas para a Meta 3 do Objetivo 11, que aborda o mesmo objeto de redução de taxas de evasão e retenção.
  - Copiar a redação da Meta 3 do Objetivo 11 para a Meta 3 do Objetivo 15, conforme já debatido e consensualizado em plenária anterior, para garantir que o texto de redução de evasão e retenção seja contemplado em ambos os objetivos.
  - Prejudicar a Meta 4 por não ser mensurável e realocar sua ação ('Ampliar programas de apoio socioeconômico, garantindo acesso à alimentação, transporte e moradia') para a Meta 1, que trata da elaboração e aprovação da política institucional de permanência e êxito.
  - Prejudicar a Meta 5 e suas ações, e consolidar seu conteúdo em uma única ação a ser integrada à Meta 1, com o texto 'Implementar ações voltadas ao êxito acadêmico quais sejam: ações pedagógicas, ações de inclusão, políticas de equidade, ações afirmativas, formações sobre inclusão, diversidade e práticas pedagógicas, e atuação na permanência e êxito'.
  - Aprovar a movimentação de uma ação para a Meta 1, com o objetivo de ajustar a proposta original do proponente, o que resultou na concordância da maioria dos participantes, incluindo Carolina Miranda.
  - Aprovar a Meta 6 com a redação aprimorada 'Implantar sistema institucional de monitoramento de acesso, permanência e êxito' e incluir o prazo 'até o final da vigência do PDI'. Aprovar também a ação associada: 'Criar indicadores institucionais capazes de avaliar continuamente a implementação da política'.

Objetivo 33: Espaços de Convivência no IFG:
- Assuntos:
  - Apreciação do Objetivo 33: Criar, ampliar e equipar espaços de convivência nos campi do IFG, com vistas à promoção da qualidade de vida, saúde mental, diálogo e integração entre docentes, técnicos administrativos e estudantes. Sugerido que seja analisado por outros setores, especialmente a pró-reitoria de administração.
  - Elza sugeriu adicionar a palavra 'equipar' ao Objetivo 33, alterando para 'criar, ampliar e equipar espaços de convivência', para garantir que os espaços não sejam apenas criados, mas também mobiliados e adequados.
  - Ana Beatriz sugeriu modificar a frase 'considerando as especificidades dos cursos de educação integral' para 'considerando as especificidades das modalidades' ou 'modalidades de ensino', para tornar o objetivo mais amplo e inclusivo. O grupo concordou.
  - Carolina Miranda levantou uma divergência, ponderando que, embora a mudança para 'modalidades de ensino' seja mais inclusiva, é importante manter a dimensão do impacto da educação integral e a demanda específica que ela gera por espaços de convivência, devido à permanência estendida dos alunos no campus.
  - Discussão e aprovação do texto final ajustado para o Objetivo 33: 'Criar, ampliar e equipar espaço de convivência nos campos do IFG, considerando as necessidades de cada modalidade de ensino, com vistas à promoção da qualidade de vida, saúde mental, diálogo e integração entre docentes, técnicos, administrativos e estudantes'.

- Apreciação da Meta 1 do Objetivo 33: 'Implementar ou ampliar espaço de convivência em pelo menos 70% dos campos do IFG até o final de 2029, com prioridade para unidades que ofertam cursos de educação integral, garantindo que 100% dos campi possuam espaços de convivência adequados e funcionais até a vigência do PDI'. Sugerido remover a parte sobre a 'prioridade para unidades que ofertam cursos de educação integral'.
- Discussão sobre a meta de ampliação e implementação de espaços de convivência em 70% dos campi até 2029 e em 100% até o final do PDI (2031), considerada ousada.
- Proposta para suprimir a prioridade dos cursos de educação integral na implementação dos espaços de convivência, mantendo o restante do objetivo, pois em breve todos os campi terão esses cursos.
- Discussão sobre a Ação 1 do Objetivo 33: 'Realizar diagnóstico participativo das demandas por espaço de convivência em todos os campos, identificando espaços ociosos ou passíveis de adaptação'. Ana Beatriz considerou a redação confusa e propôs desmembrar em duas ações distintas.
- Redefinição da Ação 1 do objetivo 33, desmembrando-a em duas ações: a primeira, realizar o diagnóstico participativo das demandas por espaços de convivência; e a segunda, identificar espaços ociosos ou passíveis de adaptação em cada campus.
- Discussão sobre a pertinência da Ação 2 (Elaborar plano institucional que defina padrões mínimos de infraestrutura e priorize recursos orçamentários) no eixo de ingresso, permanência e êxito, com argumentação de que deveria estar no eixo de gestão/administração.
- Consenso de que a instituição precisa definir padrões mínimos de infraestrutura para os espaços de convivência e priorizar recursos orçamentários para esta finalidade.
- Proposta de dividir a Ação 2 em duas novas ações: 1) definir padrões mínimos de infraestrutura e acessibilidade universal; 2) priorizar recursos orçamentários e emendas parlamentares para efetivar os espaços de convivência.
- Argumentação sobre a importância de incluir a priorização de recursos orçamentários e emendas parlamentares para os espaços de convivência, baseada na experiência da dificuldade de construção de restaurantes universitários e na falta de dignidade dos alunos sem esses espaços.
- Encaminhamentos:
- Renata David de Moraes propôs um texto ajustado para o Objetivo 33 no bloco de notas para tentar contemplar a divergência de Carolina Miranda sobre as especificidades da educação integral, buscando consenso antes de levar a questão para defesa e votação.
- Renata David de Moraes registrou o desdobramento da Ação 1 em duas etapas, para melhor clareza: a primeira sendo a realização do diagnóstico das demandas e a segunda, a identificação dos espaços.

Objetivo 3: Reajuste dos Auxílios Estudantis:
- Assuntos:
- Defesa para manter a meta de reajuste dos auxílios estudantis no eixo atual, apesar de preocupações sobre sua localização, considerando a transversalidade do eixo e a importância de levar a discussão para a terceira fase com delegados de todos os eixos.
- Reforço à importância de ter a previsão de reajuste dos auxílios estudantis documentada no PDI para garantir orçamento, citando a história de longos períodos sem reajuste e a insuficiência dos valores atuais para a permanência dos estudantes.
- Discussão sobre a necessidade de incluir a previsão de reajuste dos auxílios estudantis no PDI, mesmo que o texto precise de alterações, para garantir sua existência e evitar a falta de previsão orçamentária.
- Charles sugere que a meta seja mais clara sobre a forma de reajuste, questionando se o foco deve ser atender mais alunos com valores baixos ou garantir o reajuste para quem já recebe, e propõe vincular o reajuste aos índices oficiais de inflação e outros indexadores, de acordo com os repasses orçamentários.
- Ludmylla discorda da proposta de Charles sobre definir a linha de atendimento (mais alunos ou valor maior), argumentando que essa decisão deve ser dos campi, respeitando suas especificidades, e que o foco da meta deve ser o reajuste dos valores dos auxílios.
- Charles expressa preocupação de que deixar a critério do campus não garante o reajuste, especialmente sem aumento de recursos, e que o texto atual pode não surtir o efeito esperado.
- Renata sugere que a confusão no texto do objetivo 3 está em diferenciar o reajuste dos valores dos auxílios estudantis do reajuste do valor do orçamento da assistência estudantil como um todo, pedindo ajuda para tornar o texto mais explícito.
- Ludmylla esclarece que a proposta é o reajuste dos valores dos auxílios, e não do orçamento da assistência estudantil, que é oriundo da PNAES e não é corrigido pela inflação. Ela sugere que o reajuste seja calculado com base na inflação e indexadores, e complementado pela instituição.
- Brito expressa preocupação de que o objetivo e as metas podem ser inalcançáveis, pois o aumento do aporte da instituição para os auxílios pode gerar falta de recursos em outros setores.
- Ludmylla contrapõe que não cabe ao coletivo julgar a complexidade das propostas, mas sim apresentá-las e que, quando há interesse, as mudanças acontecem.
- Charles sugere adicionar à meta que o reajuste aconteça 'de acordo com os repasses orçamentários do governo', ou outras fontes, para vincular o cumprimento da meta à disponibilidade de recursos externos, tornando-a mais realista.
- Brito insiste que definir o aumento anualmente de acordo com os índices oficiais é uma meta inalcançável e que a reflexão de Charles torna o texto mais crível.
- Discussão sobre a aprovação da meta de reajuste dos auxílios estudantis, com abertura para defesas a favor e contrárias à proposta.
- Ludmylla defende a meta de reajuste anual dos auxílios estudantis, argumentando que já existe orçamento e projeção orçamentária para tal, e que a instituição tem condições de realizar os aumentos.
- Ludmylla defende que existe um orçamento específico para assistência estudantil que permite o aumento anual dos auxílios, e que a falta de previsão em documento impede o progresso.
- Renata defende o texto da meta, afirmando que ele é claro sobre o compromisso da instituição em aumentar os valores dos auxílios e que as ações futuras detalharão como isso será feito. Ela enfatiza a importância de defender o eixo de permanência e êxito.
- Renata reforça que o texto da meta é explícito em seu objetivo de aumentar os valores dos auxílios aos estudantes e que

as ações futuras detalharão como isso será feito, não necessitando de ajustes no texto.

- Kênia propõe um ajuste no texto da meta para incluir a condição de que o aumento dos auxílios ocorra 'conforme a fonte do recebimento de recursos', condicionando o aumento à disponibilidade de repasses oficiais.
- Brito concorda com a proposta de ajuste de Kênia para a meta de auxílios estudantis, retirando sua defesa contrária, pois a nova redação torna a meta mais crível e alcançável.
- Charles sugere que, se não houver consenso sobre o texto ajustado, seja feita uma votação entre o texto original e o texto com o ajuste proposto.
- Discussão e consenso sobre a aprovação da ação da meta 1, que visa prospectar recursos extra-orçamentários para a política nacional de resistência estudantil, dada a insuficiência do orçamento do IFG.

- Encaminhamentos:
  - Esclarecer na meta do objetivo 3 que o reajuste dos auxílios estudantis deve ser promovido a partir de índices oficiais de inflação ou outros indexadores, e de acordo com os repasses orçamentários, definindo a forma como a instituição priorizará esses recursos para atender mais alunos ou reajustar o valor recebido.
  - A plenária concorda com o ajuste no texto da meta sobre o reajuste dos auxílios estudantis, que agora inclui a condição de 'conforme os repasses oficiais para execução da Política Nacional de Assistência Estudantil'.

Objetivo 20: Consolidar a Assistência Estudantil:

- Assuntos:
  - Brito apresenta o Objetivo 20: Consolidar a assistência estudantil como política intersetorial, articulando ações que favoreçam a permanência, o desempenho acadêmico e o desenvolvimento integral dos estudantes.
  - Maria Carolina questiona se o termo 'política intersetorial' é o mais adequado ou se 'estratégia' seria mais apropriado, buscando esclarecimento sobre a terminologia na construção do texto.
  - Renata propõe que o Objetivo 20 seja 'prejudicado' (desconsiderado), pois seu conteúdo já está contemplado de forma mais ampla e estruturada no Objetivo 24.
  - Ludmylla complementa a dúvida de Maria Carolina, explicando que a política de assistência estudantil já é concebida como um trabalho intersetorial, e concorda em prejudicar o Objetivo 20 em favor do Objetivo 24, que é mais amplo.
- Encaminhamentos:
  - A plenária decide considerar o Objetivo 20, sua meta e ação prejudicados, pois estão contemplados de forma mais ampla no Objetivo 24. A análise passará então para o Objetivo 24.

Objetivo 24: Fortalecer a Política de Assistência Estudantil:

- Assuntos:
  - Brito lê o Objetivo 24: Fortalecer a política de assistência estudantil em perspectiva ampliada por meio da implementação de ações integradas que promovam a qualidade de vida acadêmica, permanência, conclusão dos cursos, melhoria do desempenho acadêmico e desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes, pautadas em princípios de equidade, liberdade, igualdade, democracia, direitos humanos e cidadania.
  - Brito lê a Meta 1 do Objetivo 24: Criar programa institucional de atenção integral à saúde e assistência estudantil até o final da vigência do PDI (2031) e realizar ao menos uma ação anual em todos os câmpus.
  - Charles questiona a viabilidade de realizar um encontro anual em cada um dos 15 campi do IFG, considerando o possível alto custo e demanda de recursos, sugerindo uma reflexão sobre a frequência ou formato (ex: bianual ou encontro único para todos os campi).
  - Discussão sobre a viabilidade de realizar um encontro anual em cada um dos 15 campi do IFG, levantando a questão de se a instituição teria condições de promover 15 encontros anuais ou se seria um único encontro com todos os campi, sugerindo a possibilidade de ser bianual devido à demanda.
  - Ludmylla esclarece que a proposta da meta é alternar debates locais nos campi com edições multicampos integradas, e que isso já está previsto na ação, atendendo à preocupação de Charles sobre a viabilidade.
  - Ludmylla esclarece que a proposta da meta de atenção integral à saúde e assistência estudantil é alternar debates locais nos campi com edições multicampos integradas, e que a normativa da Assistência Estudantil já prevê essa alternância, visando garantir a ação no calendário acadêmico.
  - Brito apresenta um destaque na Ação 1, argumentando que a definição da periodicidade anual dos seminários de assistência estudantil no texto desconsidera as condições institucionais e a multiplicidade de eventos, sugerindo que a periodicidade seja definida posteriormente por uma discussão mais ampliada.
  - Renata defende a manutenção da periodicidade anual para o seminário de assistência estudantil, explicando que é uma prática histórica do planejamento da assistência estudantil que, apesar das dificuldades institucionais, precisa ser garantida para evitar adiamentos, e que a proposta inclui alternar debates locais com edições multicampos, com pelo menos uma edição presencial durante a vigência do PDI.
  - Discussão sobre a temporalidade de eventos institucionais no PDI, com a proposta de manter a periodicidade bianual para o seminário.
  - Charles defende a temporalidade anual no PDI para o seminário de assistência estudantil, citando o esclarecimento da Ludmilla e a importância de demarcar a discussão sobre assistência estudantil nos campi, que, segundo ele, é pouco articulada.
  - Debate sobre a periodicidade do seminário de permanência e êxito, com Ludmylla mencionando que a PAE do IFG já determina a realização anual.
  - Aprovação da Ação 1 da plenária com o texto original, após votação que decidiu manter a periodicidade do seminário como estava.
  - Proposta de Charles para substituir as siglas CRAS, CREAS, CAPES por 'centros de assistência social' na Ação 2, para maior perenidade do texto.
  - Ludmylla defende a manutenção das siglas CRAS, CREAS e CAPES na Ação 2, argumentando que são referências garantidas por políticas nacionais e essenciais para especificar a rede de apoio aos estudantes.
  - Aprovação da Ação 2 com o texto original, após Charles retirar sua objeção em deferência à Ludmylla.
  - Sugestão de Ana Beatriz para incluir na Ação 3 a previsão de transporte estudantil para estudantes com deficiência física,

incluindo transportes especiais acessíveis.

- Aprovação da Ação 4, que visa assegurar a previsão de ações pedagógicas sobre temas prioritários da política no calendário acadêmico.

- Charles questiona a necessidade da Ação 5, que propõe incluir a assistência estudantil nas ações institucionais de permanência e êxito, por considerar que já foi contemplada em outros momentos ou que as demais ações a permitiriam.

- Renata David de Moraes esclarece que a Ação 5 é crucial porque a assistência estudantil não tem cadeira cativa nas comissões de permanência e êxito no IFG, que atualmente estão desassociadas, necessitando de uma inserção sistemática.

- Brito e Charles expressam ressalvas à Ação 6, que trata do fortalecimento da composição técnica das equipes de assistência estudantil, citando áreas multiprofissionais. Eles argumentam que a questão da composição de equipe é de caráter regimental e já foi debatida em outros tópicos.

- Encaminhamentos:

- Aprovação da inclusão de previsão de transporte para estudantes com deficiência física na Ação 3.

- A reunião é encerrada por Brito, devido ao horário e à falta de consenso sobre a Ação 6, com a decisão de retomar a discussão a partir desta ação na próxima reunião.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderley Azevedo de Brito, DIRETOR(A) - CD3 - REI-DE**, em 05/11/2026 13:54:05.
- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo, PEDAGOGO-AREA**, em 28/10/2026 09:40:38.
- **Renata David de Moraes, COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 28/10/2026 09:22:38.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/10/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 833703
Código de Autenticação: 9c69d2fbe0

ATA DA 10ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 20 dias do mês de outubro de 2026, às 14 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a décima plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Brito inicia 14:10hs dando as boas-vindas e agradecendo a presença. Apresentada ordem do dia:

Ordem do Dia Programada:

* Retomar a ação 6 e seguir com destaques até a ação 14 da meta 1 do objetivo 24 .
* Concluir metas e ações do objetivo 24.
* retomar no objetivo 06.
* Avaliar objetivos: 21, 27, 28, 29, 31, 35.

Registra-se:

OBJETIVO 24: objetivo aprovado por consenso.

Meta 1: aprovada por consenso. Abre-se para destaques nas ações.
- Ação 6: Thiago sugere inserir também as CAPDs para a reconstituição e fortalecimento da composição tecnica das equipes nos câmpus. Proposta com destaque aprovada por consenso.
- Ação 7: Fernando coloca o destaque de acrescentar também das CAPDS. Destaque aprovado por consenso.
- Ação 8: inserir responsáveis da CPPE e CPAE. Inserir avaliação bianual. Renata faz a defesa de permanecer como está. A plenária tem acordo de acrescentar a CIAPE - Comissão Institucional de Acesso, Permanência e Êxito e CLAPE - Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito como responsáveis. Ajuste aprovado por consenso.
- Ação 9: Maria Carolina sugere: Regulamentar e institucionalizar fluxos intersetoriais entre CAE, CAPD, coordenações de curso, CPPIR, NAPNE e demais setores envolvidos na atenção integral ao estudante, definindo responsabilidades, periodicidade de acompanhamento, e viabilizando atendimento aos estudantes de todas as modalidades de ensino ofertadas. Destaque aprovado por consenso.
- Ação 10: Fernando pergunta sobre essa inclusão do moradia sendo que na nossa politica institucional não há essa previsão, Renata explica que esse movimento de retomada está acompanhando o movimento nacional de retomar esses programas específicos. Brito questiona sobre o prazo ser curto ja em 2027. Ludmylla explica que essa data foi pensada mesmo para que tenhamos já essa documentação necessária. Ana Julia pergunta sobre a diferença entre o IFG e o IFGoiano em relação à moradia, Ludmylla explica as diferenças entre as dinâmicas dessas duas instituições. Fernando sugere 2028. Plenária aprova por consenso a proposta com alteração da data para 2028.
- Ação 11: aprovada por consenso.
- Ação 12: aprovada por consenso.
- Ação 13: aprovado por consenso.
- Ação 14: Kênia sugere inserir ao final do texto: criar fluxos de acompanhamento intersetorial entre Assistência Estudantil, CAPD e coordenações de curso para propor ações voltadas a estudantes com responsabilidades de cuidado de crianças e adolescentes sem rede de apoio, a fim de que se amplie e efetive a comunicação entre os setores. Aprovado por consenso.

Meta 2: proposta da Kênia: Garantir que todos os estudantes da graduação selecionados a partir dos critérios da política de assistência estudantil tenham acesso às refeições nos restaurantes estudantis, a partir de 2027, até o final da vigência do PDI, de modo a atender a demanda reprimida. Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 1: aprovada por consenso.

Meta 3: aprovada por consenso.
- Ação 1: Renata questiona se aqui caberia o Napne. Ana Beatriz não soube dizer em relação à legalidade. Plenária aprova o texto original como está.

- AÇÃO NÃO VINCULADA À NENHUMA META: há um debate sobre a proposta estar prejudicada por trazer questões regimentais. Charles propõe mudar um pouco o texto a fim de garantir que a proposta seja contemplada no PDI.
Brito deixa registrado que, no entendimento dele enquanto coordenador da mesa, essa proposta está prejudicada. Brito solicita veementemente que seja realizado o registro de que a proposta está prejudicada e não deve ser votada. Em votação: 3 pessoas consideram a proposta prejudicada / 5 pessoas não consideram a proposta prejudicada. 3 Abstenções. Charles registra que "Só para constar: eu votei pelo prejuízo da proposta porque iria ajudar na construção de uma proposta nova."
Ludmylla apresenta uma proposta de ajuste de texto. Renata propõe criação de GT composto por Renata, Ludmylla e Charles para apresentação de um bloco completo de objetivo, meta e ação garantindo a ideia central. Brito solicita novamente o registro de que a proposta estava prejudicada por tratar de questões regimentais.

OBJETIVO 6: com sua meta e ação: Renata faz a proposta de considerar esse objetivo superado pelo que foi construído no objetivo 33. Encaminhamento aprovado por consenso.

OBJETIVO 21: O texto do objetivo está contemplado no objetivo 24. As metas e ações aprovadas aqui passarão a compor o objetivo 24. Encaminhamento aprovado por consenso.

Meta 1: aprovada por consenso, passará a compor o objetivo 24.
- Ação 1: prejudicada pois será reformulada no GT criado para a ação não vinculada do objetivo 24.

Meta 2: aprovada por consenso passará a compor o objetivo 24.
- Ação 1: aprovada por consenso passará a compor o objetivo 24.

Meta 3: Renata aponta que está contemplada com suas ações na ação 6 meta 1 do objetivo 24 e propõe o prejuízo da meta com suas ações. Encaminhamento aprovado por consenso.

Meta 4 e a Ação 1: rejeitada por consenso por estar contemplada na ação 9 meta 1 objetivo 24.
- Ação 2: rejeitada por consenso por estar contemplada na ação 11 meta 1 objetivo 24.

OBJETIVO 27: com suas metas e ações prejudicados por estar contemplado no objetivo 24. Encaminhamento aprovado por consenso.

OBJETIVO 28: objetivo contemplado no objetivo 24. Encaminhamento aprovado por consenso.
Meta 1 e suas Ações: aprovadas por consenso e reposicionadas para o Objetivo 24. Encaminhamento aprovado por consenso.

OBJETIVO 29: prejudicado com suas metas e ações por estar contemplado no Objetivo 24 meta 3. Encaminhamento aprovado por consenso.

OBJETIVO 31: Kênia propõe encaminhamento de criação de GT para definir objetivo metas e ações mais claras para não perder a ideia. GT constituído por: Fernando Messias e Ludmylla.

OBJETIVO 35: Brito entende que o texto tem que ser reformulado pois não conseguimos garantir o acesso. Fernando reflete que esse objetivo e o 31 estão falando de um mesmo tema que é o transporte . Charles vai na mesma linha pensa que poderia pensar um único objetivo a ser aglutinado pelo GT criado para reformulação do objetivo 31. Avaliando a possibilidade de agregar à ação 3 meta 1 do objetivo 24. Fica definido por consenso que este objetivo entrará também para reformulação junto ao GT do objetivo 31.

JUSTIFICATIVA:

Brito justifica ausência na próxima plenária agendada para dia 22 e expõe dificuldade pois surgiu uma agenda da reitoria. Renata propõe que mantenha a agenda e seja coordenada pela Kênia e Renata. Brito concorda e deixa registrada a justificativa de sua ausência.

A plenária encerra às 17h

PRESENÇA:

Justificativas de ausência registradas:

Charles dos Reis Alves
Rafael Goncalves Borges
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos
Elza Gabriela Godinho Miranda

Registra-se os delegados participantes:

Wanderley Azevedo de Brito Mesa Diretiva (Coordenador)
Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Gabriela Magalhães da Fonseca - Diretor/a (membro nato)
Fernando Augusto Messias - Técnico/a- Administrativo/a
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Fernando Henrique Silva Carneiro - Docente
Thiago Wedson Hilario - Técnico/a- Administrativo/a
Ana Júlia Carvalho - CPPIR

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 16 horas e 55 minutos. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE
RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

Fortalecimento das Coordenações de Assistência Estudantil e CAPDs:
- Assuntos:
  - Continuidade da discussão da ação 6 da meta 1 do objetivo 24, referente ao fortalecimento da composição técnica das coordenações de assistência estudantil.
  - Dúvida sobre a clareza do verbo "fortalecer" na ação 6, questionando se refere a aumento quantitativo ou maior autonomia das coordenações de assistência estudantil.
  - Discussão sobre a falta de definição de uma composição mínima para as equipes de assistência estudantil em documentos institucionais, resultando em equipes fragilizadas e com poucos membros.
  - Esclarecimento de que a proposta do texto da ação 6 se refere à recomposição do quadro de equipes das coordenações de assistência estudantil e CAPDs.
  - Discussão sobre a ausência de uma coordenação pedagógica efetiva no IFG e a necessidade de qualificar a arquitetura institucional para cumprir esse papel.
  - Desafio de atuação da coordenação pedagógica, que precisa suprir demandas de outras coordenações que não estão sendo ocupadas.
- Encaminhamentos:
  - Proposição de alteração do texto da ação 6 para incluir as CAPDs (Coordenações de Apoio Pedagógico ao Discente) na ação de fortalecimento das composições técnicas, devido ao enfraquecimento dessas coordenações.
  - Acréscimo da CAPD no texto da ação 6, conforme sugestão de Thiago e consenso dos participantes.
  - Ação 6 aprovada por unanimidade com o acréscimo da CAPD.

Ação 7: Institucionalização de Fluxos e Protocolos de Atendimento:
- Assuntos:
  - Proposta de incluir as CAPDs na Ação 7, que trata da institucionalização de fluxos e protocolos de atendimento para equipes multidisciplinares.
  - Discussão sobre a Ação 7 do PDI: "Institucionalizar fluxos e protocolos de atendimento bem definidos para a atuação das equipes multidisciplinares das coordenações de assistência estudantil".
  - Informação de que um GT já está escrevendo diretrizes pedagógicas institucionais que visam suprir os protocolos de atendimento relacionados ao apoio pedagógico ao discente.
  - Discussão sobre a importância de definir protocolos de atendimento para situações complexas nos campi, visando um acolhimento adequado e evitando abordagens moralistas ou sem qualificação profissional.
- Encaminhamentos:
  - Incluir as CAFPDs (Coordenadorias de Atendimento e Formação Pedagógica ao Discente) na Ação 7, para abranger o atendimento e protocolos específicos, baseando-se em diretrizes pedagógicas institucionais já em desenvolvimento.

Ação 8:
- Assuntos:
  - Discussão sobre a Ação 8 do PDI: "Realizar ao final da vigência do PDI análise técnica dos dados e relatórios da assistência estudantil, comissões de permanência e êxito e plataformas de monitoramento, com participação da CPPIR e CPAE, para avaliar impactos e propor melhorias".
- Encaminhamentos:
  - Manter a análise da Ação 8 como única e ao final do ciclo do PDI, a ser realizada pelo conjunto de profissionais mencionados na ação 6, com acompanhamento da pró-reitoria e equipe multidisciplinar.
  - Atribuir a responsabilidade da análise da Ação 8 conjuntamente à CEPAI (Comissão Permanente de Assistência Estudantil) e à CIAPE/CLAPE (Comissão Institucional/Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito).
  - Thiago deve informar as siglas da Comissão Institucional de Acesso, Permanência e Êxito (CIAPE) e das Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito (CLAPE) para inclusão no texto da Ação 8.
  - Adicionar as siglas CIAPE e CLAPE no texto da Ação 8.

Ação 9: Regulamentação de Fluxos Intersetoriais para Atenção Integral ao Estudante:
- Assuntos:
  - Discussão sobre a Ação 9 do PDI: "Regulamentar e institucionalizar fluxos intersetoriais entre CAI, CAPT, coordenações de curso, CPP, NAPN e demais setores envolvidos na atenção integral ao estudante, definindo responsabilidades, periodicidade de acompanhamento e procedimentos de intervenção".
  - Leitura e comparação do texto ajustado da ação 9, que trata de regulamentar e institucionalizar fluxos intersetoriais para atendimento integral ao estudante, definindo responsabilidades, periodicidade e abrangência.
- Encaminhamentos:
  - Maria Carolina deve propor um texto para a Ação 9 que especifique que o atendimento alcance todas as modalidades de estudantes, incluindo as noturnas, devido à limitação de acesso à CAPD.
  - Retomar a discussão da ação 9 com a proposta de ajuste de texto de Maria Carolina.
  - Sugestão de Charles para substituir "garantindo" por "viabilizando" na ação 9, aprovada pela plenária.
  - Ação 9 aprovada com os ajustes no texto.

Ação 10: Política Institucional de Moradia Estudantil:
- Assuntos:
  - Discussão sobre a Ação 10 do PDI: "Elaborar e aprovar até o final de 2027 a política institucional de moradia estudantil, com diretriz para residência estudantil, auxílio moradia específico, critérios de priorização territorial e socioeconômica, e vinculação ao planejamento de infraestrutura dos campos".
  - Leitura da ação 10, que trata da elaboração e aprovação até 2027 da política institucional de moradia estudantil, incluindo

diretrizes para residência, auxílio moradia, critérios de priorização e vinculação ao planejamento de infraestrutura dos campi.
- Esclarecimento sobre a ausência do auxílio moradia na nova política institucional de assistência estudantil e a retomada da discussão a nível nacional.
- Questionamento sobre a ausência do auxílio moradia na nova política institucional de assistência estudantil.
- Explicação sobre a retirada do auxílio moradia e transporte da política de permanência e a retomada dessas questões para acompanhar o movimento da Política Nacional de Assistência Estudantil.
- Discussão sobre a viabilidade da moradia estudantil como condição material e a necessidade de ter uma política destinada a isso.
- Questionamento sobre o prazo de 2027 para a aprovação da política de moradia, considerado muito curto devido às condições materiais e processos envolvidos.
- Questionamento sobre a diferença entre o IFG e o IF Goiano em relação à prática de moradia estudantil, com o IF Goiano tendo estruturas de moradia e autogestão de restaurantes estudantis.
- Esclarecimento sobre o prazo de 2027 para a política de moradia, visando a regulamentação para execução a partir de 2028, e a evolução do programa moradia para programa permanência, com a retomada do auxílio moradia, transporte e creche.
- Falta de orçamento como motivo para o IFG não conseguir ampliar as modalidades de atendimento em comparação ao IF Goiano.
- Esclarecimento sobre o recurso específico que instituições com campi agrários recebem para manter as estruturas de internato e o atendimento aos estudantes, contrastando com a trajetória do IFG.
- Encaminhamentos:
- Aguardar Maria Carolina com acréscimo de texto para a ação 10.
- Sugestão para ajustar o prazo da ação 10 de 2027 para 2028, considerando a complexidade e tempo necessário para tramitação de políticas institucionais.
- Ação 10 aprovada com o ajuste do prazo de 2027 para 2028.

Prazo e Andamento da Análise do Caderno:
- Assuntos:
- Renata solicita que a plenária acelere a análise das propostas do caderno, dado o grande volume de itens restantes e o prazo apertado.
- Prazo final para concluir o caderno até meados de novembro, devido ao estouro do prazo dado pela Comissão Central.

Ação 11: Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil:
- Assuntos:
- Leitura da ação 11, que propõe implementar mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação, com relatórios semestrais e protocolo de busca ativa para estudantes em risco.
- Leitura e aprovação da Ação 11: Implementar mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação com relatórios semestrais e protocolo institucional de busca ativa para estudantes com indícios de evasão, retenção ou vulnerabilidade.
- Encaminhamentos:
- Ação 11 aprovada.

Ações para Estudantes Responsáveis por Cuidado de Crianças e Adolescentes:
- Assuntos:
- Leitura e aprovação da Ação 12: Criar programa para estudantes responsáveis pelo cuidado de crianças e adolescentes sem rede de apoio, prevendo auxílio creche, prioridade em editais e flexibilização.
- Leitura da ação 12, que visa criar um programa para estudantes responsáveis pelo cuidado de crianças e adolescentes sem rede de apoio, prevendo auxílio creche, prioridade em editais e flexibilização.
- Leitura da ação 13, que consiste em mapear estudantes com responsabilidades de cuidado de crianças e adolescentes sem rede de apoio em questionários e diagnósticos.
- Leitura e aprovação da Ação 13: Mapear no questionário socioeconômico e diagnósticos estudantes com responsabilidades de cuidado de crianças e adolescentes sem rede de apoio.
- Leitura da ação 14, que propõe criar fluxos de acompanhamento intersetorial para estudantes com responsabilidades de cuidado de crianças e adolescentes sem rede de apoio.
- Leitura e discussão da Ação 14: Criar fluxos de acompanhamento intersetorial entre assistência estudantil, CAPG e coordenações de curso para estudantes com responsabilidade de cuidado de crianças e adolescentes sem rede de apoio.
- Esclarecimento sobre a definição de "estudantes responsáveis pelo cuidado de crianças e adolescentes", confirmando que não se restringe a pais/mães e abrange qualquer estudante com essa responsabilidade, incluindo do ensino médio.
- Dúvida sobre a operacionalidade da Ação 14 e a validação do mapeamento dos estudantes, com questionamento sobre a necessidade de um espaço físico para o acompanhamento.
- Esclarecimento de que a Ação 14 visa provocar e setorizar a discussão para ter encaminhamentos a partir de ações e que o mapeamento via questionário socioeconômico é autodeclaratório.
- Discussão sobre a forma de escrita da Ação 14, com a Maria Carolina Miranda entendendo a proposta, mas sugerindo que a necessidade de um espaço físico não está clara no texto.
- Ludmylla Pessoni esclarece que a ação busca melhorar a comunicação entre setores (CAPD, assistência estudantil) para que o estudante seja atendido de forma integrada por psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, que dialogariam com redes externas (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar).
- Encaminhamentos:
- Ação 12 aprovada.
- Ação 13 aprovada.
- Kênia Hidalgo propõe e ajusta o texto da Ação 14 para incluir: "a fim de que se amplie e efetive a comunicação entre os setores", que é aprovado pelos presentes.

Meta 2 do Objetivo 24: Acesso a Restaurantes Estudantis:
- Assuntos:
  - Leitura e discussão da Meta 2 do Objetivo 24: Garantir que todos os estudantes da graduação selecionados a partir dos critérios da política de assistência estudantil tenham acesso às refeições nos restaurantes estudantis até o final da vigência do PDI.
  - Fernando Carneiro questiona a redação da Meta 2, sugerindo que o acesso à refeição deveria ser uma meta imediata e durante todo o curso do estudante, não apenas até o final da vigência do PDI, para evitar demanda reprimida.
  - Discussão sobre a redação da meta relacionada à garantia de acesso de estudantes da graduação aos restaurantes estudantis, com foco em "atender a demanda reprimida".
  - Questionamento sobre a ordem da pauta, pois a Ação 1 da Meta 2 não foi lida, e o presidente passou diretamente para a Ação 1 da Meta 3.
  - Fernando questiona a ordem da discussão, apontando que a ação 1 da meta 2 não foi lida antes de passar para a meta 3.
  - Discussão sobre a retirada do ano "2031" na redação da meta, preferindo "final da vigência do PDI" para flexibilidade em caso de prorrogação.
  - Leitura e aprovação da Ação 1 da Meta 2, que visa garantir acesso de estudantes que atendam aos critérios da política de assistência estudantil aos restaurantes subsidiados.
- Encaminhamentos:
  - Kênia fará a proposta de ajuste na redação da meta 2 enquanto Brito lê as ações.
  - Kênia Hidalgo propõe um novo texto para a Meta 2: "Garantir que todos os estudantes da graduação selecionados a partir dos critérios da política de assistência estudantil tenham acesso às refeições nos restaurantes estudantis a partir de 2027 até o final da vigência do PDI, 2031, de modo a atender a demanda reprimida."

Ação 1 da Meta 3 do Objetivo 24: Programa de Acolhimento e Acompanhamento de Estudantes de Ações Afirmativas:
- Assuntos:
  - Leitura e aprovação da Ação 1 da Meta 3, que prevê a criação de um programa de acolhimento e acompanhamento de estudantes de ações afirmativas, com registro de dados e geração de relatórios.
  - Renata questiona se a sigla NAPNI (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) deveria ser incluída na Ação 1 da Meta 3, considerando o acompanhamento de estudantes de ações afirmativas.
  - Ana Beatriz e Maria Carolina discutem a legalidade da inclusão do NAPNI em ações afirmativas mais amplas, que vão além do público da educação especial.

Consolidação e Participação Institucional da Assistência Estudantil:
- Assuntos:
  - Discussão sobre uma ação não vinculada a nenhuma meta, que propõe consolidar a Comissão Permanente de Assistência Estudantil e os núcleos locais como membros natos em instâncias institucionais.
  - Fernando Henrique expressa dúvida sobre a viabilidade institucional da proposta de tornar membros da assistência estudantil "natos" em várias instâncias, sugerindo que o arranjo atual de representação em comissões já seria o adequado.
  - Brito argumenta que a proposta de participação de membros da assistência estudantil como "natos" em diversas instâncias está prejudicada por ser uma questão regimental que interfere nos regimentos do Consup, Conepex e do próprio IFG.
  - Renata defende a proposta, explicando que a assistência estudantil não é membro nato em instâncias como Conepex, Concampus, e conselhos de classe, o que limita sua participação além do fornecimento de auxílio.
  - Kênia e Charles concordam que a proposta está prejudicada por ser regimental, mas Charles sugere reformular o texto para que a instituição "promova debates e discussões" sobre a participação da assistência nessas instâncias, como um norte do PDI.
  - Discussão sobre a necessidade de reformulação de propostas, que deve surgir de uma reflexão sobre o desenvolvimento institucional.
  - Brito argumenta que a proposta atual é regimental e interfere nos regimentos do Consup, Conepex e IFG, e, portanto, está prejudicada.
  - Fernando Henrique discorda de Brito, afirmando que o PDI é o documento supremo e que o regimento pode ser alterado por demandas institucionais, portanto, a proposta não está prejudicada.
  - Fernando discorda de Brito, afirmando que o PDI é o documento supremo e pode estabelecer caminhos que levem à modificação de outros documentos institucionais, como o regimento.
  - Brito reitera sua posição de que a proposta está prejudicada por razões regimentais, mas, como voto vencido, abre para discussão de ajustes no texto, solicitando que sua discordância seja consignada em ata.
  - Maria Carolina sugere que a plenária vote se a proposta está prejudicada ou não antes de prosseguir com a construção de um novo texto.
  - Charles esclarece que, se a proposta for considerada prejudicada e rejeitada, um delegado ainda pode submeter uma nova proposta através do formulário, conforme a metodologia do PDI.
  - Leitura da proposta de Ludmylla para consolidar a CPAE e os Núcleos Locais de Assistência Estudantil como instâncias permanentes do IFG, assegurando sua participação com voz e voto nos órgãos colegiados, comitês, etc.
  - Charles questiona a proposta de Ludmylla, sugerindo que ela se assemelha mais a um objetivo do que a uma ação e que as ações anteriores já contribuem para essa consolidação. Ele sugere promover debates para que as instâncias tenham representatividade.
- Encaminhamentos:
  - Renata propõe reescrever o texto da ação com a ajuda de Charles, para que ele não seja prejudicado por questões regimentais.
  - Renata propõe reescrever o texto de uma ação com a ajuda de Charles e, em seguida, apresentá-lo novamente à plenária.
  - Renata confirma que construirá e apresentará uma nova proposta de texto, conforme acordado anteriormente, com Brito solicitando o registro de sua discordância em ata.
  - Brito decide colocar em votação se a proposta está prejudicada ou não, para agilizar o processo.

- Realização de votação para determinar se a proposta atual está prejudicada ou pode ser ajustada. A maioria (5 votos) decide que a proposta não está prejudicada e pode passar por ajustes.
- Renata propõe a formação de um Grupo de Trabalho (GT), composto por ela, Ludmila e Charles (e outros interessados), para construir um bloco completo de objetivo, meta e ação que preserve a ideia original de fortalecimento das instâncias de assistência estudantil.

Intervalo da Reunião:
- Encaminhamentos:
- Anunciado um intervalo de 10 minutos, com solicitação para interromper a gravação.

Reavaliação de Objetivos do PDI (Objetivo 6, 21, 27, 28, 29, 31, 35):
- Assuntos:
- Renata esclarece que o Objetivo 6, que anteriormente se propôs a avaliar junto ao Objetivo 24, foi considerado contemplado e superado pelo Objetivo 33, já aprovado na plenária, que aborda condições adequadas de convivência, descanso e bem-estar nos campi.
- O Objetivo 6 é considerado superado, pois está contemplado no Objetivo 33.
- Início da discussão do Objetivo 21, que visa fortalecer a política de assistência estudantil por meio de ações integradas para promover qualidade de vida acadêmica, permanência, conclusão de cursos, melhoria de desempenho, e desenvolvimento biopsicossocial dos estudantes.
- Renata e Fernando Henrique concordam que o texto do Objetivo 21 é idêntico ou muito similar ao Objetivo 24, que já foi aprovado, levantando a questão da redundância.
- O texto do Objetivo 21 está idêntico ou já contemplado no Objetivo 24, que já foi aprovado.
- A Meta 1 do Objetivo 21, que trata da reformulação de resoluções sobre assistência estudantil, é considerada clara.
- A Ação 1 da Meta 1 do Objetivo 21 se repete em relação a uma ação já discutida e deliberada anteriormente, que é a formação de um GT.
- A Meta 2 do Objetivo 21, que visa incluir a assistência estudantil nas ações de permanência e êxito, é considerada clara.
- A Meta 3 do Objetivo 21, sobre adequar as equipes de assistência estudantil, é considerada não clara em seu texto, mas já está contemplada na Ação 6 da Meta 1 do Objetivo 24.
- A Meta 3 do Objetivo 21, com suas ações, está prejudicada por já ter sido contemplada na Ação 6 da Meta 1 do Objetivo 24.
- A Meta 4 do Objetivo 21, sobre criar regulamentos institucionais com fluxos intersetoriais definidos, precisa de revisão na redação, pois a intenção é definir fluxos intersetoriais nos regulamentos já existentes.
- A Meta 4 e a Ação 1 do Objetivo 21 estão contempladas na Ação 9 da Meta 1 do Objetivo 24.
- A Ação 2 da Meta 4 do Objetivo 21 está contemplada na Ação 11 da Meta 1 do Objetivo 24.
- Proposta de prejudicar o Objetivo 27 (fortalecer a política de assistência estudantil por meio da implementação de ações intersetoriais de ação integral à saúde do estudante) e suas metas e ações, pois já está contemplado no Objetivo 24 com maior detalhamento.
- O Objetivo 28, que trata do fortalecimento da política de assistência estudantil, também se repete e já foi discutido e votado anteriormente, tendo suas metas também repetidas.
- Discussão sobre a repetição do Objetivo 28 (fortalecer a política de assistência estudantil por meio da regulamentação de fluxos intersetoriais de atendimento ao estudante), que parece já ter sido discutido e votado.
- Proposta de aproveitar a meta e as ações do Objetivo 28, que trazem um detalhamento maior sobre mapeamento, elaboração de regulamento, validação e monitoramento de fluxos intersetoriais, e incluí-las no Objetivo 24.
- Discussão sobre se o Objetivo 29 (fortalecer a política institucional de acompanhamento de estudantes cotistas por meio de integração entre setores e sistematização dos dados) já está contemplado no Objetivo 24, especificamente nas ações afirmativas.
- Confirmação de que o Objetivo 29, referente a estudantes cotistas e ações afirmativas, já está contemplado na meta 3 da ação 1 do Objetivo 24.
- Reflexão sobre como a instituição pode fortalecer as condições de acesso, permanência e segurança dos estudantes no trajeto entre terminal, campus e demais pontos de deslocamento (Objetivo 31), visto que são condições externas ao campus e exigem articulação com setores externos.
- Sugestão de suprimir o Objetivo 31 e incorporar suas metas e ações no Objetivo 24, pois aborda a dimensão integral do estudante e se alinha com as discussões anteriores.
- Preocupação em não inflar demais o Objetivo 24 com muitas ações, sugerindo uma reformulação do Objetivo 31, mantendo o foco na articulação com setores externos (segurança, transporte, infraestrutura).
- Informação de que o Objetivo 24 já contempla a criação de um Programa Institucional de Transporte Estudantil, questionando se as metas e ações do Objetivo 31 seriam apenas detalhamento rotineiro desse programa.
- Defesa de que o Objetivo 31 traz uma garantia de logística e detalhamento (como horários compatíveis) que exige articulação interna e externa, sendo diferente da simples garantia de transporte já prevista.
- Discussão sobre a necessidade de reescrever a meta e as ações relativas à logística e horários compatíveis para transporte, já que o texto atual é importante, mas precisa ser melhorado.
- Discussão sobre a sobreposição das propostas dos Objetivos 31 e 35 e da Ação 3 do Objetivo 24, todos tratando da dimensão do transporte estudantil (urbano, intermunicipal e segurança).
- Encaminhamentos:
- Continuar a avaliação dos objetivos, começando pelo Objetivo 21.
- A plenária decide que o Objetivo 6 está superado por já ter sido atendido pelo Objetivo 33. Em seguida, a reunião prosseguirá com a leitura e avaliação do Objetivo 21 e suas metas e ações.
- As metas e ações do Objetivo 21, se aprovadas, serão vinculadas ao Objetivo 24, pois o próprio Objetivo 21 já foi contemplado.
- A Ação 1 da Meta 1 do Objetivo 21 será prejudicada e reformulada, devido à sua repetição com uma ação já existente e deliberada, sendo então reintegrada à Meta 1.

- A Ação 1 da Meta 2 do Objetivo 21, sobre incluir representantes da assistência estudantil nas comissões de permanência e êxito, é aprovada.

- Prejudicar todo o Objetivo 27, incluindo suas metas e ações, pois ele já está contemplado no Objetivo 24 com uma redação mais detalhada.

- Reposicionar a meta e as ações do Objetivo 28 dentro do Objetivo 24, visando um melhor detalhamento das ações para o cumprimento da meta.

- Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para redefinir e reescrever o Objetivo 31, suas metas e ações, para torná-las mais claras e potencializar a proposta, dado o tempo limitado para essa discussão na reunião.

- Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para definir objetivos, metas e ações mais claras relacionadas ao transporte e logística para estudantes, com Fernando e Ludmilla como membros.

- O GT (Fernando e Ludmilla) avaliará a possibilidade de consolidar os Objetivos 31 e 35 com a Ação 3 do Objetivo 24, apresentando uma proposta unificada à plenária para decisão.

Encerramento da Ordem do Dia:
- Assuntos:
- A plenária cumpriu a ordem do dia.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderley Azevedo de Brito, DIRETOR(A) - CD3 - REI-DE**, em 05/11/2026 13:55:53.
- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo, PEDAGOGO-AREA**, em 28/10/2026 09:39:59.
- **Renata David de Moraes, COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 28/10/2026 09:23:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/10/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 833721
Código de Autenticação: d413b2a261

ATA DA 11ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 21 dias do mês de outubro de 2026, às 14 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a décima primeira plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Brito inicia 14:10hs dando as boas-vindas e agradecendo a presença. Apresentada ordem do dia:

Ordem do Dia Programada:

* Objetivos: 2, 12, 13, 14, 19, 34
* Proposta inserida pela comisão central
* Propostas novas do formulário

Registra-se:

OBJETIVO 2:
- Brito questiona sobre porque restringir à menor idade. Iarle explica que trata mesmo de questões especificas de menor idade. Iarle solicita inclui: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Lei nº 14.540/2023, de DE 3 DE ABRIL DE 2023 e demais marcos regulatórios institucionais. Alteração aprovada por consenso.
- Proposta de Incluir (proposta 1): "DENUNCIAS DE SUPEITAS DE ASSEDIOS, INLCUISVE O ASSÉDIO SEXUAL E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS". Não há consenso. Fernando apresenta outra proposta de texto (proposta 2): "diferentes tipos de assédio e formas de violência".
Em votação: 6 votos proposta 1 / 3 votos para proposta 2. 0 abstenções.

Meta 1: Iarle solicita retirar "quando necessário". Texto: "ao ministério público e o conselho tutelar". Ludmylla orienta que o tramite é: conselho tutelar, delegacia especializada e ministério público, este último, quando necessário. Ficando o texto final: (…) Com comunicação imediata ao conselho tutelar, delegacia especializada e ministério público, este último, quando necessário. Aprovado por consenso.
- Proposta de Incluir (proposta 1): "DENUNCIAS DE SUPEITAS DE ASSEDIOS, INLCUISVE O ASSÉDIO SEXUAL E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS". Não há consenso. Fernando apresenta outra proposta de texto (proposta 2): "diferentes tipos de assédio e formas de violência".
Em votação: 6 votos proposta 1 / 3 votos para proposta 2. 0 abstenções.

- Ação 1: Brito indica necessidade de alteração de texto não mencionando o numero da portaria. Ludmylla sugere colocar "a portaria que Dispõe sobre a Política Institucional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual" em vez do numero da portaria. Thiago faz a proposta de aproposta de alteração: "Ação 1 - Atualizar os documentos institucionais que dispõem sobre a Política Institucional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do Trabalho, com a inclusão do Ministério Público Federal, visando ao aprimoramento do fluxo institucional de encaminhamento e comunicação de denúncias.
Alteração aprovada por consenso.

- Ação 2: Thiago faz proposta de alteração de texto: Realizar comunicação imediata Conselho Tutelar e quando necessário ao Ministério Público Federal sempre que houver recebimento de denúncia ou suspeita de assédio envolvendo estudante menor de idade, já na fase inicial do trâmite administrativo. Alteração aprovada por

consenso
- Proposta de Incluir (proposta 1): “DENUNCIAS DE SUPEITAS DE ASSEDIOS, INLCUISVE O ASSÉDIO SEXUAL E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS”. Não há consenso. Fernando apresenta outra proposta de texto (proposta 2): “diferentes tipos de assédio e formas de violência”.
Em votação: 6 votos proposta 1 / 3 votos para proposta 2. 0 abstenções.

- Ação 3: Brito indica necessidade de alteração de texto. Renata faz Proposta: Instaurar e conduzir processo de avaliação e apuração e , se for o caso, processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112/1990, independentemente das comunicações externas, garantindo a continuidade da apuração interna.
Aprovada por consenso.

OBJETIVO 12: Fernando e Ana Julia propõe: (...) articulada da instancia responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial em substituição do termo cppir. Consenso na proposta de alteração.

Meta 1: Maria Carolina sugere colocar prazo 2028. Alteração aprovada por consenso

- Ação 1: Ana Julia, Renata e Maria Carolina sugerem: Construir e estabelecer diretrizes sobre o tema das relações étnico-raciais que orientem a sistematização dos PPCs e demais normativas institucionais. Brito compreende que primeiro se constroi as direetrizes, então retirar também PPCs e demais normativas. Alteração aprovada por consenso.

- Ação 2: Ana Julia sugere: substituir CPPIR por instancia responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial. Alteração aprovada por consenso.

- Fernando propoe uma ação Ação 3: Construir coletivamente e aprovar a Política de Promoção da Iguadade Étnico-Racial no IFG até 2028. Ação aprovada por consenso.

Meta 2: aprovada por consenso: padronizar em todo o objetivo trocar CPPIR por instancia responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial.

- Ação 1: aprovada por consenso padronizar em todo o objetivo trocar CPPIR por instancia responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial.

- Ação 2: aprovada por consenso

- Ação 3: aprovada por consenso

Meta 3: aprovada por consenso

- Ação 1: Fernando sugere acrescentar: em todas as unidades do IFG. Consenso na alteração proposta

- Ação 2: Fernando sugere acrescentar:que sejam articulados pelos Departamentos de Áreas Acadêmicas que sejam articuladas do ifg. Sugere substituir incentivar por promover. Consenso na alteração proposta . Há retomada na discussão dessa pauta. Renata faz questão de ordem de que é necessario perguntar a plenaria se todos entendem a necessidade de retomar. há consenso na retomada e reconstrução do texto por Maria Carolina e Fernando. Maria Carolina apresenta o texto: Promover praticas pedagogicas antiracistas a partir dos departamentos de áreas academicas em articulação com ações definidas no ambito da gestão do campus. Aprovado por consenso.

QUESTÕES DE ORDEM: Renata faz questão de ordem que, caso tenha que voltar em alguma proposta ja votada é necessário consultar a plenaria.
Kenia complementa pedindo atenção aos delegados de realizar as contribuições no momento adequado a fim de manter a fluidez do processo.
Fernando solicita que seja feita a leitura do bloco completo e depois o registro dos destaques a fim de evitar ir e voltar.

- Ação 3: trocar CPPIR por instâncias responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial Acordo na alteração

Meta 4: Renata propõe incluir: estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos e de comunidades tradicionais. alteração Aprovada por consenso

- Ação 1: Renata propoe: incluir ações voltadas ao acesso, permanência e êxito dos estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos e comunidades tradicionais, a partir das comissões permanentes de permanência e êxito e de Assistência estudantil bem como das instancias responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial.
alteração Aprovada por consenso

- Ação 2: Renata propõe: Monitorar indicadores de acesso, permanência e êxito com recorte étnico-racial, a fim de gerar diagnósticos e propor intervenções.
Alteração aprovada por consenso

Meta 5: Ajuste de Fernando e Ana: Promover formação continuada para gestores, servidores docentes, técnico administrativos e terceirizados em educação para as relações étnico-raciais, de forma semestral a partir de 2027.
Brito registra que acha a temporalidade de dificil execução mas não vai subir como proposta.
Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 1: Desenvolver ações formativas para gestores, servidores docentes, técnico administrativos e trabalhadores terceirizados
Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 2: Ana e Fernando sugerem suprimir. Supressão aprovada por consenso.

Meta 6: Ana sugere: monitoramento da política de promoção da igualdade étnico racial
Maria Carolina: contemplada pela ana. Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 1: aprovada por consenso como está

- Ação 2: Ana propoe: Produzir e divulgar relatórios diagnósticos da política de promoção da igualdade étnico racial, bienalmente.
Ajuste aprovado por consenso.

Meta 7: Ana sugere: Assegurar condições de trabalho para os servidores que atuam nas instâncias da Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial que atuam na reitoria e nos câmpus.
Aprovado por consenso.

- Ação 1: Brito e Maria Carolina realizam o destaque de que se retire o termo orçamentários. Ana defende a manutenção do texto como está. Renata contemplada. Renata faz proposta de texto: Assegurar condições técnicas, administrativas e recursos materiais e financeiros para a realização das ações previstas na politicas de promoção da igualdade étnico-racial. Não há consenso na proposta. Abre para defesas: Renata e aAna Julia realizam defesa favorável ao texto da Renata. Brito realiza defesa contrária tanto à alteração quanto à proposta original, com argumento de que a ação está prejudicada por se tratar de questão regimental. Em votação: favoráveis ao texto ajustado: 6 pessoas
favoráveis ao prejuízo da ação (original e ajuste): 1 pessoa. Abstenções: 0.

- Ação 2: para aqui.

A plenária encerra às 17h

PRESENÇA:

Justificativas de ausência registradas:

Rafael Goncalves Borges
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos
Catia Dias Marques
Elza Gabriela Godinho Miranda

Registra-se os delegados participantes:

Wanderley Azevedo de Brito Mesa Diretiva (Coordenador)
Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Ana Júlia Carvalho - CPPIR
Iarle Sousa Ferreira - Chefia de departamento
Francisco Marcelo Bessa - docente
Simone Paixão Araújo - Gepex
Thiago Wedson Hilario - Técnico/a- Administrativo/a
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Fernando Augusto Messias - Técnico/a- Administrativo/a

Fernando Henrique Silva Carneiro - Docente

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 17 horas. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Wanderley Azevedo de Brito
Coordenador do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE

RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

Fluxo de Encaminhamento de Denúncias de Assédio:

- Assuntos:
  - Discussão sobre a restrição de acolhimento e encaminhamento de denúncias de assédio apenas para estudantes menores de idade e a necessidade de comunicar os conselhos tutelares e o Ministério Público nesses casos.
  - Discussão sobre a Ação 3, questionando a imposição de "instaurar e conduzir o processo administrativo disciplinar" de imediato e sugerindo que o PAD não é o único caminho, dependendo do fluxo da CAC e da natureza da denúncia.
  - Discussão sobre o fluxo de encaminhamento de denúncias de assédio, questionando a ordem de comunicação com o Ministério Público, Conselho Tutelar e Delegacia Especializada, e a necessidade de aguardar investigações externas para instaurar processos internos.
  - Reafirmação de que o Ministério Público Federal não deve ser a porta de entrada inicial para denúncias de assédio envolvendo menores, mas sim acionado em situações específicas após contato com o Conselho Tutelar e a Delegacia Especializada.
  - Discussão sobre o nível de detalhamento do fluxo de encaminhamento de denúncias no PDI, defendendo que o detalhamento deve ser feito em documento específico e não em todas as metas e ações para evitar atrasos.
  - Análise da Ação 2 sobre a comunicação imediata ao Ministério Público Federal em casos de assédio envolvendo menores e a necessidade de revisar o texto para alinhar com o fluxo de comunicação proposto e aprovado anteriormente para a meta.
  - Sugestão de incluir "e outros tipos de violência" nas propostas, além do assédio, para abranger outras formas de violência contra menores de idade.
  - Divergência sobre a inclusão de "outras formas de violência", argumentando que a proposta atual é específica para assédio (moral e sexual) e que outros tipos de violência poderiam ser tratados em propostas distintas para não diluir o foco.
  - Discussão e proposta de Kênia para que a frase da meta, ação e objetivo de combate ao assédio e violência abranja "suspeita de todos os tipos de assédio e formas de violência".
  - Iarle e Brito sugerem a redação "DENUNCIAS DE SUPEITAS DE ASSEDIOS, INLCUISVE O ASSÉDIO SEXUAL E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS".
  - A plenária concorda com a proposta de texto para as denúncias de assédio, com a necessidade de refinamento.
  - Fernando Henrique Carneiro ratifica a preferência pela redação de Kênia ("diferentes tipos de assédio e formas de violência") por ser mais abrangente, em oposição à proposta de Iarle que especifica assédio sexual.
  - A plenária vota e aprova a Proposta 1 da Iarle para o texto das denúncias de assédio, com 6 votos a favor e 3 contra.
  - Brito questiona se a ação 3, sobre instaurar processo administrativo disciplinar, já seria a fase inicial ou se haveria uma etapa anterior, como um processo de avaliação e apuração.
  - Ludmilla esclarece o funcionamento da CAC (Coordenação de Avaliação e Correição) e os trâmites iniciais antes da instauração de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), mencionando a demora dos processos.
  - Renata propõe uma alteração no texto da ação 3 para incluir "processo de avaliação e apuração" antes do PAD, se for o caso, para refletir o fluxo real dos procedimentos.
  - Tiago, ex-coordenador da CAC, corrobora as informações de Ludmila sobre os processos e explica os desafios que causam morosidade, como o acúmulo de atividades dos membros da comissão e a falta de uma corregedoria dedicada.
- Encaminhamentos:
  - Adicionar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e a Lei nº 14.540/2023 sobre assédio em instituições públicas ao texto do objetivo 2.
  - Incluir a menção a "demais marcos regulatórios institucionais" no objetivo 2 para cobrir normativas internas do IFG sobre políticas de combate ao assédio, em vez de citar portarias específicas que podem estar desatualizadas.
  - Ajustar o texto da Meta 1 para remover a condicionalidade "quando necessário" na comunicação ao Conselho Tutelar, tornando-a obrigatória, e clarificar a comunicação ao Ministério Público e Conselho Tutelar.
  - Corrigir a ordem de comunicação em casos de assédio envolvendo menores de idade, estabelecendo o fluxo correto como Conselho Tutelar, Delegacia Especializada e, posteriormente, o Ministério Público.
  - Na Ação 1, substituir o número da portaria pela descrição "dispõe sobre a Política Institucional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual" para garantir que o texto seja atualizado automaticamente com futuras alterações.
  - Aprovação do ajuste na Ação 1 para "Atualizar os documentos funcionais que dispõem sobre a política institucional de prevenção e enfrentamento do assédio moral e do assédio sexual no âmbito do trabalho com a inclusão do Ministério Público Federal visando ao aprimoramento do fluxo institucional de encaminhamentos e comunicação de denúncias".
  - Proposta de ajuste para a Ação 2: "Realizar comunicação imediata ao Conselho Tutelar e quando necessário ao Ministério Público Federal sempre que houver recebimento de denúncia ou suspeita de assédio envolvendo estudante menor de idade, já na fase inicial do trâmite administrativo".
  - Brito precisará se ausentar por cerca de meia hora para resolver uma situação relacionada a assédio com um coordenador de curso.
  - Aprovação do ajuste no objetivo, meta e ação, incluindo a expressão "denúncias de suspeitas de assédios, inclusive assédio sexual e outras formas de violência" no texto, mantendo o restante.
  - Kênia Hidalgo realiza as alterações propostas no texto para o objetivo e ação, ajustando o que estava posto.
  - Decisão de votar as duas propostas de redação para o texto sobre assédio: Proposta 1 (Iarle) e Proposta 2 (Fernando).
  - A plenária aprova o ajuste de texto proposto por Renata para a ação 3, incluindo a fase de avaliação e apuração antes da instauração de um PAD.

Política de Promoção de Igualdade Étnico-Racial do IFG:

- Assuntos:
  - Apresentação e discussão do Objetivo 12, que trata da elaboração, fortalecimento e consolidação da política de promoção de igualdade étnico-racial do IFG.
  - Ana Júlia questiona o trecho "por meio da atuação articulada da CPPIR", sugerindo a substituição de "comissão" por

"coordenação" devido à sobrecarga de trabalho e falta de exclusividade dos membros da comissão.

- Discussão sobre a proposta de mudar a menção à CPP (Comissão de Promoção de Políticas de Igualdade Étnico-Racial) no objetivo, considerando sua atual estrutura como comissão e a sugestão de elevá-la para coordenação. A alteração regimental pode prejudicar o objetivo, e a discussão sobre a estrutura deve ser feita em outro fórum.
- Brito compreende a preocupação de Ana Júlia, mas explica que a alteração de "comissão" para "coordenação" implica em mudanças regimentais que não podem ser definidas naquele fórum.
- Discussão sobre a necessidade de incluir um prazo para a institucionalização da política de promoção da igualdade étnico-racial na Meta 1 e a adequação do termo "inserir diretrizes" na Ação 1, sugerindo "construir e estabelecer" ou "definir".
- Discussão sobre o prazo para institucionalizar a política de promoção da igualdade étnico-racial no IFG, sugerindo o ano de 2028.
- Fernando propõe a criação de uma ação (ação 3) para construir coletivamente e aprovar a política de promoção da igualdade étnico-racial no IFG, devido à meta de institucionalização.
- Aprovada a alteração da Ação 2 da Meta 1, substituindo "CPPI" por "instância responsável" para garantir coerência com as decisões anteriores.
- Debate sobre a padronização de termos para "instâncias responsáveis pela promoção das políticas de promoção da igualdade étnico-racial" em vez de siglas específicas, para evitar a definição de setor de instância que possa mudar.
- Apresentação da Meta 3: Ampliar ações institucionais de enfrentamento ao racismo e promoção da equidade.
- Sugestão de Fernando para ajustar a Ação 1 da Meta 3 para "promover ações educativas sobre racismo e diversidade em todas as unidades do IFG" para torná-la menos genérica.
- Aprovação da aplicação de ações em todas as unidades do IFG.
- Fernando propõe alterar a Ação 2 da Meta 3 para "promover práticas pedagógicas antirracistas a partir de todos os departamentos de áreas acadêmicas do IFG", substituindo "incentivar" por "promover".
- Discussão sobre a redação da Ação 2: "Promover práticas pedagógicas antirracistas a partir dos departamentos de áreas acadêmicas e outras instâncias do IFG", focando na delimitação do papel dos departamentos e na inclusão da articulação com a gestão do campus.
- Ajuste na redação da Ação 3 para substituir "CPP" por "instâncias responsáveis pelas políticas de promoção de igualdade ética e racial".
- Questão de ordem sobre a retomada da discussão da Ação 2, que já havia sido votada, exigindo consulta à plenária.
- Preocupação com a confusão gerada por idas e vindas na discussão dos textos e a necessidade de manifestação no momento da discussão de cada item.
- Dificuldade em ter uma visão de totalidade das propostas devido à leitura fragmentada dos objetivos, metas e ações.
- Proposta de metodologia de leitura integral do objetivo, meta e ações, registrando os destaques para agilizar o processo e evitar retornos.
- Plenária aprova o texto ajustado da ação 2: "Promover práticas pedagógicas antirracistas a partir dos departamentos de áreas acadêmicas em articulação com ações definidas no âmbito da gestão do campus".
- Discussão sobre a necessidade de incluir "quilombolas" na Meta 4, além de "negros e indígenas", para abranger todas as populações pertinentes, e a inclusão de "ciganos e comunidades tradicionais".
- Discussão sobre a abrangência do termo "estudantes vinculados a recortes étnico-raciais" para não deixar de fora outros grupos minorizados além de negros, quilombolas e indígenas.
- Ajuste na redação da Meta 4 para "Fortalecer o acesso à permanência e o êxito de estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos e comunidades tradicionais".
- Plenária aprova a Ação 1 com a nova redação proposta por Renata: "Incluir ações voltadas ao acesso, permanência e êxito dos estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos e comunidades tradicionais, a partir das comissões permanentes de permanência e êxito e de Assistência estudantil bem como das instancias responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial".
- Renata questiona a redação da Ação 2, afirmando que "monitorar indicadores" por si só não é uma ação e propõe um novo texto para aprimorar a descrição.
- Renata propõe nova redação para a Ação 2: "Monitorar indicadores de acesso, permanência e êxito com recorte étnico-racial a fim de gerar diagnósticos e propor intervenções".
- Aprovação da Ação 2 com o ajuste na redação proposto por Renata: "Monitorar indicadores de acesso, permanência e êxito com recorte étnico-racial a fim de gerar diagnósticos e propor intervenções".
- Discussão e sugestão de Fernando e Ana para especificar na Meta 5 que a formação continuada deve ser para servidores técnicos administrativos, terceirizados e docentes, além de remover a menção a estudantes na Ação 1.
- Discussão sobre a periodicidade da formação continuada na Meta 5 (anual, semestral, bimestral) e o ano de início.
- Ana defende a formação semestral para a Meta 5, argumentando a relevância contínua da temática e a frequência de casos de racismo e violência de gênero na instituição.
- Aprovação da Meta 5 com a nova redação que inclui a formação continuada para servidores docentes, técnicos administrativos e terceirizados em educação para as relações étnico-raciais, de forma semestral a partir de 2027.
- Discussão sobre a inclusão da categoria "gestores" na Meta 5 e Ação 1, bem como a clareza da redação para abranger todas as categorias de servidores.
- Aprovação da Ação 1 da Meta 5 com a redação final: "Desenvolver ações formativas para gestores, servidores, docentes, técnicos, administrativos e terceirizados".
- Aprovação da supressão da Ação 2 da Meta 5.
- Discussão e rejeição da Ação 2 da Meta sobre formação continuada para servidores e terceirizados em educação para as relações étnico-raciais.
- Ana propõe um ajuste na redação da Meta 6 para: "Implantar sistema institucional de monitoramento da política de promoção da igualdade étnico-racial".
- Ajuste na redação da Meta 6, sugerindo "política de promoção da igualdade étnico-racial" em vez de apenas "igualdade étnico-racial".
- Discussão sobre o termo "igualdade" ou "equidade" na Meta 6, sendo mantido "igualdade" por ser o termo dos

documentos institucionais.
- Aprovação da Meta 6 com o ajuste na redação proposto por Ana.
- Proposta de ajuste na redação da Ação 2 da Meta 6 para incluir "diagnósticos" e discutir a periodicidade (anual ou bienal) e setores de responsabilização para os relatórios.
- Renata David de Moraes contribui com a experiência da assistência estudantil, sugerindo periodicidade bienal para os relatórios diagnósticos.
- Identificação de que a reunião está no objetivo 12 e Meta 7.
- Proposta de ajuste na redação da Meta 7 para "assegurar condições de trabalho para os servidores que atuam nas instâncias da Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial que atuam na reitoria e nos câmpus", substituindo "condições institucionais".
- Maria Carolina Miranda questiona a inclusão do termo "orçamentárias" na Ação 1 da Meta 7, argumentando que comissões não possuem orçamento próprio.
- Ana Júlia Carvalho defende a manutenção do termo "orçamentárias" na Ação 1 da Meta 7, ressaltando a necessidade de recursos para atividades formativas e ações das comissões.
- Iarle Sousa Ferreira propõe nova redação para a Ação 1 da Meta 7, focando em "assegurar as condições para a realização das ações da CPPIR contidas nas políticas que lhe cabe", para abordar a necessidade de recursos sem usar o termo "orçamentárias".
- Renata David de Moraes propõe uma redação alternativa para a Ação 1 da Meta 7: "Assegurar condições técnicas, administrativas e recursos materiais e financeiros para a realização das ações previstas nas políticas de promoção de igualdade étnico-racial".
- Discussão e comparação de duas propostas de redação para a Meta 7, uma de Iarle e outra de Renata, sobre assegurar condições para a realização das ações da CPPIR.
- Maria Carolina Miranda mantém a objeção à inclusão de "recursos financeiros" na Ação 1 da Meta 7, argumentando que isso atribui uma função orçamentária que não existe para a comissão.
- Maria Carolina levanta a preocupação de que a inclusão de "recursos financeiros" possa dar uma atribuição indevida à comissão, sugerindo que o aporte financeiro venha de um planejamento orçamentário do campus ou instituto.
- Ana Júlia esclarece que o texto se refere à "política" e não à "comissão", o que afasta o receio de destinar orçamento diretamente à comissão e garante recursos para a promoção da política, podendo ser destinados a departamentos.
- Iarle expressa preocupação contínua com a inclusão do termo "financeiro", questionando se os departamentos têm recursos financeiros e sugerindo focar nas ações.
- Ana Júlia reforça a importância de incluir a previsão de recursos no PDI para garantir que o orçamento participativo destine verbas para as ações da política, fortalecendo-a.
- Leitura da redação final proposta para votação: "assegurar condições técnicas, administrativas e recursos materiais e financeiros para a realização das ações previstas nas políticas de promoção da igualdade étnico-racial".
- Renata defende a inclusão do termo "financeiro" no PDI, argumentando que a disputa por recursos é real e que a ausência de demarcação pode levar à falta de verba para as ações da política.
- Ana Júlia reitera a necessidade de garantir as condições e recursos na redação do documento para corrigir falhas históricas e evitar que as metas e resoluções da CPP se tornem "natimortas" por falta de suporte.
- Brito defende a supressão da questão orçamentária do texto, argumentando que é uma questão regimental, que o PDI não é o espaço para essa discussão e que a proposta estaria prejudicada.
- Brito esclarece que sua defesa é para não aprovar o texto, mesmo com o ajuste, pois a manutenção da questão orçamentária o torna prejudicado por razões regimentais.
- Votação do texto: 6 votos a favor e 1 voto contra (Brito).

- Encaminhamentos:
- Alterar a redação do aposto para "por meio da atuação articulada, na instância responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnico-racial", em vez de referenciar a CPP diretamente, tornando-o mais genérico e independente da estrutura regimental.
- Alterar a Ação 1 para "construir e estabelecer diretrizes", removendo a menção ao PDI e PPPI, que estão em construção e não teriam as diretrizes prontas para serem inseridas.
- Adicionar um prazo à Meta 1 de institucionalizar a política de promoção da igualdade étnico-racial no IFG, definindo-o como "até 2028".
- Aprovar a redação final da Ação 1 como: "Construir e estabelecer diretrizes sobre o tema das relações étnico-raciais que orientem a sistematização dos PPCs e demais normativas institucionais".
- Adicionar uma terceira ação para a Meta 1, que seria "Construir coletivamente e aprovar a Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial no IFG", dada a necessidade de construir a política antes de institucionalizá-la.
- Aprovação para substituir "CPPIR" por "instância responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnico-racial no IFG" na Meta 2 e na Ação 1 para dar coesão aos textos.
- Pausa de 10 minutos na reunião, com solicitação para interromper a gravação.
- Aprovação para substituir "CPP" por "instâncias responsáveis pelas políticas de promoção de igualdade ética e racial" na Ação 3 da Meta 3 para padronização.
- Manter a decisão de que Fernando e Maria Carolina trabalhem na melhoria do texto da Ação 2.
- Adotar a nova metodologia de leitura integral (objetivo, meta e ações) para os próximos tópicos, registrando os destaques e seguindo adiante.
- Para as metas e objetivos seguintes, a metodologia será ler o objetivo, a meta e as ações, e em seguida registrar os destaques.
- Kenia deve copiar o texto da ação 2, conforme colocado por Maria Carolina.
- Renata propõe novo texto para a Ação 1 devido à sua redação original ser muito aberta, buscando torná-la mais específica.
- Renata vai propor um novo texto para a Ação 2, pois a redação atual de "Monitorar indicadores" é muito genérica e não constitui uma ação completa.

- Sugestão de suprimir a Ação 2 da Meta 5.
- Kênia se propõe a acrescentar "gestores" na Meta 5 para reforçar a importância da participação desse grupo nas ações formativas.
- A plenária aprova a Meta 6 com o ajuste de redação para "implantar sistema de monitoramento da política de igualdade étnico-racial".
- A plenária aprova a Ação 2 da Meta 6 com a nova redação: "produzir e divulgar relatórios diagnósticos da política de promoção da igualdade étnico-racial, bienalmente".
- A plenária aprova a Meta 7 com o ajuste de texto proposto por Ana Júlia Carvalho.
- Registrar em ata o voto contrário de Brito e suas justificativas, considerando a proposta prejudicada por razões regimentais devido à inclusão da questão orçamentária.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Wanderley Azevedo de Brito**, **DIRETOR(A) - CD3 - REI-DE**, em 05/11/2026 13:55:03.
- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo**, **PEDAGOGO-AREA**, em 05/11/2026 10:22:08.
- **Renata David de Moraes**, **COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 04/11/2026 10:45:24.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/10/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 834450
Código de Autenticação: 6451972298

ATA DA 12ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 22 dias do mês de outubro de 2026, às 9 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a décima segunda plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Kênia inicia dando as boas-vindas e agradecendo a presença. Retoma que Brito justificou na plenária do dia 20 a impossibilidade de participar desta reunião em virtude da necessidade institucional de atendimento de outra agenda, ficando acordado que a agenda continuaria com a condução de Kenia e Renata. Apresentada ordem do dia:

Ordem do Dia Programada:

* Ação 2 da meta 7 do objetivo 12
* Objetivos: 13, 14, 19, 34
* Proposta inserida pela comisão central
* Propostas novas do formulário

Registra-se:

OBJETIVO 12:
Meta 7
- Ação 2: Charles sugere ajuste de texto: Criar, monitorar e avaliar indicadores sobre as políticas de igualdade étnico-racial. Ajuste aprovado por consenso.

OBJETIVO 13: Ana Julia sugere adequar todo o texto tanto do objetivo quanto da meta e ações: incluindo igualdade de gênero, sexualidade e diversidade. Ajuste aprovado por consenso.

Meta 1: Renata sugere inserir prazo até 2028. Aprovado por consenso.

- Ação 1: incluir termo sexualidade e diversidade. aprovada por consenso
- Ação 2: Elza sugere alterar o texto: Criar núcleos e espaços institucionais voltados à promoção da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade nas unidades em que ainda não existem e fortalecer nos campus que já os possuem. Aprovado por consenso.

Meta 2: Ana Julia e Renata: Reduzir anualmente em pelo menos 10%, a partir de 2027, as situações de discriminação e violência relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade no ambiente institucional a fim de traçar formas de enfrentamento. Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 1: implementar mecanismos institucionais de prevenção, acolhimento e encaminhamento de situações de violências relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade. Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 2: aprovada por consenso.

- Ação 3: implementar as ações institucionais às políticas públicas de enfrentamento às violências relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade. Ajuste aprovado por consenso

- Ação 4: criada por Renata e Ana: Coibir e responsabilizar as situações de discriminação e violência relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade no ambiente institucional a partir de 2027. Ajuste aprovado por consenso

- Ação 5: criada por Thiago V.: Orientar quanto ao uso da plataforma Fala.BR para a realização de denúncias relacionadas a situações de assédio e violência de gênero, sexualidade e diversidade, contribuindo para a prevenção e o enfrentamento dessas práticas. Inclusão aprovada por consenso.

Meta 3: Ana Julia: faz uma questão ao que é esclarecido por Rafael e Elza. Texto aprovado como está com inclusão de "a partir de 2027".

- Ação 1: Ana Julia foi convencida. Aprovado como está.

- Ação 2: Ana: Promover condições equitativas de trabalho, a partir da equidade de gênero na participação nos espaços de decisão e gestão.
Aprovado por consenso.

- Ana julia propõe a criação de uma ação 3 a partir da fala da elza para o diagnóstico.
Ação 3 criada pela Elza: Criar ferramentas de mensuração, registro, acompanhamento e transparência da participação de mulheres nos espaços de decisão e gestão. Inclusão aprovada por consenso.

Meta 4: Ana: incluir: gênero, sexualidade e diversidade. Maria Carolina. Garantir a inserção transversal das temáticas de gênero, sexualidade, PPCs DE TODOS OS CURSOS E MODALIDADES e nas ações de ensino, pesquisa e extensão.
AJUSTE APROVADO por consenso.

- Ação 1: Ana Julia: Inserir a temática de gênero, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE, de forma transversal nos projetos pedagógicos de cursos e nas práticas institucionais. Texto aprovado por consenso.

- Ação 2: Ana Julia:, achou a proposta vaga propõe o prejuízo. Prejudicada por consenso.

Meta 5: Implementar anualmente formação continuada sobre gênero, sexualidade e diversidade, e enfrentamento à discriminação e a defesa dos direitos humanos, a partir de 2027. Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 1: Renata e Maria Carolina: Ofertar formação continuada para docentes, técnicos-administrativos, servidores docentes ou técnicos-administrativos que estejam em cargo de gestão e trabalhadores terceirizados sobre gênero, sexualidade, diversidade, enfrentamento à discriminação e defesa dos direitos humanos. Ajuste aprovado por consenso.

Maria Carolina pergunta sobre o termo equidade e igualdade, após argumentações de delegados Maria Carolina não se sente convencida sobre o melhor termo. Renata sugere encaminhamento para Maria Carolina escrever uma proposta de texto para meta ou ação a fim de contemplar o termo de equidade. Maria Carolina acata e informa que ira fazer.
Após análise do objetivo 34, Maria Carolina reconhece que o texto que ela escreveria está contemplado na meta 3 do objetivo 14.

META 6: Ana Julia: Garantir condições de permanência e êxito para estudantes em situação de vulnerabilidade relacionada a gênero, sexualidade e diversidade, a partir de 2027. Aprovado por consenso.

- Ação 1: Ana Julia propõe: POLITICA DE GENERO, SEXUALIDADE E DIVERSIDADE. Aprovado por consenso.

- Ação 2: aprovada por consenso.

Meta 7: gênero, sexualidade e diversidade. Aprovado por consenso.

- Ação 1: desigualdade de gênero, sexualidade e diversidade. Aprovado por consenso.
- Ação 2: Ana sugere: Produzir avaliações periódicas e relatórios diagnósticos para subsidiar o aprimoramento da política. ajuste aprovado por consenso.

OBJETIVO 14: fica registrado que esse objetivo pode estar sombreado pelas alterações feitas no objetivo 13, mas a plenária compreende como importante constar o 14 também no caderno. Aprovado por consenso.

Meta 1: aprovado por consenso.
- Ação 1: aprovado por consenso.
- Ação 2: aprovado por consenso.

Meta 2: aprovado por consenso.
- Ação 1: aprovado por consenso.

- Ação 2: Ana Julia: Promover práticas didático-pedagógicas inclusivas e inserir essas diretrizes nos PPCs de todos os cursos e modalidades, nas metodologias de ensino e nos processos de formação e avaliação docente. Alteração aprovada por consenso.

Meta 3: aprovado.
- Ação 1: aprovado.
- Ação 2: Ana Julia propõe incluir Negeds - Núcleos de Estudos em Gênero, Diversidade e Sexualidade. Ajuste aprovado por consenso.
- Ação 3: Ana Julia propõe: estimular iniciativas relacionadas à defesa da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade nas diferentes unidades. Ajuste aprovado por consenso.

Meta 4: Ana Julia propõe ajuste de texto: implementar formação continuada para docentes, técnicos-administrativo, servidores docentes ou técnicos-administrativo que estejam em cargo de gestão e trabalhadores terceirizados que aborde a diversidade, inclusão, direitos humanos e a convivência entre diferentes gerações, a partir de 2027. Ajuste aprovado por consenso.
- Ação 1: Ana Julia sugere: Inserir sistematicamente o respeito intergeracional na formação continuada de servidores docentes, técnicos-administrativos, servidores docentes ou técnicos-administrativos que estejam em cargo de gestão e trabalhadores terceirizados, como também nas atividades acadêmicas. Ajuste aprovado por consenso.
- Ação 2: Ana sugere: Promover semanas temáticas, campanhas educativas e eventos institucionais que abordem a convivência fraterna e o respeito entre as gerações. Ajuste aprovado por consenso.
- Ação 3: prejudicada por consenso.

Meta 5 Ação 1 e Ação 2: prejudicada com suas ações pois contempla na alteração feita para a meta 4.

Meta 6: ajuste de texto coletiva: garantir condições de acessibilidade comunicacional, pedagógica, tecnológica e arquitetônica e promover acessibilidade atitudinal às pessoas com deficiência a partir de 2027. Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 1: ajuste de texto coletiva: eliminar barreiras comunicacionais, pedagógicas, atitudinais, tecnológicas e arquitetônicas EM TODAS as unidades. Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 2: ajuste de texto Ana Julia: Adequar materiais e ambientes, como também adotar recursos de tecnologia assistiva. Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 3 incluída por Ana Beatriz e Ana Julia: Fomentar formação continuada para o conhecimento do uso adequado dos materiais, ambientes didático-pedagógicos e recursos disponibilizados. Ajuste aprovado por consenso.

Meta 7: alteração Ana Beatriz: monitoramento da diversidade na instituição. Ajuste aprovado por consenso.

- Ação 1: aprovada original por consenso.
- Ação 2: monitorar as dimensões da igualdade étnico racial ... pessoas com deficiência e neurodiversidades. Ajuste aprovado por consenso.
- Ação 3: divulgar relatórios diagnósticos institucionais bienalmente. Ajuste aprovado por consenso.
Ação 4: Ana Julia: Utilizar os resultados para avaliar e aprimorar as políticas institucionais em defesa da diversidade e inclusão. Ajuste aprovado por consenso.

Meta 8: PARAMOS AQUI

A plenária encerra às 12h

PRESENÇA:

Justificativas de ausência registradas:

Fernando Henrique Silva Carneiro
Fernando Augusto Messias
Simone Paixão Araujo
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos
Wanderley Azevedo de Brito Mesa Diretiva (Coordenador)

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Ana Júlia Carvalho - CPPIR
Elza Gabriela Godinho Miranda - Docente
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Rafael Gonçalves Borges - Docente
Thiago VedoVatto - Docente
Cátia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Thiago Wedson Hilario - Técnico/a- Administrativo/a

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária ao meio dia. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE

RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

Política de Promoção da Igualdade de Gênero, Sexualidade e Diversidade - Objetivo 13:

- Assuntos:
  - Aprovação da proposta de alteração do texto da Ação 2 da Meta 7 do Objetivo 12, sugerida por Charles, sobre a criação, monitoramento e avaliação de indicadores de políticas de igualdade étnico-racial.
  - Aprovação do texto original do Objetivo 13, que trata da elaboração, institucionalização e consolidação da política de promoção da igualdade de gênero no IFG.
  - Aprovação da sugestão de prazo de "até o final de 2028" para a Meta 1 do Objetivo 13, apesar da preocupação de Charles sobre o tempo ser apertado.
  - Aprovação da Ação 1 da Meta 1 do Objetivo 13, que trata da elaboração e institucionalização da política de igualdade de gênero.
  - Aprovação da alteração para incluir "sexualidade e diversidade" junto a "igualdade de gênero" no Objetivo 13, Meta 1 e suas Ações.
  - Aprovação do texto alterado da Ação 2 da Meta 1 do Objetivo 13, que especifica a criação de núcleos em unidades que não os possuem e o fortalecimento onde já existem.
  - Confirmação da necessidade de aplicar as alterações para incluir "sexualidade e diversidade" também no texto do Objetivo 13 e da Meta 1.
  - Discussão e ajuste da redação da política de promoção da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade, e a necessidade de registrar essas alterações.
  - Metodologia para discutir destaques e sugestões de alteração em metas e ações, decidindo coletar todos os destaques antes de voltar a discutir cada um individualmente.
  - Sugestão de Ana Júlia para incluir os verbos "enfrentar" e "eliminar" junto a "reduzir" na meta 2, com o objetivo de não rebaixar as aspirações de sociedade e educação.
  - Discussão sobre a generalização da expressão "quaisquer tipos de violência e discriminação" versus a necessidade de nomear especificamente as violências (étnico-racial, etarismo, etc.) para não perder a especificidade dos corpos de marginalização.
  - Aprovação da Meta 2 com a inclusão de um percentual anual de redução (10%) e o prazo de início (a partir de 2027) para as situações de discriminação e violência de gênero, sexualidade e diversidade.
  - Sugestão de Thiago de trocar o verbo "reduzir" por "coibir" na Meta 2, argumentando que a redução é difícil de controlar enquanto a coerção pode ser gerenciada por mecanismos.
  - Debate sobre a alteração do termo "reduzir" para "coibir" na Meta 2, com Kênia reforçando a necessidade de focar na decisão de alterar ou manter o texto já aprovado para evitar repetições.
  - Reafirmação da aprovação da Meta 2, mantendo a redação de "reduzir anualmente em pelo menos 10% a partir de 2027 as situações de discriminação e violência relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade no ambiente institucional, a fim de traçar formas de enfrentamento".
  - Aprovação das ações 1 e 2 da meta de promoção de campanhas e ações educativas sobre equidade de gênero, sexualidade e diversidade.
  - Discussão e aprovação da Ação 3 (articular ações institucionais às políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, sexualidade e diversidade) com inclusões.
  - Proposta e discussão da Ação 4 para coibir e responsabilizar situações de discriminação e violência relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade no ambiente institucional, com data de início a partir de 2027 ou imediatamente.
  - Apresentação e aprovação da Ação 5 (proposta por Thiago) sobre orientação quanto ao uso da plataforma Fala Brasil para denúncias, com alteração sugerida por Elza para remover o final da frase.
- Encaminhamentos:
  - Incluir um prazo de "até o final de 2028" na Meta 1 do Objetivo 13.
  - Alterar a Ação 2 da Meta 1 do Objetivo 13 para "criar núcleos e espaços institucionais voltados à promoção da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade nas unidades em que ainda não existem e fortalecer nas unidades que já os possuem".
  - Aplicar a alteração que inclui "sexualidade e diversidade" nos termos "igualdade de gênero" ao Objetivo, à Meta e às Ações relacionadas.
  - Coletar todos os destaques/sugestões de alteração para a Meta 2 do Objetivo 13 e suas ações, e depois discutir cada um individualmente.
  - Corrigir os textos das ações 1, 2 e 3 para abranger o que a Meta 2 está propondo, incluindo os termos "sexualidade e diversidade".
  - Construir uma nova ação, a ser a Ação 4, focada na questão da coerção, para complementar a meta de redução das situações de discriminação e violência.
  - Aprovar as Ações 1, 2 e 3 com a inclusão dos termos "sexualidade e diversidade".
  - Incluir a Ação 4 no documento: "Coibir e responsabilizar as situações de discriminação e violência relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade no ambiente institucional a partir de 2027".
  - Aprovar a Ação 5 com a alteração sugerida por Elza Gabriela, para que o texto termine em "enfrentamento dessas práticas", removendo "de modo a proibir a sua ocorrência", já que o "coibir" já está presente em outra ação.

Ampliação da Participação e Inserção da Temática de Gênero - Metas 3 e 4:

- Assuntos:
  - Discussão inicial sobre a Meta 3: ampliar a participação de mulheres e pessoas de diferentes identidades de gênero em espaços acadêmicos, científicos e de gestão.
  - Discussão inicial sobre a Ação 1 da Meta 3: incentivar a participação equitativa de mulheres e pessoas de diferentes identidades de gênero em projetos de pesquisa, extensão e inovação.
  - Discussão inicial sobre a Ação 2 da Meta 3: promover condições equitativas de participação nos espaços de decisão e gestão.

- Apreciação da Ana Júlia sobre a redação da Meta 3, questionando se a expressão "identidade de gênero" deveria ser mais específica ou manter o escopo amplo, com Rafael e Elza defendendo a manutenção do texto atual.
- Consenso para manter a redação da Meta 3 e da Ação 1 da Meta 3 como está, considerando o espírito da discussão anterior.
- Discussão sobre a temporalização da Meta 3, sugerindo incluir "a partir de 2027" na meta para não precisar adicionar nas ações.
- Elza sugere que, além de promover condições equitativas, a Ação 2 da Meta 3 deveria incluir a mensuração, divulgação e transparência de dados sobre a participação de mulheres na gestão, que atualmente são difíceis de encontrar.
- Ana Júlia levanta a questão da necessidade de nomear "condições de trabalho" na Ação 2 da Meta 3, citando exemplos de preconceito contra servidoras mães e a falta de apoio como cuidadotecas.
- Discussão inicial sobre a Meta 4: Garantir a inserção transversal da temática de gênero nos PPCs e nas ações de ensino, pesquisa e extensão.
- Discussão inicial sobre a Ação 1 da Meta 4: Inserir a temática de gênero de forma transversal nos projetos pedagógicos de curso e nas práticas institucionais.
- Discussão inicial sobre a Ação 2 da Meta 4: Incorporar as demandas sociais ao planejamento institucional.
- Discussão sobre a Ação 1 da Meta 4, que propõe inserir a temática de gênero nos projetos pedagógicos, com Ana Júlia sugerindo ampliar para incluir "sexualidade e diversidade" e "nas ações de ensino e pesquisa", em todos os PPCs, sem distinção de modalidade.
- Maria Carolina questiona se os PPCs deveriam ser direcionados a modalidades específicas.
- Maria Carolina questiona se a especificação de "PPCs de todas as modalidades" é necessária, dado que a ação visa todos os cursos.
- A proposta de Ana Júlia para a Ação 1 (incluir temáticas de gênero, sexualidade e diversidade em todos os PPCs) é aprovada pela maioria.
- Ana Júlia questiona o que são "demandas sociais" na Ação 2 da Meta 4, considerando o termo muito vago. Rafael e Elza concordam que a proposta é vaga e deve ser prejudicada.
- A Ação 2 da Meta 4 é prejudicada devido à falta de clareza sobre o termo "demandas sociais".

- Encaminhamentos:
- Ana Júlia propõe a criação de uma Ação 3 na Meta 3 para construir mecanismos de diagnóstico e mensuração da participação equitativa.
- Alteração da Ação 2 da Meta 3 para: "promover condições equitativas de trabalho a partir da equidade de gênero na participação nos espaços de decisão e gestão".
- Inclusão da Ação 3 da Meta 3: "criar ferramentas de mensuração, registro, acompanhamento e transparência da participação de mulheres nos espaços de decisão e gestão".
- Ana Júlia propõe ampliar e nomear a temática de gênero na Meta 4 e Ação 1, incluindo "sexualidade e diversidade", para letramento e aprofundamento das discussões, com o texto da meta ficando: "garantir a inserção transversal das temáticas de gênero, sexualidade e diversidade nos PPCs e a ISEC".
- Ana Júlia sugere nomear "em todos os PPCs dos cursos" para a Meta 4, sem distinção de modalidades, para contemplar todas as situações.

Formação Continuada e Equidade de Gênero - Meta 5:

- Assuntos:
- Discussão sobre a redação da Meta 5 e Ação 1, focando em quem deve ser o público-alvo da formação continuada (gestores, servidores, terceirizados) e a importância de especificar "gestores" para garantir sua inclusão.
- Maria Carolina sugere substituir "igualdade de gênero" por "equidade de gênero" na Ação 1 da Meta 5, baseando-se em situações específicas como licença maternidade.
- Renata sugere que a Meta 5 inclua uma periodicidade para a formação continuada, como anualmente, e que a Ação 1 especifique o público como "servidores, gestores".
- Kênia propõe uma redação para a Ação 1 da Meta 5 que especifica todos os públicos: "gestores, docentes e técnicos administrativos, bem como terceirizados", e defende manter "igualdade de gênero" por coerência com discussões anteriores.
- Ana Júlia defende a inclusão explícita da palavra "gestores" na ação para assegurar que eles recebam letramento e compreendam a importância da temática, evitando autorização de violência por falta de conhecimento.
- Maria Carolina reitera sua preocupação em não misturar categorias com funções ao listar os públicos (gestores, docentes, técnico-administrativos) e insiste na necessidade de esclarecimento sobre a diferença entre "igualdade" e "equidade" de gênero.
- Discussão sobre a necessidade de discriminar "gestores" na lista de públicos-alvo da formação continuada, especificando que são docentes ou técnicos-administrativos em função de gestão, para evitar misturar categorias com funções.
- Debate sobre a escolha entre os termos "igualdade" e "equidade" de gênero, com Maria Carolina questionando a suficiência da padronização textual e buscando esclarecimento sobre as implicações de cada termo, enquanto Ana Júlia defende "igualdade" por sua capacidade de abarcar singularidades.
- Aprovação da proposta de redação para a Ação 1 da Meta 5, especificando a formação continuada para docentes, técnicos administrativos, servidores docentes ou técnicos administrativos que estejam em cargo de gestão e trabalhadores terceirizados sobre gênero, sexualidade, diversidade, enfrentamento à discriminação e defesa dos direitos humanos.
- Aprovação da Meta 5: "Implementar anualmente formação continuada sobre gênero, sexualidade, diversidade e enfrentamento à discriminação e à defesa dos direitos humanos", conforme os ajustes do texto no chat.
- Aprovação da Ação 1 da Meta 5 com a seguinte redação: "Ofertar a formação continuada para docentes, técnicos administrativos, servidores docentes ou técnicos administrativos que estejam em cargo de gestão e trabalhadores terceirizados sobre gênero, sexualidade, diversidade, enfrentamento à discriminação e defesa dos direitos humanos".

- Encaminhamentos:
- Maria Carolina irá construir uma nova ação ou meta que aborde a equidade de gênero, a ser apreciada e incluída posteriormente, sem alterar o texto atual das políticas, garantindo um olhar para as especificidades.

Permanência e Êxito de Estudantes em Vulnerabilidade - Meta 6:
- Assuntos:
  - Discussão sobre a Meta 6 (Garantir condições de permanência e êxito para estudantes em situação de vulnerabilidade relacionada a gênero), com sugestão de Ana Júlia para nomear explicitamente as vulnerabilidades relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade.
  - Sugestão de nomear "política de gênero" na ação 1, ampliando o escopo para incluir sexualidade e diversidade nas ações de assistência estudantil, conforme já estabelecido no objetivo.
  - Sugestão de incluir "sexualidade e diversidade" na Ação 1 da Meta 6, que trata de articular a política de gênero às ações de assistência estudantil, para alinhar com a formulação do objetivo.
  - Aprovação da Meta 6 para garantir condições de permanência e êxito para estudantes em situação de vulnerabilidade relacionada a gênero, sexualidade e diversidade a partir de 2027, conforme texto postado no chat.
  - Aprovação do texto da Ação 1 da Meta 6 com a inclusão de "sexualidade e diversidade", resultando em "Articular a política de gênero, sexualidade e diversidade às ações de assistência estudantil assegurando condições de permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade".
  - Aprovação do texto da Ação 1 da Meta 6, com o acréscimo de "sexualidade e diversidade".
  - Discussão sobre a Ação 2 da Meta 6 ("Promover acolhimento e ações voltadas à autonomia de mulheres em situação de vulnerabilidade"), com Ana Júlia questionando a abrangência do termo "mulheres" para incluir pessoas não binárias e mulheres trans.
  - Discussão sobre o termo "mulheres" na Ação 2 da Meta 6 e se ele abrange identidades não binárias, reiterando a decisão anterior de manter o termo "mulheres" e sugerindo que a meta mais ampla (gênero, sexualidade, diversidade) já aborda o tema.
  - Aprovação do texto original da Ação 2 da Meta 6.

Monitoramento da Diversidade Institucional - Meta 7:
- Assuntos:
  - Proposta de incluir "criação de diagnósticos" na Ação 2 da Meta 7, alterando para "produzir avaliações periódicas e relatórios diagnósticos para subsidiar o aprimoramento da política".
  - Revisão e discussão das Ações 1, 2, 3 e 4 da Meta 7.
  - Aprovação da Meta 7 e suas ações com as alterações propostas.
- Encaminhamentos:
  - Aprovar a Meta 7 e a Ação 1 com o acréscimo de "sexualidade e diversidade" ao texto "recorte de gênero" e ampliar o escopo das desigualdades.
  - Aprovar a Ação 2 da Meta 7 com a inclusão de "e relatórios diagnósticos" na redação.
  - Ajustar a redação da Ação 2 da Meta 7, adicionando "da igualdade" para "monitorar as dimensões da igualdade étnico-racial, de gênero...".
  - Ajustar a redação da Ação 3 da Meta 7 para "divulgar relatórios diagnósticos institucionais de forma bienal/bienalmente".
  - Incluir "neurodiversidade" nas dimensões a serem monitoradas na Ação 2 da Meta 7.
  - Ajustar a Meta 7 para "Implantar mecanismos de monitoramento da diversidade na instituição" para evitar ambiguidade.

Política de Diversidade Abrangente - Objetivo 14:
- Assuntos:
  - Discussão sobre a sobreposição do Objetivo 14, que propõe uma política de diversidade mais ampla, com o objetivo anterior que criou uma política de gênero, sexualidade e diversidade. Sugere-se sinalizar a sobreposição para a próxima plenária para avaliação da possibilidade de junção.
  - Sugestão de alterar a Ação 2 da Meta 2 do Objetivo 14 para "promover práticas didático-pedagógicas inclusivas" e incluir a redação "de todos os cursos e modalidades" ao se referir aos PPCs.
  - Discussão sobre a inserção do termo "equidade" na meta de "promoção da equidade, da diversidade e da inclusão", e sua relação com a igualdade.
  - Proposta de incluir o termo "NEGETES" (núcleos de gênero, sexualidade, diversidade) na Ação 2 da Meta 3 do Objetivo 14, devido à sua criação e consolidação em andamento.
  - Sugestão de reformular a Ação 3 da Meta 3 do Objetivo 14 para esclarecer o tipo de iniciativas a serem estimuladas, propondo "Estimular iniciativas relacionadas à defesa da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade nas diferentes unidades".
  - Revisão da Ação 3 para esclarecer o tipo de iniciativas a serem estimuladas, sugerindo "defesa da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade" e alterando "campos" para "unidades" para incluir a reitoria.
  - Questionamento sobre a necessidade de indicar os sujeitos específicos para a "promoção da equidade".
  - Discussão sobre a possibilidade de propor a elevação de CPPIR e NEAB a uma categoria de gestão (diretoria, coordenação, gerência) e se o fórum possui autonomia para tal.
  - Esclarecimentos sobre a discussão anterior a respeito de recursos orçamentários/financeiros para comissões, reforçando que a redação se refere a recursos para políticas.
  - Reiteração da pergunta sobre a possibilidade de o fórum propor a elevação da CPPIR a uma diretoria/gerência, e confirmação de que já existe uma previsão regimental para isso.
- Encaminhamentos:
  - Anotar na justificativa que o Objetivo 14 pode sombrear o objetivo anterior, e que a próxima etapa fará a análise ou decisão de aprovação separada.
  - Aprovar o texto do Objetivo 14 sem alterações.
  - Aprovar em bloco a Meta 1, Ação 1 e Ação 2 do Objetivo 14.
  - Aprovar em bloco a Meta 2, Ação 1 e Ação 2 do Objetivo 14 com os ajustes propostos por Ana Júlia.
  - Adicionar "NEGETES" (Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade) às instâncias a serem fortalecidas na Ação 2, juntamente com NEAB, NAPNI e CPPIR.
  - Aprovação em bloco das seguintes alterações na Meta 3 e Ações: Meta 3 e Ação 1 permanecem como estão; Ação 2

adiciona "NEGETES"; Ação 3 passa a ser "estimular iniciativas relacionadas à defesa da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade nas diferentes unidades", removendo "social e intergeracionalidade" e substituindo "campos" por "unidades".

Etarismo e Convivência Intergeracional - Meta 4 (Objetivo 14):
- Assuntos:
  - Questionamento sobre a redundância da Meta 4 e suas ações com discussões anteriores, sugerindo a necessidade de "limpar" o texto para evitar repetições, apesar da ênfase no etarismo e respeito intergeracional.
  - Discussão sobre a meta 4 e suas ações (1, 2 e 3), com o questionamento de Ana Júlia sobre a pertinência e repetição do texto, especialmente no que tange à ênfase no etarismo e respeito intergeracional, sugerindo uma "limpada" na redação.
  - Concordância em manter a Meta 4 devido à sua especificidade e foco no etarismo e na convivência entre diferentes gerações, que é um diferencial.
  - Kênia lê a nova proposta de redação para a meta 4, que aborda formação continuada para diversos públicos sobre diversidade, inclusão, direitos humanos e convivência intergeracional, para aprovação.
  - Renata David de Moraes propõe que a ação 3 da meta 4 seja considerada prejudicada por ser repetitiva, e Kênia Hidalgo pede a aprovação das alterações na meta 4 e suas ações (1 e 2), com a exclusão da ação 3 original.
- Encaminhamentos:
  - Ana Júlia se compromete a elaborar uma proposta de redação para a meta 4, visando aprimorar o texto e dar ênfase à questão intergeracional, eliminando repetições.

Acessibilidade Ampliada - Meta 6 (Objetivo 14):
- Assuntos:
  - Discussão sobre a Meta 5 e suas ações, com Renata e Ana Júlia apontando que elas se tornaram repetitivas após as alterações na Meta 4, sugerindo que poderiam ser prejudicadas.
  - A meta 5 e suas ações (1 e 2) são consideradas prejudicadas devido à repetição de conteúdo já contemplado na nova redação da meta 4.
  - Kênia Hidalgo levanta a necessidade de ampliar a escrita da meta 6 para incluir outros tipos de acessibilidade, como a atitudinal, além de definir a temporalidade, e discute a nomeação da "acessibilidade estrutural".
  - Ana Beatriz Machado de Freitas sugere substituir "acessibilidade estrutural" por "acessibilidade arquitetônica" na meta 6, para evitar dupla interpretação e alinhar com a legislação, e discute a inclusão da acessibilidade atitudinal.
  - A Meta 6 é revisada para incluir "tecnológica e arquitetônica" e promover "acessibilidade atitudinal", e suas ações são detalhadas para eliminar barreiras e adequar materiais e ambientes.
  - Renata David de Moraes sugere criar uma nova ação (ação 3) para a meta 6, focada na formação continuada para o conhecimento e uso adequado dos materiais e ambientes de acessibilidade, separando-a da ação 2 que trata da adequação.
  - Inclusão da ação 3 na meta 6, focada em fomentar formação continuada para o uso adequado dos materiais e ambientes didático-pedagógicos e recursos de acessibilidade, com discussão sobre a necessidade de especificar o público e a temporalidade.
  - Discussão final e aprovação em bloco das alterações na Meta 6 e suas ações, incluindo a adição da ação 3, com a temporalidade implícita de 2027 a 2031 (vigência do PDI).
  - Discussão e aprovação em bloco das propostas sugeridas e alterações de itens do chat.
- Encaminhamentos:
  - As participantes são instruídas a elaborar uma proposta de redação aprimorada para a meta 6, considerando as sugestões de ampliação e nomeação da acessibilidade.
  - Ana Júlia Carvalho se prontifica a fazer ajustes na ação 2 da meta 6.

Encerramento da Reunião:
- Encaminhamentos:
  - Interrupção da reunião devido ao horário estabelecido (meio-dia).

Documento assinado eletronicamente por:

- **Renata David de Moraes, COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 03/11/2026 11:22:19.
- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo, PEDAGOGO-AREA**, em 28/10/2026 11:48:10.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/10/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 834470
Código de Autenticação: f2e50cab47

ATA DA 13ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 29 dias do mês de outubro de 2026, às 14 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a décima terceira plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Plenária conduzida por Reinaldo. Reinaldo explica que é membro nato do eixo e estará acompanhando na condução neste eixo a partir de agora contribuindo com Kênia e Renata na mesa diretiva.

Informe:
1 - faz um informe de que, no eixo extensão, existem 57 itens para os quais foi deliberado que sua apreciação seria em plenária conjunta com eixo IPE. Diante dessa informação faz uma proposta de encaminhamento para deliberar e facilitar os trabalhos e conseguir uma boa execução. A proposta é de enviar uma planilha elaborada pela secretaria do eixo IPE na qual indica quais itens já estão contemplados em análise preliminar. O envio da planilha tem a finalidade de que os delegados avaliem o documento para detectar se os itens estariam realmente contemplados e em plenária realizaríamos a análise em bloco de forma que só voltaríamos em propostas que tivessem algum destaque por algum delegado.

Fernando sugere se for possível já encaminhar isto sistematizado onde já está contemplado para facilitar o trabalho dos delegados. Sugere que dê mais tempo para análise dos delegados. Reinaldo explica que já está sistematizado e que então passaríamos essa análise para sexta feira. Fernando tem acordo. Toda plenária tem acordo no encaminhamento proposto.

Ordem do Dia Programada:

- Informe sobre metodologia de apreciação das propostas conjuntas com eixo extensão.
- Concluir meta 8 do objetivo 14.
- Objetivos 19 e 34.
- Proposta inserida pela comissão central (nome do campus Goiânia).
- Informe para lembrar os GTs pendentes (possuem 3 GTs em aberto referentes: a) ao objetivo 21 e ação não vinculada ao objetivo 24; b) aos objetivos 04 e 16; c) aos objetivos 31 e 35).
- Apreciação da proposta nova inserida por Maria Carolina.
- Proposta de encaminhamento sobre as Propostas do caderno PDI anterior + propostas de atualização que podem já estar contempladas.
- Apreciação das propostas do caderno PDI anterior + atualização ainda não contempladas: meta 14 do objetivo 8; ação 41 da meta 14 do objetivo 8; metas novas 1, 5 e 7 do objetivo 8; meta 15 do objetivo 9; ação nova da meta 22 do objetivo 9; metas novas 1, 2, 5, 6, 7 do objetivo 9; ações novas 1 e 4 do objetivo 9; ações novas 2 e 3 da meta 17; ação 19 (original e alteração).

Registra-se:

OBJETIVO 14
Meta 8: Consenso na aprovação.

- Ação 1: Consenso na aprovação.

- Ação 2: Fernando entende que a ação 2 não conversa muito com a meta em estudo. Ana Beatriz entende que

pode ser mantido aqui pois ela é mais ampla. Consenso na aprovação.

OBJETIVO 19

Fernando sugere ajuste de texto "Ampliar as políticas de permanência estudantil com enfoque interseccional, priorizando o atendimento aos estudantes da EJA, quilombolas, indígenas, estudantes do campo, refugiados, pessoas em acolhimento, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIAPN+ e demais públicos historicamente em situação de desigualdade." Ajuste aprovado por consenso.
Fica acordado que iremos puxar para cá a meta nova 1 vinculada ao objetivo 9 do PDI atual, ficando o objetivo desta forma:

Meta 1: ajuste de texto: Criar políticas específicas de permanência para públicos prioritários até 2028 pelas Pró-Reitorias finalísticas e setores vinculados à assistência ao estudante.
aprovado por consenso.

- Ação 1: aprovada por consenso.

- Ação 2 incluída e aprovada por consenso: Estruturar plano institucional de permanência para estudantes da EJA, quilombolas, indígenas, estudantes do campo, refugiados, pessoas em acolhimento, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIAPN+ e demais públicos historicamente em situação de desigualdade.

- Ação 3 incluída e aprovada por consenso: Prever indicadores específicos de acesso, permanência, acompanhamento acadêmico e conclusão e grupos historicamente em situação de desigualdade.

- Ação 4: Vincular a atuação da Assistência Estudantil às políticas afirmativas, de inclusão e de permanência e êxito. Renata propõe prejudicar, Fernando não concorda pois entende que é importante pensar numa adequação dessa ação ou readequação para outro lugar a fim de garantir que a ideia seja mantida. Fernando não apresenta proposta, Reinaldo vota pelo prejuízo, plenária entende que está prejudicada por estar contemplada no objetivo 24.

OBJETIVO 34: consenso na aprovação do bloco (objetivo, meta e ações).

PROPOSTA INCLUÍDA PELA COMISSÃO CENTRAL: Reinaldo entende que possui como prerrogativa de que a mesa pode considerar a proposta prejudicada por uma questão de ordem por ser de natureza de estatuto. Não há apontamentos pela plenária, proposta prejudicada por consenso.

PROPOSTA NOVA NO FORMULÁRIO SUBMETIDA POR MARIA CAROLINA

OBJETIVO PROPOSTO:

Promover a formação continuada e o aperfeiçoamento pedagógico do corpo docente que atua nos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio considerando a reformulação e implementação das novas matrizes curriculares, capacitando os professores para a docência interdisciplinar, a mediação tecnológica e a articulação entre a formação geral, científica e a formação profissional.

Fernando sugere substituir "formação geral, cientifica e a formação profissional" por "formação integral". Consenso no ajuste.

Meta proposta: Instituir programas permanentes de capacitação focados na manutenção e planejamento das práticas integradoras, permitindo que docentes das áreas propedêuticas (Núcleo de Formação Básica) e técnicas (Núcleo de Formação Tecnológica) desenvolvam ações transversais e unificadas.
Consenso na aprovação da proposta.

- Ação 1 proposta: Oferecer oficinas práticas sobre o uso de metodologias baseadas em projetos (ABP), resolução de problemas e ferramentas digitais alinhadas às novas dinâmicas do ensino técnico integrado.

Não há consenso. Abre-se para defesas. Fernando faz defesa contrária à proposta por estar desarticulado à própria proposta estando contraditória à perspectiva do ensino médio integrado ao trazer proposta de metodologias ativas. Maria Carolina tem acordo com a rejeição. Após as defesas ainda não há consenso na rejeição da proposta. Em votação: 5 pessoas têm acordo com a rejeição da proposta / 1 pessoa favorável à manutenção da proposta. / 1 abstenção.

- Ação 2 proposta: Criar módulos de formação específicos para novos docentes e atualização dos veteranos sobre as diretrizes conceituais do Ensino Médio Integrado na Rede Federal, combatendo a fragmentação curricular.
Consenso na aprovação da proposta.

- Ação 3 proposta: Viabilizar tempos e espaços institucionais na carga horária docente (horas de planejamento) dedicados à troca de experiências entre diferentes campi do IFG.
Iarle propõe ajuste de texto ficando: Viabilizar tempos e espaços institucionais na carga horária docente (horas de planejamento) dedicado ao planejamento conjunto entre docentes das diversas áreas do mesmo câmpus e à troca de experiências e entre diferentes campi do IFG.
Consenso no ajuste.

Proposta de encaminhamento sobre as Propostas do caderno PDI anterior + propostas de atualização que podem já estar contempladas.

Reinaldo faz proposta de encaminhamento de preparar um documento especifico indicando o que já está contemplado, enviar para todos os delegados realizar estudo e deliberar na sexta feira sobre elas em bloco. Solicita que os delegados façam uma análise prévia e se houver alguma coisa que seja necessário destacar feremos os destaques em Plenária. Há consenso no encaminhamento proposto.

Apreciação das propostas do caderno PDI anterior + atualização ainda não contempladas: meta 14 do objetivo 8; ação 41 da meta 14 do objetivo 8; metas novas 1, 5 e 7 do objetivo 8; meta 15 do objetivo 9 ; ação nova da meta 22 do objetivo 9; metas novas 1, 2, 5, 6, 7 do objetivo 9; ações novas 1 e 4 do objetivo 9; ações novas 2 e 3 da meta 17; ação 19 (original e alteração).

Renata explica que esses itens podem não estar contemplados em nenhum objetivo anterior e por isso iremos ponto a ponto destes itens. Os demais itens podem estar contemplados e irão para o documento de apreciação a ser encaminhado pelos delegados.

Meta 14 do Objetivo 8

Reinaldo faz encaminhamento de votar em uma das três. Kênia chama a atenção para quais itens modificaram na proposta de alteração de Anápolis. Renata se inscreve para defesa da proposta da Reitoria. Reinaldo pergunta se há consenso na aprovação da proposta da Reitoria. Não há consenso. Abre para defesas, Renata faz a defesa favorável à alteração proposta pela Reitoria. Não há mais inscrições, abre-se para votações. Favoráveis a proposta 1 (texto original): 1 / Favoráveis à proposta 2 (alteração Anápolis): 0 / Favoráveis à proposta 3 (alteração Reitoria): 5. / Abstenções: 0.

Encaminhamento de a meta aprovada ir para o objetivo 14: consenso na aprovação. A meta fica à princípio sem ações. Delibera-se pela necessidade de elaboração de ações para esta meta: Iarle e Maria Carolina se comprometem a elaborar ações e inserir no formulário.

Ação 41 da meta 14 do objetivo 8

Renata propõe encaminhamento, caso seja aprovada inserir essa ação na Meta 1 do Objetivo novo 24. Ação e encaminhamento aprovados por consenso.

Metas novas 1, 5 e 7 do objetivo 8

<u>META NOVA 1 e Ação 1:</u>

Renata propõe encaminhamento, de migrar essa meta com sua ação para ser trabalhada pelo GT da Ana Beatriz, Cátia e Rafael que tratará dos objetivos novos 04 e 16. Iarle pede o esclarecimento sobre qual é esse GT, Renata e Ana Beatriz explicam. Não há consenso no encaminhamento. Ana Beatriz entende que pode ficar separado. Reinaldo faz o encaminhamento de que se aprove a meta e ação como está, caso aprovado que se tire algum delegado para construir o objetivo para esta meta e ação. Propostas aprovadas como está, Renata fica de construir o objetivo.

<u>Meta Nova 5 e Ações:</u>
Consenso na sua aprovação. Renata faz encaminhamento de enviar para o GT que está trabalhando os objetivos 31 e 35. Encaminhamento aprovado.

<u>Metas nova 6 e 7:</u>

Renata propõe prejudicar a meta nova 6 por estar idêntica à meta nova 7 com alguns detalhamentos a mais na meta nova 7. Consenso na rejeição da meta nova 6.

Renata propõe, caso a meta 7 com suas ações forem aprovadas, passar o bloco para o objetivo 24. Consenso na aprovação das propostas e no encaminhamento.

Meta 15 com sua Ação do Objetivo 9 proposta de alteração de Uruaçu

Renata propõe que, caso aprovado, passe para o objetivo 25. Meta aprovada por consenso. Ação aprovada por consenso. Encaminhamento aprovado por consenso.

Ação nova da Meta 22 do Objetivo 9

Elza propõe ajuste de texto: retirar "estudantil". Reinaldo encaminha sobre a aprovação ou não e depois verifica onde ela se vincularia. Há consenso na aprovação da proposta.
É necessário indicar onde ela se vincularia. Fica deliberado voltar nesse item na próxima plenária para construir uma meta e um objetivo para contemplar essa ação.

A plenária encerra às 16:52h

PRESENÇA:

Justificativas de ausência registradas:

Cátia Dias Marques
Francisco Marcelo Bessa
Rafael Goncalves Borges
Ana Júlia Rodrigues Carvalho
Thiago VedoVatto
Fernando Augusto Messias
Simone Paixão Araújo

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ Assistência Estudantil
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Reinaldo Reis - Mesa diretiva (Coordenador compartilhado) / Pró-Reitor membro nato
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos - Assistência Estudantil
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Fernando Henrique Silva Carneiro - Docente
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Iarle Sousa Ferreira - Chefia de Departamento
Elza Gabriela Godinho Miranda - Docente
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Lorena Rosa - Pró-Reitora membro nato

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 17 horas. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Reinaldo de Lima Reis Junior
Coordenador compartilhado do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE

RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

Metodologia de Apreciação de Propostas e Deliberação:
- Assuntos:
  - Discussão sobre a metodologia para análise de 57 itens do eixo extensão em plenária conjunta com o eixo ingresso permanente e êxito, buscando evitar duplicidade de votação e conflitos.
  - Discussão sobre o funcionamento do sistema de aprovação de propostas no caderno, onde não há opção para não colocar nada e as propostas ficam automaticamente como aprovadas, exigindo justificativa em caso de alteração, rejeição ou prejuízo.
- Encaminhamentos:
  - A mesa irá preparar e enviar um documento com os 57 itens (55 já contemplados) para os delegados analisarem durante a semana.
  - Na próxima rodada, se houver consenso de que os 55 itens estão contemplados, a deliberação será em bloco, e os 2 itens não contemplados serão analisados individualmente.
  - A deliberação sobre o documento com os 57 itens será adiada para a plenária da próxima sexta-feira, sendo o encaminhamento reforçado na terça-feira.
  - A mesa irá preparar e enviar dois documentos aos delegados (um sobre o Eixo Extensão e Cultura e outro sobre o PDI anterior com propostas de atualização), indicando quais propostas já estão contempladas, para deliberação em bloco na plenária de sexta-feira.

Objetivo 14: Inclusão, Acessibilidade e Equidade:
- Assuntos:
  - Análise da Meta 8 do Objetivo 14, que trata de ampliar parcerias institucionais para promoção da inclusão, acessibilidade e equidade, e suas ações 1 e 2.
  - Questionamento de Fernando sobre a relação direta da Ação 2 (desenvolver ações formativas, projetos e tecnologias sociais) com a Meta 8 (ampliar parcerias institucionais).
  - Esclarecimento de Ana Beatriz de que a Ação 2 do Objetivo 14 é mais ampla, abordando inclusão de várias camadas sociais, não se restringindo apenas a pessoas com deficiência, e não conflitua com outros objetivos que tratam de políticas de educação especial e inclusiva.
  - Aprovação por consenso da Meta 8 e Ações 1 e 2 do Objetivo 14.
  - Sugestão de Fernando para incluir a dimensão da sexualidade no Objetivo 14, argumentando que ela não está explicitamente demarcada.
  - Esclarecimento de Renata de que a questão da sexualidade já está contemplada no Objetivo 13, que foi construído coletivamente e é mais amplo, embora a plenária anterior tenha decidido manter o Objetivo 14 por suas especificidades.
  - Aprovação por consenso para incluir a categoria 'sexualidade' no Objetivo 14, após a palavra 'gênero'.
  - Definição da redação para o Objetivo 14, incluindo 'social, de gênero, sexualidade e inclusão de pessoas com deficiência'.
  - Discussão e esclarecimento sobre a proposta de migração da Meta 14 do Objetivo 8 para o Objetivo 14, uma vez que o Objetivo 8 já está contemplado e seria removido.
  - Apresentação de três propostas de alteração para a Meta 14: o texto atual do PDI, a proposta do campus Anápolis e a proposta da reitoria.
  - Observação de que a proposta do campus Anápolis e o texto atual são muito semelhantes, com pequenas alterações, e a discussão sobre o uso do termo 'portadores' vs. 'pessoas com deficiência'.
  - Discussão sobre a metodologia de votação, após uma tentativa inicial de verificar consenso na proposta da reitoria, resultando na decisão de votar entre as três propostas apresentadas para a Meta 14.
  - Defesa da proposta de alteração da reitoria para a Meta 14, enfatizando a inclusão de grupos específicos, a vinculação intersetorial (assistência estudantil, comissões) e a garantia de envolvimento institucional, orçamento e participação da comunidade acadêmica.
  - Aprovação da Proposta 3 (alteração da reitoria) para a Meta 14, com cinco votos a favor e nenhuma abstenção.
  - Confirmação do acordo para que a Meta 14 aprovada seja inserida no Objetivo 14, que trata da política de valorização da diversidade no IFG.
- Encaminhamentos:
  - Votação das três propostas para a Meta 14: Proposta 1 (texto atual), Proposta 2 (alteração do campus Anápolis) e Proposta 3 (alteração da reitoria).
  - Iarle Sousa Ferreira e Maria Carolina Miranda se prontificam a elaborar as ações necessárias para a Meta 14 (agora no Objetivo 14), a serem deliberadas em semanas futuras.

Objetivo 19: Políticas de Permanência Estudantil Interseccional:
- Assuntos:
  - Leitura e discussão do Objetivo 19, Meta 1 e Ação 1, que trata de políticas de permanência estudantil com enfoque interseccional.
  - Fernando propõe transferir a Ação 1 do Objetivo 19 para uma outra meta que melhor dialogue com a permanência e a eficiência estudantil, devido ao enfoque interseccional.
  - Renata sugere que o Objetivo 19 pode estar repetindo conteúdo já existente na Meta 1 do Objetivo 9 do PDI atual, que está mais detalhada.
  - Aprovação do Objetivo 19 e a meta 1, que será considerada prejudicada. A ação associada será incorporada a uma temática futura, sem objetivo definido, e vinculada a metas existentes nessa temática.
  - Apresentação e aprovação do Objetivo: "Ampliar as políticas de permanência estudantil com enfoque interseccional, priorizando o atendimento aos estudantes negros, quilombolas indígenas, pessoas trans e com deficiência". A Meta: "Criar políticas específicas de permanência para públicos prioritários". Ações 1, 2, 3 e 4 foram lidas para apreciação.
  - Discussão e proposta de Fernando para atualizar o Objetivo, incluindo categorias mais detalhadas de estudantes

vulnerabilizados (EJA, quilombolas, indígenas, estudantes do campo) e alterando o termo "vulnerabilizados" para "em situação de desigualdade".
- Aprovação do objetivo atualizado com as alterações propostas por Fernando, incluindo a lista expandida de públicos e a nova terminologia.
- Kênia levanta a necessidade de incluir prazos e setores responsáveis no objetivo, meta e ações, conforme o regimento.
- Fernando questiona se "pró-reitorias finalísticas" contempla todos os setores relevantes, como a diretoria de assuntos estudantis, e sugere incluir "setores articulados à assistência ao estudante".
- Aprovação da meta com a inclusão de prazos e setores: "Criar políticas específicas de permanência para públicos prioritários até 2028 pelas prorretorias finalísticas e setores vinculados à assistência ao estudante."
- Aprovação da Ação 2: "Estruturar plano institucional de permanência para estudantes da EJA, quilombolas indígenas, estudantes do campo, refugiados, pessoas em acolhimento, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIA+, e demais públicos historicamente em situação de desigualdade." com a adição da letra 'A' à sigla LGBTQIA+.
- Discussão sobre a Ação 3, com sugestão de Fernando para trocar "metas" por "indicadores" e incluir "grupos historicamente em situação de desigualdade" para alinhar com o objetivo.
- Discussão sobre a redação da proposta de prever indicadores específicos para grupos historicamente em situação de desigualdade.
- Aprovação da Ação 3 com as alterações: "Prever indicadores específicos de acesso, permanência, acompanhamento acadêmico e conclusão e grupos historicamente em situação de desigualdade."
- Revisão das metas novas 1, 2, 5, 6 e 7 do Objetivo 9, que incluem políticas de permanência para públicos prioritários e encontros anuais de estudantes. Houve confusão e possível repetição de itens já deliberados.
- Discussão sobre a repetição e o controle de itens na pauta (Meta 9, Meta Nova 2, encontro de estudantes), indicando possível redundância ou dificuldade de acompanhamento.
- Encaminhamentos:
- Fernando sugere prejudicar o Objetivo 19 e a Meta 1, e transferir a Ação 1 para a proposta nova que tem mais a ver com a permanência.
- Aprovação do Objetivo 19 e da Ação 1, com a Meta 1 prejudicada. A Ação 1 será integrada às metas de uma temática sem objetivo definido que Renata apresentou anteriormente, com o Objetivo 19 servindo como seu objetivo.
- Kênia solicita que a ação seja copiada para o bloco de notas para inclusão no caderno.
- Kênia propõe que o conteúdo da temática sem objetivo (apresentada por Renata) seja incluído no Objetivo 19, já que este possui objetivo e meta definidos.
- Fernando sugere incluir a data limite (2028) na meta, mas não especificar setores, pois a ação envolve diferentes corretores. Renata complementa sugerindo "a partir das pró-reitorias finalísticas".
- Kênia solicita que todas as alterações e sugestões sejam consolidadas de uma única vez para evitar confusão e múltiplas revisões.

Objetivo 24: Assistência Estudantil e Saúde Mental:
- Assuntos:
- Discussão sobre a Ação 4 ("Vincular a atuação da assistência estudantil às políticas afirmativas de inclusão e de permanência e êxito"). Fernando sugere que a ação está deslocada e Renata propõe prejudicá-la, pois já está contemplada no Objetivo 24.
- Análise da Ação 4 ('Vincular a atuação da assistência estudantil às políticas afirmativas de inclusão e de permanência e êxito') e sugestão de prejudicá-la por já estar contemplada no Objetivo 24, que trata da assistência estudantil.
- Discussão sobre a ação 41 do objetivo 8, que faz parte do PDI antigo, para deliberar se ela permanece no PDI atual ou se será substituída por uma nova ação.
- Discussão sobre a Ação 41 do Objetivo 8, que trata de um programa de prevenção e redução de danos associado ao uso de drogas, e a necessidade de deliberar sobre sua continuidade ou superação no PDI atual.
- Proposta de prejudicar uma meta nova (de Inhumas) sobre saúde mental por ser idêntica a uma meta da reitoria e inserir a meta da reitoria no objetivo 24 (assistência estudantil), que já contempla a data de 2028.
- Aprovação consensual e encaminhamento da meta e ações para o objetivo 24, após ausência de manifestações contrárias.
- Encaminhamentos:
- Decisão de prejudicar a Ação 4, pois seu conteúdo já está contemplado no que foi deliberado no Objetivo 24.
- Aprovação da ação 41 ('Estabelecer uma política e um programa de prevenção e de redução de danos associados ao uso de drogas') e proposta de vinculá-la à meta 1 do objetivo 24 (fortalecimento da política de assistência estudantil).
- Renata David de Moraes propõe que, caso a Ação 41 seja aprovada, ela seja inserida na Meta 1 do Objetivo 24, que aborda o programa de saúde e assistência ao estudante.
- Aprovação da rejeição da meta nova de Inhumas (meta 6) sobre saúde mental, por já estar contemplada na meta da reitoria.
- Aprovação da meta e ações da reitoria para instituir a política de saúde mental estudantil e sua inclusão no objetivo 24 (assistência estudantil).

Objetivo 34: Fórum de Graduação para Coordenadores:
- Assuntos:
- Leitura e apreciação do Objetivo 34, que propõe a criação de um fórum de graduação para coordenadores de cursos de bacharelado do IFG, com a Meta 1 e Ação 1 relacionadas à regulamentação e institucionalização desse fórum.
- Encaminhamentos:
- Aprovação por consenso do Objetivo 34, Meta 1 e Ação 1, que tratam da criação e institucionalização do fórum de graduação para coordenadores de cursos de bacharelado.

Proposta de Alteração de Nome do Campus Goiânia:
- Assuntos:

- Discussão sobre a proposta de alteração da nomenclatura de 'campus Goiânia' para 'campus Goiânia Centro', apresentada pela comissão central.
- Consideração de proposta prejudicada por não se tratar de âmbito do PDI nem do PPPI, mas sim de regimento e estatuto.
- Encaminhamentos:
- Decisão de considerar a proposta de alteração do nome do campus prejudicada por questão de ordem, uma vez que não se trata de assunto do âmbito do PDI, mas sim do regimento e estatuto.

GTs Pendentes e Propostas de Maria Carolina:
- Assuntos:
- Informe sobre GTs pendentes referentes aos objetivos 21, 24, 4, 16, 31 e 35, e a necessidade de deliberação sobre propostas já submetidas no formulário.
- Discussão sobre os GTs pendentes, referentes aos objetivos 21, 24, 4, 16, 31 e 35, e a possibilidade de deliberação sobre propostas já submetidas no formulário, como a da Maria Carolina.
- Leitura e análise da proposta de Maria Carolina, que aborda o objetivo de promover formação continuada para docentes, com metas e ações detalhadas.
- Sugestão de Fernando Henrique para alterar a redação do objetivo da proposta de Maria Carolina, substituindo 'formação geral, científica e formação profissional' por 'formação integral' para evitar elementos divergentes.
- Aprovação do objetivo em tela com a nova indicação proposta por Fernando Henrique, por ausência de manifestação contrária.
- Dificuldade de Kênia em registrar as decisões de aprovação/rejeição das propostas no caderno do PDI, que só permite incluir objetivos, metas e ações.
- Aprovação da meta proposta, por ausência de manifestação contrária.
- Discussão sobre a aprovação das três ações propostas, com indicação de que não há consenso para a aprovação conjunta.
- Fernando Henrique defende a rejeição da Ação 1, argumentando que sua redação se alinha a metodologias ativas que, em sua visão, contradizem a perspectiva da formação integrada do ensino médio técnico.
- Discussão sobre a rejeição da Ação 1 devido à sua fundamentação em metodologias ativas ligadas à lógica neoliberal e sua inadequação para a formação integrada.
- Contagem inicial de cinco votos pela rejeição da Ação 1.
- Votação para a rejeição da Ação 1 (cinco votos pela rejeição, um pela manutenção e uma abstenção), resultando na rejeição da Ação 1.
- Aprovação por consenso da Ação 2: "Criar módulos de formação específicos para novos docentes. Atualização dos veteranos sobre as diretrizes conceituais do ensino médio integrado na rede federal, combatendo a fragmentação curricular."
- Proposta de modificação da Ação 3 para incluir "planejamento conjunto entre docentes das diversas áreas do mesmo campus" além da troca de experiências entre diferentes campi, visando um planejamento multidisciplinar.
- Aprovação por consenso da Ação 3, após a inclusão das modificações propostas.
- Encaminhamentos:
- Preparar para deliberação a proposta submetida por Maria Carolina no formulário.
- Criar um documento à parte para registrar as propostas aprovadas e levar à comissão central para resolver a inclusão no caderno do PDI.
- Colocar a rejeição ou aprovação da Ação 1 em regime de votação, visto que não houve consenso.
- Abrir para defesa favorável ou contra a proposta da Ação 3, após a ausência de consenso em sua aprovação.

Acessibilidade em Bibliotecas e Transporte:
- Assuntos:
- Apreciação das novas metas 1, 5 e 7 do objetivo 8, sendo a meta 1 relacionada à criação de laboratórios de acessibilidade em bibliotecas com tecnologia assistiva.
- Questionamento sobre a terminologia "usuários com deficiência" na meta de acessibilidade, sugerindo a substituição por "usuários com necessidades específicas" ou "estudantes com necessidades educacionais específicas".
- Esclarecimento sobre a existência de um GT para a reformulação e unificação dos objetivos 4 e 16, que tratam de ações inclusivas e questões de NAPNI (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas).
- Discussão sobre dois objetivos específicos para o PDI, com a decisão de trabalhar em ambos devido às suas diferenças.
- Proposta de manter a criação de laboratórios de acessibilidade nas bibliotecas como uma meta nova e destacada, em vez de vinculá-la a um projeto maior de política de acessibilidade, para dar-lhe mais visibilidade.
- Discussão sobre a meta de criar um programa de transporte, que poderia ser resumida na ação 3 do objetivo 24 ou encaminhada ao GT que trabalha questões de transporte (objetivos 31 e 35).
- Encaminhamentos:
- Proposta de migrar a meta e ação sobre acessibilidade em bibliotecas para o GT de Ana Beatriz, Kátia e Rafael, responsável pelos objetivos 4 e 16, para que o texto seja aprimorado por especialistas.
- Decisão de não deliberar imediatamente sobre a meta de acessibilidade e sua ação, mas sim encaminhá-la ao GT dos objetivos 4 e 16 para aprimoramento e inclusão no formulário para posterior deliberação.
- Sugestão para que a meta seja aprovada, mas com uma justificativa no caderno que detalhe o encaminhamento ao GT para melhoria da redação e adequação de termos.
- Aprovação da meta e ação para criação de laboratórios de acessibilidade nas bibliotecas, com o delegado Renato se comprometendo a elaborar o objetivo para elas.
- Aprovação da meta e ações para criação de programa de transporte e seu encaminhamento ao GT de transporte para elaboração do objetivo vinculado.

Objetivo 25: Política de Alimentação e Nutrição:
- Assuntos:
- Discussão da Meta 15 do Objetivo 9, que trata da implantação e consolidação da política institucional de alimentação e

nutrição, incluindo saúde e soberania alimentar. Há uma proposta de atualização de Uruaçu para garantir o fornecimento de lanche no período vespertino.

- Discussão sobre a meta 15 do objetivo 9 (política de alimentação e nutrição), com a proposta de que a meta original já está contemplada e a necessidade de apreciar a proposta de atualização de Uruaçu, encaminhando-a para o novo objetivo 25 (política de alimentação) caso seja aprovada.
- Questionamento sobre o consenso na aprovação da meta proposta e a vinculação ao objetivo 25.
- Discussão e aprovação da ação para a meta 15: Criar ou estender o serviço de lanche no período vespertino por meio da ampliação do programa de alimentação escolar ou auxílio financeiro, com mapeamento anual da demanda.

- Encaminhamentos:
- A meta 15 original será considerada contemplada e a proposta de atualização de Uruaçu será analisada para aprovação e, se aprovada, será encaminhada para o novo objetivo 25, que trata sobre a política de alimentação.

Acolhimento de Estudantes Ingressantes:
- Assuntos:
- Discussão sobre uma nova ação na meta 22 do objetivo 9, que visa criar um programa institucional de acompanhamento inicial aos estudantes ingressantes e de formação continuada.
- Sugestão de correção na redação da ação proposta para a meta 22, removendo a repetição do termo 'estudantil'.
- Questionamento sobre a vinculação da ação de acolhimento de estudantes a uma meta e objetivo já apreciados anteriormente, devido à sobreposição temática com propostas já discutidas sobre ingresso.
- Discussão sobre qual objetivo exato a ação de acolhimento será vinculada após a aprovação.

- Encaminhamentos:
- Renata, da mesa, buscará onde a ação de acolhimento de estudantes poderia ser inserida, caso aprovada, e solicita ajuda dos participantes para encontrar uma meta dentro de um objetivo apropriado.
- Deliberação para aprovar a ação de acolhimento de estudantes, vinculando-a a um objetivo sobre o ingresso, com a melhoria da redação conforme a sugestão de Elza.
- A definição do objetivo de vinculação da ação de acolhimento de estudantes será adiada para a próxima plenária, com mais participantes para contribuir.

Planejamento e Próximas Reuniões:
- Assuntos:
- Preocupação com o cansaço dos participantes e o esvaziamento da plenária, que impacta a capacidade de tomar decisões e continuar a discussão.
- Sugestão de Maria Carolina para a mesa avaliar a baixa participação na plenária, que está "extremamente esvaziada".
- Sugestão de Maria Carolina para propor opções de datas de reunião a fim de melhorar a participação da plenária, que tem se mostrado esvaziada.
- Informação de Kênia de que o esvaziamento atual pode ser pontual devido a um evento, mas que a média de participantes usualmente gira em torno de 12 a 13 pessoas.

- Encaminhamentos:
- As próximas reuniões serão realizadas na terça-feira à tarde e na sexta-feira pela manhã. A pauta será encerrada na meta 9 por hoje.
- Confirmação das próximas reuniões para terça-feira à tarde e sexta-feira de manhã, com convocação a ser feita no mesmo dia.
- Decisão de pausar a discussão na meta nove e encerrar a reunião atual.
- Reinaldo concorda com a pertinência da sugestão de Maria Carolina e propõe que, após o levantamento de Renata e Kênia, as votações sejam feitas em bloco para encerrar a questão do eixo e avançar para a próxima etapa.
- Encerramento da gravação da reunião e Reinaldo se disponibiliza para tirar uma dúvida particular de Iarle.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo, PEDAGOGO-AREA**, em 04/11/2026 11:11:20.
- **Renata David de Moraes, COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 04/11/2026 11:09:05.
- **Reinaldo de Lima Reis Junior, PRO-REITOR(A) - CD2 - REI-PROEX**, em 04/11/2026 11:06:55.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/11/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 836203
Código de Autenticação: c4a7c32c33

ATA DA 14ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 03 dias do mês de novembro de 2026, às 14 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a décima quarta plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Reinaldo inicia com informes:

1) Informa que, quem tiver propostas novas para encaminhar via formulario a partir de GT tirado em plenaria, enviar a proposta até quinta feira meio dia para que a mesa possa organizar tudo para apreciação na sexta.

2) Explica a planilha enviada na sexta feira, a respeito das propostas que a mesa ja considera contempladas e poderia ser votado em bloco. Os delegados devem estudar a planilha para que sexta feira possamos votar em bloco e retomar apenas nas propostas que algum delegado apresentar destaque.

3) A respeito das propostas conjuntas com a extensão, será realizada plenaria conjunta na sexta-feira e será enviado o material hoje da convocação. Será enviada também a planilha com o que a mesa entende já estar contemplado e poderia ser votado em bloco. Os delegados devem estudar a planilha para que sexta feira possamos votar em bloco e retomar apenas nas propostas que algum delegado apresentar destaque.

ORDEM DO DIA PROGRAMADA:

Apreciação das propostas do caderno PDI anterior + atualização ainda não contempladas: metas novas 2, 5, 6, 7 do objetivo 9 ; ações novas 1 e 4 do objetivo 9 ; ações novas 2 e 3 da meta 17; ação 19 (original e alteração).

OBJETIVO 9 PDI anterior

Meta nova 2 com sua ação: Proposta aprovada por consenso e encaminhado que delegado Fernando Henrique ficará responsável por construir um objetivo.

Meta nova 5 com sua ação: desmembrar a ação em várias ações a cada ponto e vírgula. Aprovada por consenso.
Fica definido que Ana Julia e Reinaldo irão realizar o cotejamento com o objetivo 12 para verificação do que nao tiver contemplado para ser incluido no objetivo 12. O cotejamento será apreciado em plenária.

Meta nova 6 com sua ação: aprovada por consenso.
Meta com ação migrada para objetivo 12.

Meta nova 7 com sua ação: aprovada por consenso.
Meta com ação migrada para objetivo 12.

Ação nova 1 não vinculada: aprovada por consenso.
Delegado Fernando vai elaborar uma meta para esta ação a ser inserida no objetivo novo 13. Maria Carolina entende que a ação é uma meta. Fernando entende que é uma ação mesmo e que irá construir uma meta. Encaminhamento aprovado por consenso.

Ação nova 4 não vinculada identica a ação nova 5 (mesmo encaminnhamento para ambas):
Não há consenso, Fernando questiona a obrigatoriedade dessa vinculação a essa formação, se incomoda com a obrigatoriedade dessa questão não trazer benefícios e também não garantir um debate qualificado. Renata faz esclarecimento sobre a intencionalidade da proposta. Fernando mantém o encaminhamento de retirar a parte

final da proposta que fala sobre a obrigatoriedade.
Abre-se para defesas: Maria Carolina e Ana Julia se inscrevem para manter o texto como está. Fernando retira o dissenso para poder caminhar caso somente ele tenha se incomodado com essa questão. Abre para consenso, há consenso para aprovação como está. Ação é migrada para meta 5 objetivo 12.

Meta 17 ação nova 2: aprovada por consenso.
Encaminhada para ser trabalhado pelo GT que está trabalhando os objetivos novos 31 e 35 que fala sobre transporte.

Meta 17 ação nova 3: Renata aponta que está contemplado parcialmente na ação 10 da da meta 1 do objetivo novo 24. Fernando propoe alteração de texto e deixar somente o trecho "Implantar auxílio- moradia específico, distinto do Auxílio Permanência.". Propõe retomar o consenso de aprovar considerando que, após leitura mais atenta, entende que a ação 10 já contempla tudo que os pontos dessa ação nova trazem e propõe prejudicar a ação.
Proposta rejeitada por consenso.

Ação 19 original: prejudicada por consenso por estar contemplada na atualização.

Ação 19 atualização: aprovada por consenso e inserida como ação da meta 1 do objetivo 24.

Retomando na ação nova meta 22 objetivo 9 pendente da plenária passada: Reinaldo propoe inserir ela na meta 1 do objetivo novo 15. Encaminhamento aprovado por consenso.

Encerra às 16:08 h

PRESENÇA:

Justificativas de ausência registradas:

Não houve registro de justificativa de ausência.

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ assistência estudantil
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Reinaldo Reis - Mesa diretiva (coordenador compartilhado) / Pró-Reitor membro nato
Fernando Henrique Silva Carneiro - Docente
Catia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Tauã Carvalho de Assis - Pró-Reitor membro nato
Thiago Wedson Hilario - Técnico/a- Administrativo/a
Ana Julia Rodrigues Carvalho - CPPIR
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos - Assistência Estudantil
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Elza Gabriela Godinho Miranda - docente
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 17 horas. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Reinaldo de Lima Reis Junior
Coordenador compartilhado do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE

RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

Pauta e Organização da Plenária:
- Assuntos:
  - Discussão sobre os quatro grandes itens pendentes para deliberação no eixo "ingresso, permanência e êxito".
  - Proposta de deliberar em bloco os itens já contemplados no PDI atual, com material enviado para análise dos delegados para a plenária de sexta-feira.
  - Propostas do eixo Extensão e Cultura, relativas à assistência estudantil, permanência e êxito, que serão analisadas em plenária conjunta na sexta-feira, com a expectativa de deliberação em bloco.
  - Pauta da reunião atual: deliberação de metas novas (2, 5, 6, 7) e ações novas (1, 4) do Objetivo 9, ações novas (2, 3) da Meta 17, ação 19 e pendências da plenária anterior (Meta 14).
  - A mesa expressa confiança em finalizar as deliberações do eixo na sexta-feira, caso haja consenso, mas ressalta que itens podem ser deliberados individualmente se houver divergência.
  - Confirmação do prazo de envio das propostas do formulário (quinta-feira, meio-dia) para que sejam tabuladas e apresentadas na plenária.
  - Fernando Henrique informa que encaminhará uma nova proposta relacionada à política de práticas corporais esportivas pelo meio da permanência, seguindo o prazo estabelecido.
  - Recapitulação dos três grandes pontos para a plenária de sexta-feira: propostas do formulário, propostas do PDI atual (votação em bloco) e propostas do eixo Extensão e Cultura (votação em bloco).
  - Processo de deliberação das propostas: após análise do GT, as propostas vão para um formulário e serão deliberadas na plenária de sexta-feira.
  - Instrução para uso do bloco de notas compartilhadas para facilitar a comparação de objetivos, metas e ações e evitar a necessidade de navegar constantemente no caderno.
  - As pendências das plenárias passadas, referentes às Metas M4, M5 e M22, estão aguardando os GTs e serão tratadas na próxima reunião de sexta-feira.
- Encaminhamentos:
  - Delegados com a tarefa de encaminhar novas propostas no formulário devem fazê-lo até quinta-feira, meio-dia. Propostas não enviadas até o prazo serão consideradas prejudicadas.
  - A mesa irá preparar e enviar o material das propostas do eixo Extensão e Cultura para todos os delegados, além de convocar os delegados do referido eixo para a plenária conjunta de sexta-feira.
  - A mesa encaminhará e-mail a todos os delegados reforçando a importância de enviar o formulário até quinta-feira, às 12h.
  - Reinaldo informa que será enviado um e-mail a todos os delegados reforçando a importância de encaminhar o formulário até quinta-feira, às 12 horas, e que um levantamento dos GTs que não enviaram o formulário poderá ser feito na sexta-feira.
  - Reinaldo, Kenia e Renata farão um levantamento dos GTs e seus responsáveis para incluir no corpo do e-mail de convocatória, conforme sugestão de Fernando Henrique.
  - Decisão de iniciar a próxima reunião de sexta-feira com as propostas submetidas por Fernando no formulário.
  - A equipe irá preparar e enviar o documento da reunião para todos os participantes.

Revisão e Alocação de Metas e Ações - Objetivo 9:
- Assuntos:
  - Discussão sobre a Meta nova 1 do Objetivo 9: "criar políticas específicas de permanência para públicos prioritários", com suas respectivas ações (estruturar plano institucional, prever metas específicas, vincular assistência estudantil a políticas afirmativas).
  - Renata propõe que a Meta nova 1 do Objetivo 9 seja avaliada para ser unida ao Objetivo 15, que trata da política de acesso, permanência e êxito geral.
  - Kênia esclarece que as ações 1 e 2 da Meta 1 do Objetivo 9 já foram deliberadas, mas a meta específica em tela ainda não.
  - Renata corrige que a Meta nova 1 do Objetivo 9 já deveria estar contemplada e que a discussão deveria começar a partir da Meta 2.
  - Discussão sobre a Meta Nova 1 do Objetivo 9, que não deveria estar em apreciação na reunião, pois será avaliada em bloco com outras ações na planilha enviada.
  - Início da leitura da Meta 2: "Realizar um encontro dos estudantes anualmente. Garantir que todos os campos tenham um espaço adequado para a sede do movimento estudantil. E ofertar suporte institucional às suas demandas", e sua ação correspondente.
  - Apresentação da Meta Nova 2 do Objetivo 9 e sua ação, que visa realizar um encontro anual de estudantes, garantir espaço para o movimento estudantil e instituir normativa de apoio.
  - Discussão sobre a necessidade de criar um objetivo específico para a Meta Nova 2 e sua ação, visto que não se encaixa adequadamente no Objetivo 15 (Política de Acesso, Permanência e Êxito) nem no Objetivo 9.
- Encaminhamentos:
  - Fernando Henrique concorda com a proposta de Renata de levar a Meta nova 1 e suas ações para o Objetivo 15.
  - A Meta nova 1 do Objetivo 9 será avaliada junto ao bloco de ações possivelmente contempladas na planilha enviada na sexta-feira e não será apreciada nesta reunião.
  - A Meta nova 1 do Objetivo 9 será incluída nos itens do PDI atual e propostas de alteração para análise em bloco na plenária de sexta-feira.
  - Fernando Henrique Silva Carneiro será responsável por elaborar um novo objetivo para a Meta Nova 2 e sua ação. A proposta sairá do Objetivo 9 e será encaminhada via formulário para aprovação na sexta-feira.

Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (Objetivo 12):
- Assuntos:
  - Apresentação da Meta Nova 5 do Objetivo 9 e sua Ação 1, que trata da implantação e consolidação da política

institucional de promoção da igualdade étnico-racial e enfrentamento ao racismo, incluindo a realização de diagnóstico, fortalecimento da CPPI e aprovação de normativa orientadora.
- Apresentação de várias sub-ações detalhadas ligadas à Ação 1 da Meta Nova 5, incluindo a promoção da equidade étnico-racial, valorização de populações específicas, implantação de protocolo antirracista, formação continuada, e destinação de recursos orçamentários.
- Discussão sobre a aprovação e o direcionamento da meta nova 5 do Objetivo 9 para cotejamento com o Objetivo 12.
- Esclarecimento sobre a meta nova 5, que apesar de ter origem no Objetivo 9, será migrada para o Objetivo 12 para ser cotejada com as metas e ações existentes lá.
- Apresentação da Meta Nova 6 do Objetivo 9, que propõe implantar um programa institucional de promoção da igualdade étnico-racial para o provimento de cargos de direção, funções de confiança, coordenações e comissões estratégicas, assegurando 30% de participação de pessoas negras.
- Aprovação da meta nova 6 do Objetivo 9, que será migrada para o Objetivo 12 para ser contemplada com as metas e ações existentes lá.
- Aprovação da meta nova 6 do Objetivo 9 e sua migração para o Objetivo 12, conforme consenso da plenária.
- Aprovação da meta nova 7 (instituir programa permanente de formação e certificação para integrantes de bancas de heteroidentificação) e sua migração para o Objetivo 12, por consenso.

- Encaminhamentos:
- Cada ponto e vírgula da descrição da Ação 1 da Meta Nova 5 deve ser desmembrado e se tornar uma ação individual, dada a sua complexidade e abrangência.
- A proposta é que a Meta Nova 5 e suas ações sejam levadas para o Objetivo Novo 12 (que trata da política de igualdade étnico-racial). Será designado um delegado (de preferência da CPTI) para cotejar esta meta com as já existentes no Objetivo 12, garantindo que pontos não contemplados sejam incluídos.
- Ana Júlia Carvalho se coloca à disposição para realizar o cotejamento da Meta Nova 5 (vinculada ao Objetivo 9) com o Objetivo 12. Reinaldo se oferece para auxiliar caso Ana Júlia tenha dúvidas.
- A Meta Nova 6 e sua ação devem ser agregadas ao GT anterior (responsável pelo cotejamento da Meta Nova 5 com o Objetivo 12) devido à similaridade temática.

Política de Promoção da Igualdade de Gênero, Sexualidade e Diversidade (Objetivo 13):
- Assuntos:
- Apresentação da Ação nova 1 do Objetivo 9: construir uma política institucional sobre a implementação da reserva de vagas para pessoas transexuais e travestis.
- Discussão e dúvida sobre o melhor vínculo para a Ação nova 1 (construir política de reserva de vagas para pessoas trans), inicialmente proposta para a Meta 2 do Objetivo Novo 13, mas com ressalvas sobre a pertinência da relação.
- Discussão sobre a aprovação de uma nova ação para construir uma política institucional de reserva de vagas, vinculando-a ao Objetivo 13, que trata da política de promoção da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade. Fernando Henrique Silva Carneiro será o responsável por construir uma meta para esta ação.
- Maria Carolina questiona se a nova ação proposta sobre a política de reserva de vagas para pessoas transexuais e travestis não deveria ser formulada como uma meta em vez de uma ação, por considerar seu escopo mais abrangente.
- Maria Carolina sugere que a Ação nova 1 (construir política de reserva de vagas para pessoas trans) seja elevada à condição de meta, e não apenas uma ação.

- Encaminhamentos:
- Fernando Henrique se propõe a criar uma meta específica para a Ação nova 1 (política de reserva de vagas para pessoas trans), vinculando-a ao Objetivo 13.
- Aprovação da ação nova em discussão, com o encargo para Fernando reformular o texto da ação e construir uma meta que vincule essa ação e a nova meta ao Objetivo 13.

Formação Continuada em Letramento Étnico-Racial (Meta 5 do Objetivo 12):
- Assuntos:
- Discussão sobre uma nova ação que visa implantar um Programa Permanente de Formação em Letramento Étnico-Racial, com foco em servidores, e a inclusão da participação nessas formações como critério para progressão e desenvolvimento funcional.
- Renata sugere que a nova ação sobre formação em letramento étnico-racial seja transferida diretamente para a Meta 5 do Objetivo 12, que já trata da promoção de formação continuada em educação para relações étnico-raciais, sem a necessidade de passar por um GT.
- Ana Júlia destaca que a novidade da proposta de ação é a vinculação do letramento racial à progressão dos servidores, algo que não havia sido contemplado em metas anteriores.
- Fernando Henrique Silva Carneiro levanta preocupações sobre a redação da segunda parte da ação, questionando se a vinculação da formação à progressão funcional dos servidores é apropriada para o PDI e se a obrigatoriedade garantirá o engajamento genuíno na temática.
- Discussão sobre a redação de uma proposta, especificamente a segunda parte da frase que se refere a questões antirracistas, com Fernando Silva Carneiro expressando desconforto e propondo encerrar a frase em "antirracistas".
- Renata David de Moraes esclarece a necessidade da obrigatoriedade nos processos formativos, indicando que a realidade atual mostra a participação de pessoas que já possuem interesse e estudo nos temas, necessitando da obrigatoriedade para engajar um público mais amplo.
- Fernando Henrique Silva Carneiro questiona a legalidade e o escopo do PDI para apontar critérios de progressão e desenvolvimento funcional, argumentando que isso pode ser percebido como punitivista e estar vinculado a legislações externas.
- Fernando Henrique Silva Carneiro retira sua objeção inicial para facilitar o consenso, caso o plenário esteja confortável com a proposta.

- Encaminhamentos:
- Fernando Henrique Silva Carneiro propõe um encaminhamento para encerrar a ação no termo "antirracistas", eliminando

a segunda parte que vincula o letramento étnico-racial à progressão funcional dos servidores.
- Fernando Henrique Silva Carneiro propõe encerrar a frase da proposta em "antirracistas", removendo a segunda parte do texto.
- A proposta em discussão é aprovada por consenso, com o texto sendo mantido como está e encaminhado para o objetivo 12, meta 5.

Programa Institucional de Transporte Estudantil (Objetivos 31 e 35):
- Assuntos:
- Início da discussão sobre a meta 17, focando nas ações novas 2 e 3.
- Discussão sobre a ação nova 2: criar programa institucional de transporte estudantil, com detalhes sobre vulnerabilidade socioeconômica, áreas de residência e modalidades de atendimento.
- Fernando Henrique Silva Carneiro questiona se a ação de transporte estudantil já não havia sido discutida e contemplada anteriormente.
- Renata David de Moraes propõe duas alternativas para a ação de transporte estudantil: verificar se já está contemplada no Objetivo 24 (assistência estudantil) ou encaminhá-la para o GT que trabalha nos objetivos 31 e 35 (transporte).
- Encaminhamentos:
- Aprovação da ação nova sobre transporte estudantil por consenso e encaminhamento para inclusão no GT responsável pelos objetivos e metas 31 e 35, que tratam especificamente do transporte estudantil.

Acompanhamento e Responsabilidades dos GTs:
- Assuntos:
- Fernando Henrique Silva Carneiro expressa preocupação com o acompanhamento dos GTs e a possibilidade de deslizeamento das responsabilidades, perguntando se a mesa possui um registro claro de quem está em cada GT.
- Preocupação de Fernando Henrique com o controle da mesa sobre os registros dos GTs, dados os deslizes da plenária nas últimas semanas e o risco de itens importantes não serem encaminhados.

Política de Moradia Estudantil (Objetivo 24, Meta 1):
- Assuntos:
- Discussão sobre a vinculação da nova ação que propõe elaborar e aprovar política institucional de moradia estudantil, implantar auxílio-moradia específico e vincular planejamento de infraestrutura à demanda, com o Objetivo 24.
- Leitura do Objetivo 24 e da Meta 1, incluindo a Ação 10 (já existente sobre política institucional de moradia estudantil), para análise de vinculação com a nova ação proposta.
- Questionamento ao plenário sobre o consenso na aprovação da nova proposta e sua vinculação ao Objetivo 24.
- Fernando Henrique sugere que a proposta contém três ações distintas e que apenas uma parte dela (implantar auxílio moradia específico) precisaria ser aprovada, pois as outras já estariam contempladas na ação 10.
- A proposta da nova ação é aprovada, com a condição de análise do encaminhamento do delegado Fernando Henrique.
- Ana Júlia questiona se a redação sobre "auxílio moradia específico, distinto do auxílio permanência" já está contemplada em algum lugar do caderno.
- Fernando Henrique reitera que a ação 10 (já aprovada) já contempla a maioria dos itens da nova proposta, com a exceção de "implantar auxílio moradia específico distinto do auxílio permanência", que seria o único item realmente novo.
- Fernando Henrique expressa preocupação de que implantar um auxílio moradia específico, distinto do auxílio permanência, como uma ação separada, pode não fazer sentido se uma política institucional abrangente já vai lidar com isso.
- Discussão sobre a rejeição de uma nova proposta referente ao auxílio moradia, uma vez que a ação 10 (Objetivo 24, Meta 1) já aborda a criação de uma política institucional de moradia estudantil, incluindo auxílio específico.
- Questionamento sobre a localização no caderno da redação referente ao auxílio moradia específico, distinto do auxílio permanência, para posicionamento sobre o encaminhamento.
- Defesa de que a ação 10 já contempla o objetivo do auxílio moradia específico, e a preocupação de que aprovar uma nova proposta separada (distinta do auxílio permanência) sem regulamentação geraria retrabalho.
- Rejeição da proposta solicitada pelo delegado Fernando, pois já estava contemplada pela ação 10 da meta 17, encerrando a discussão sobre este item.
- Proposta para prejudicar a ação 19 original e aprovar a proposta de atualização da reitoria, inserindo-a na meta 1 do objetivo 24 (assistência estudantil).
- Aprovação da proposta de atualização da ação 19, que será incluída no objetivo 24, substituindo a ação 19 original.
- Encaminhamentos:
- Renata propõe migrar a nova ação para o Objetivo 24, mesmo que resulte em repetição, por ser mais detalhada.
- Fernando Henrique sugere desmembrar a nova proposta em ações distintas: uma para "implantar auxílio moradia específico" e outra para "vincular o planejamento de infraestrutura", considerando que a parte de "elaborar política" já estaria contemplada na ação 10.
- Reinaldo propõe que o plenário aprove somente o trecho da ação nova referente a "implantar auxílio moradia específico distinto do auxílio permanência", pois os demais já estão contemplados na ação 10.
- Fernando Henrique propõe rejeitar a nova proposta e revogar a decisão anterior, pois considera a Ação 10 (já existente) mais bem elaborada e articulada para o propósito da política de moradia estudantil.
- Ana Júlia solicita esclarecimento sobre onde o "auxílio moradia específico, distinto do auxílio permanência" está nomeado na redação do caderno, para se posicionar sobre o encaminhamento de Fernando.

Pendências da Plenária Anterior (Meta 14 do Objetivo 8):
- Assuntos:
- Discussão sobre a Meta 14 do Objetivo 8, onde Maria Carolina e Iarle ficaram responsáveis por elaborar ações e inserir no formulário, para que a meta não fique sem ação.
- Pendência da meta 14 do objetivo 8, onde Maria Carolina e Iarle ficaram responsáveis por elaborar ações e inseri-las no formulário.

- Encaminhamentos:
  - Definição de prazo até quinta-feira às 12 horas para que Maria Carolina e Iarle enviem as ações da meta 14 do objetivo 8.
  - Reinaldo propõe incluir a responsabilidade de Maria Carolina e Iarle no memorando convocatório, com prazo até quinta-feira às 12 horas para envio das ações da Meta 14 do Objetivo 8.
  - Maria Carolina se compromete a reforçar com Iarle a finalização das ações para a Meta 14 do Objetivo 8, ciente do prazo.

Ação Nova - Programa de Ambientação para Estudantes (Objetivo 15, Meta 1):
- Assuntos:
  - Discussão sobre a ação nova do Objetivo 9, Meta 22, que foi aprovada sem um objetivo ou meta definidos, necessitando de um encaminhamento para sua alocação ou criação de novos.
  - Não foi identificado objetivo ou meta existentes para migrar a ação nova do Objetivo 9, Meta 22 (acolhimento do estudante no processo de ingresso).
  - Fernando Henrique sugere que a Ação Nova da Meta 22 do Objetivo 9 pode estar vinculada a discussões anteriores sobre nivelamento e garantia de base comum para estudantes.
  - Kênia e Maria Carolina identificam possíveis objetivos e metas existentes que abordam nivelamento e recuperação de aprendizagem (Objetivo 15, Meta 6; Objetivo 18, Meta 1).
  - Renata David de Moraes esclarece que a ação proposta, que descreve um programa de ambientação para novos estudantes do IFG, incluindo informações sobre participação institucional e uso de sistemas, não está contemplada no PDI atual, embora alguns campi já a realizem.
  - A proposta de incluir a ação de ambientação na Meta 1 do Objetivo 15 é aprovada por consenso.
- Encaminhamentos:
  - Proposta de incluir a Ação Nova (programa de ambientação) como uma segunda ação na Meta 1 do Objetivo 15, para abranger todos os estudantes (técnicos e graduação), visando à permanência e êxito.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo, PEDAGOGO-AREA**, em 04/11/2026 11:13:56.
- **Renata David de Moraes, COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 04/11/2026 11:09:33.
- **Reinaldo de Lima Reis Junior, PRO-REITOR(A) - CD2 - REI-PROEX**, em 04/11/2026 11:08:00.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 04/11/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 836243
Código de Autenticação: 96e67bf90b

ATA DA 15ª PLENÁRIA DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DA 2ª ETAPA DO 3º CONGRESSO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Aos 06 dias do mês de novembro de 2026, às 09 horas e 10 minutos, na sala *online* da plataforma RNP, realizou-se a décima quinta plenária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito da 2ª Etapa do 3º Congresso Institucional do IFG, para tratar dos seguintes pontos de pauta:

Apreciação e votação das propostas.

Registro:

Reinaldo inicia com informes:
Retoma os pactos feitos anteriormente: plenária conjunta, superados os itens 1 e 2 previstos no memorando dispensará os delegados do eixo extensão e cultura e seguimos com o trabalho do eixo IPÊ.
Apresenta a ordem do dia.

ORDEM DO DIA PROGRAMADA:

* Apreciação das propostas conjuntas Extensão e Cultura e Ingresso, Permanência e Êxito que não estão contempladas nas análises preliminares da mesa diretiva:
- PDI Atual - Meta 17 ação 26;
- Objetivo novo - Meta 5 do objetivo 43

* Apreciação em bloco das propostas constantes na planilha denominada "Planilha de encaminhamento PLENÁRIA CONJUNTA COM EXTENSÃO"

* Delegados extensão liberados.

* Apreciação em bloco das propostas constantes na planilha denominada "Planilha de encaminhamento PDI atual e atualizações".

* Apreciação das propostas submetidas por meio do formulário de novas propostas.

AÇÃO 26:
Ação aprovada como está. Reinaldo propõe um objetivo e uma meta para esta ação. Gerda e Charles e Elza contribuem para melhoria do texto da ação bem como a criação de mais uma ação. Ficando o bloco da seguinte forma: OBJETIVO: Fortalecer a formação integral dos estudantes do IFG, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ampliando as oportunidades de participação em programas acadêmicos que contribuam para a permanência e o êxito estudantil. META: Ampliar, até 2031, em 30% o número de estudantes participantes de programas de monitoria, estágio, iniciação científica e extensão, tomando como referência os dados institucionais de 2026. AÇÕES: 1) Fortalecer os programas de monitoria, estágio, iniciação científica e extensão, promovendo condições de acesso e participação dos estudantes nessas atividades. 2) Realizar campanhas institucionais de incentivo aos estudantes, contemplando informações sobre os benefícios de participar de editais como monitoria, estágio, iniciação científica e projetos de extensão, visando aumentar a participação dos discentes nos programas.

Meta 5 do objetivo 43:

Aprovada por consenso junto com o encaminhamento de enviar para o objetivo novo 25 do caderno IPE.

Apreciação em bloco das propostas constantes na planilha denominada "Planilha de encaminhamento PLENÁRIA CONJUNTA COM EXTENSÃO"

Reinaldo pergunta se há consenso no entendimento da mesa apontado pela planilha, não há manifestação de

nenhum delegado, entende-se que todos concordam com os entendimentos realizados na planilha estando as propostas constantes na planilha consideradas já contempladas.

Reinaldo agradece a presença dos delegados do eixo Extensão e Cultura, dispensando-os.

Apreciação em bloco das propostas constantes na planilha denominada "Planilha de encaminhamento PDI atual e atualizações"

Reinaldo pergunta se há consenso no entendimento da mesa apontado pela planilha, não há manifestação de nenhum delegado, entende-se que todos concordam com os entendimentos realizados na planilha estando as propostas constantes na planilha consideradas já contempladas.

Apreciação das propostas submetidas por meio do formulário de novas propostas.

GT: Fernando Henrique para criar um objetivo para a meta nova 2 do objetivo 09 PDI anterior que foi aprovada com sua ação e ficou sem objetivo relacionado.

Charles faz uma questão de esclarecimento sobre quais seriam as entidades e movimento estudantil que a instituição vai fortalecer. Reinaldo faz um esclarecimento.
Há consenso na aprovação da proposta:
OBJETIVO PROPOSTO: Fortalecer a autonomia do movimento estudantil no âmbito do IFG.

READEQUAÇÃO DA META: Possibilitar as condições materiais para que o movimento estudantil tenha autonomia na sua organização e nas formas de luta a partir de 2027.

READEQUAÇÃO DAS AÇÕES: a) Instituir normativa que regulamente o apoio institucional ao movimento estudantil no âmbito do IFG, com definição de fluxos, instância responsável, previsão orçamentária e formas de suporte institucional para a realização de reuniões, organização interna e participação em eventos locais, regionais e nacionais, assegurando condições adequadas para o exercício da representação estudantil.
b) Realizar encontro presencial anual de estudantes, sobretudo, aqueles vinculados a entidades estudantis.
c) Possibilitar que todos os câmpus tenham espaço adequado para sede das entidades do movimento estudantil.

GT: Fernando Henrique para criar uma meta para a ação nova 1 do objetivo 09 pdi anterior que foi aprovada sem meta para ser alocada no objetivo novo aprovado 13

META PROPOSTA Construir mecanismos institucionais para possibilitar o ingresso de pessoas transexuais e travesti, reconhecendo as múltiplas violências — simbólicas e materiais — vivenciadas por essa população, como parte integrante das políticas afirmativas até 2028. READEQUAÇÃO DA AÇÃO Construir uma política institucional sobre a implementação da reserva de vagas para pessoas transexuais e travestis.
APROVADO POR CONSENSO

GT: Renata para criar um objetivo para a meta nova 1 com sua ação relacionada ao objetivo pdi anterior 08, que foi aprovada e ficou sem objetivo

PROPOSTA DE OBJETIVO Promover a acessibilidade, a inclusão e a democratização do acesso à informação e ao conhecimento, assegurando condições de autonomia e participação plena das pessoas com deficiência nos ambientes e serviços institucionais.
Aprovado por consenso

GT: Ana Beatriz, Rafael Borges e Cátia: reformular os Objetivos Novos 4 e 16

Rafael registra que as propostas do GT foram submetidas pelas colegas, pede desculpa publicamente por nao ter conseguido colaborar devido as demandas de trabalho

Charles pergunta se as metas estabelecidas são exequiveis compreendendo que 2027 já está bem próximo. Ana Beatriz explica que sim pois pensaram exatamente no que o NAI já executa mas ainda não em grande escala, então já é algo que acontece mas que não está estabelecido como obrigatorio. Maria Carolina questiona sobre a meta 6 sobre a responsabilidade dos professores nessa meta proposta. Charles e Iarle explicam a intenção da proposta. Carolina explica que entende que precisam de diretrizes sim mas se preocupa com que o professor precise agir em coisas especificas e se preocupa com a execução. Francisco faz uma explicação de que a formação é voltada à capacitação dos professores para que sejam aptos a lidar com as situações especificas qe aparecem em cada realidade. Há consenso na aprovação da proposta de forma que os objetivos novos 4 e 16 ficam juntos num unico objetivo a seguir:

OBJETIVO: Elaborar, institucionalizar e implementar a Política de Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas no IFG, assegurando condições de acesso, permanência, participação e êxito acadêmico, por meio da articulação entre NAPNE e setores vinculados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à assistência estudantil e gestão institucional.

Meta 1: Implementar e institucionalizar o Plano Educacional Individualizado (PEI) em 100% dos câmpus do IFG, até 2028
Ação 1 - Assegurar que estudantes com necessidades educacionais específicas tenham seus planos elaborados, acompanhados e avaliados por equipe multidisciplinar.
Ação 2 - Estruturar a realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para planejamento, acompanhamento e avaliação dos/as estudantes que apresentam necessidades específicas, com base no estudo de caso realizado por equipe multidisciplinar.
Ação 3 - Sistematizar diretrizes, princípios e eixos da política institucional de educação especial inclusiva integrando nos PPCs, na metodologia de ensino e nos processos de formação e avaliação docente.

Meta 2
Garantir a implementação da política institucional de educação especial inclusiva em 100% dos câmpus, até 2028.
Ação 1
Definir responsabilidades e fluxos institucionais.
Ação 2
Integrar os setores acadêmicos, administrativos e de assistência estudantil.

Meta 3
Fortalecer os NAPNEs como instâncias estratégicas de inclusão, até 2028.
Ação 1
Garantir estrutura física, técnica e administrativa para o funcionamento dos Napnes.
Ação 2
Assegurar composição multidisciplinar dos Napnes definindo atribuições e fluxos institucionais.

Meta 4
Garantir condições de permanência e êxito para estudantes com NEE atendendo à política institucional de educação especial inclusiva, à partir de 2027.
Ação 1
Promover por meio de campanhas e ações educativas a cultura institucional de inclusão à diversidade.
Ação 2
Articular ações de acolhimento, permanência e êxito para estudantes com NEE.

Meta 5
Garantir condições de acessibilidade em suas múltiplas dimensões no ambiente institucional, até 2029.
Ação 1
Promover adequações arquitetônicas integradas ao Plano Diretor.
Ação 2
Garantir acessibilidade comunicacional às pessoas surdas por meio da Libras, materiais acessíveis, tecnologias assistivas.
Ação 3
Desenvolver acessibilidade pedagógica e fomentar a elaboração e a aquisição de recursos de tecnologia assistiva .
Ação 4
Fomentar práticas de acessibilidade atitudinal.

Meta 6
Promover anualmente formação continuada para servidores/as sobre educação especial inclusiva, a partir de 2027
Ação 1
Ofertar formação continuada a Docentes, Técnicos Administrativos, ocupantes ou não de cargos de gestão, e a Servidores Terceirizados sobre acessibilidade ao público da educação especial inclusiva e outras necessidades educacionais específicas.
Ação 2
Oferecer formação continuada a Docentes e Técnicos Administrativos, ocupantes ou não de cargos de gestão, sobre o atendimento às necessidades educacionais específicas e adaptações didático-pedagógicas.

Meta 7
Implantar sistema de monitoramento e avaliação das ações de educação especial inclusiva, até 2028.
Ação 1
Criar indicadores de acesso, permanência, participação e êxito de estudante com NEE.

Ação 2
Produzir relatórios periódicos e utilizar os resultados para subsidiar o aprimoramento de ações da Política de Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas no IFG.

GT – Iarle e Maria Carolina: elaborar ação para a Meta 14 do Objetivo 8 (referente ao PDI anterior).

Explica-se a necessidade de elaboração de ações, as delegadas não haviam compreendido exatamente isso, fica deliberado dar um tempo para elas e retomar ao final da plenaria. Após finalização da ordem do dia, as delegadas apresentam nova proposta, que foi aprovada por consenso:
AÇÃO 1:
Elaborar e institucionalizar a Política de Valorização da Diversidade do IFG, por meio da constituição de grupo de trabalho intersetorial, realização de diagnóstico institucional, consulta à comunidade acadêmica e elaboração e aprovação da política nas instâncias competentes.
AÇÃO 2:
Criar e implementar programas institucionais integrados de promoção da igualdade étnico-racial, gênero, diversidades sexuais, acessibilidade, inclusão e combate à evasão, Por meio da elaboração de programas e planos de trabalho articulados entre Assistência Estudantil, CPPIR, Comissão de Permanência e Êxito, CAPD e demais instâncias correlatas, com definição de responsabilidades, ações e cronogramas
AÇÃO 3:
Desenvolver ações permanentes de formação e sensibilização da comunidade acadêmica, por meio da oferta de cursos, seminários, campanhas, rodas de conversa e outras atividades formativas sobre diversidade, direitos humanos, inclusão e enfrentamento às discriminações.
AÇÃO 4:
Fortalecer as estratégias institucionais de inclusão, acessibilidade, permanência e êxito, por meio do acompanhamento das trajetórias acadêmicas, identificação de barreiras à aprendizagem e à permanência, articulação dos serviços de apoio e implementação de medidas de acessibilidade e inclusão nos Câmpus.
AÇÃO 5:
Estabelecer mecanismos de financiamento, participação, monitoramento e avaliação. por meio da previsão de recursos orçamentários, constituição de espaços de participação da comunidade acadêmica, definição de indicadores e elaboração periódica de relatórios de acompanhamento e avaliação dos programas.

FERNANDO H - INDEPENDENTE DE GT

Fernando submete proposta. Consenso na aprovação:
OBJETIVO Instituir e consolidar a Política de Cultura Corporal do IFG, visando à formação humana integral e à democratização do acesso às manifestações da cultura corporal, assegurando as condições institucionais, orçamentárias e de governança para o desenvolvimento contínuo de ações, articuladas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão.

Meta 1
Elaborar, de forma participativa, e submeter à aprovação institucional, até o final de 2028, a Política de Cultura Corporal do IFG.
- Ação 1

Instituir grupo de trabalho institucional, com representação das diferentes áreas de atuação do Instituto Federal de Goiás, assegurada a participação de docentes de Educação Física, servidores envolvidos com ações relacionadas à cultura corporal e representantes estudantis, responsável pela elaboração participativa da Política de Cultura Corporal do IFG.
- Ação 2

Realizar diagnóstico institucional das ações relacionadas à cultura corporal, mapeando atividades de ensino, pesquisa e extensão, espaços, equipamentos, servidores envolvidos e recursos aplicados.
- Ação 3

Sistematizar fundamentos, princípios e diretrizes da Política de Cultura Corporal do IFG, contemplando suas dimensões institucionais e os mecanismos necessários à sua implementação.
- Ação 4

Realizar consultas públicas em todos os câmpus, com participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil, considerando os arranjos territoriais, e sistematizar as contribuições para a consolidação da proposta e seu encaminhamento às instâncias institucionais competentes.

Meta 2
Garantir, durante a vigência do PDI 2027-2031, as condições institucionais, materiais e orçamentárias necessárias ao desenvolvimento contínuo de ações relacionadas à cultura corporal no IFG.
- Ação 1

Destinar recursos orçamentários específicos para o desenvolvimento de ações relacionadas à cultura corporal no IFG.
- Ação 2

Prever nos Planos Diretores dos Câmpus as necessidades de implantação, adequação e manutenção dos espaços físicos, equipamentos e materiais destinados ao desenvolvimento das ações relacionadas à cultura corporal.
● Ação 3
Publicar anualmente edital institucional de fomento a projetos relacionados à cultura corporal, com previsão de recursos para bolsas e custeio, valorizando a diversidade de suas manifestações e o protagonismo estudantil.

Meta 3
Criar, no prazo de até seis meses após a aprovação da Política de Cultura Corporal do IFG, o Fórum Permanente de Cultura Corporal do IFG, como instância de participação democrática, articulação institucional e acompanhamento da Política.
● Ação 1
Formalizar a instituição do Fórum Permanente de Cultura Corporal do IFG, em conformidade com a Política, assegurando sua composição representativa e as condições necessárias ao seu funcionamento.

Meta 4
Elaborar, até o final de 2029, o Plano de Cultura Corporal do IFG, como instrumento de planejamento e implementação da Política de Cultura Corporal do IFG.
● Ação 1
Organizar e conduzir, de forma participativa e com a atuação do Fórum Permanente de Cultura Corporal do IFG, o processo de construção do Plano de Cultura Corporal do IFG, assegurando sua articulação com os fundamentos, princípios e diretrizes da Política de Cultura Corporal do IFG.

Meta 5
Institucionalizar, a partir de 2029, mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação da implementação da Política de Cultura Corporal do IFG.
● Ação 1
Implementar, de forma participativa e com a atuação do Fórum Permanente de Cultura Corporal do IFG, os mecanismos de acompanhamento e avaliação previstos na Política de Cultura Corporal do IFG.

GT – Ludmylla e Fernando Messias: reformular os ObjeBvos Novos 31 e 35, bem como a Meta Nova 5 do Objetivo 8 (referente ao PDI anterior) e a Ação Nova 2 da Meta 17 (referente ao PDI anterior) .

Proposta aprovada por consenso:

OBJETIVO Fortalecer e ampliar as condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes do IFG por meio de ações institucionais de apoio ao transporte estudantil, considerando as desigualdades socioeconômicas, as especificidades territoriais dos câmpus, a segurança e as condições de deslocamento dos estudantes.

Meta 1: Instituir, até o final de 2028, um Programa Institucional de Apoio ao Transporte Estudantil, articulado à Política de Assistência Estudantil do IFG, com definição de modalidades de atendimento, critérios de priorização e planejamento orçamentário, visando à redução das barreiras de deslocamento que comprometem a permanência e o êxito acadêmico.
Ação 1: Elaborar e regulamentar o Programa Institucional de Apoio ao Transporte Estudantil, contemplando modalidades de atendimento como auxílio-transporte, subsídio parcial ou integral, transporte conveniado e outras alternativas institucionalmente viáveis, de acordo com as necessidades identificadas e as especificidades territoriais dos câmpus.
Ação 2: Estabelecer critérios de atendimento e priorização que considerem a vulnerabilidade socioeconômica, o comprometimento da renda familiar com os custos de deslocamento, a residência em áreas rurais, periféricas ou em outros municípios, as dificuldades de acesso ao transporte público e os riscos de infrequência e evasão associados às barreiras de deslocamento.
Ação 3: Prever, no planejamento orçamentário institucional, recursos destinados às ações de apoio ao transporte estudantil, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras e as normativas aplicáveis.

Meta 2: Ampliar, durante a vigência do PDI 2027–2031, as alternativas de transporte e deslocamento para os estudantes do IFG, especialmente aqueles residentes em municípios distintos do câmpus, áreas rurais ou regiões com oferta insuficiente de transporte público.
Ação 1: Articular com os poderes públicos municipais e estaduais, empresas de transporte e demais instituições competentes a criação, ampliação ou adequação de linhas, rotas e horários de transporte, considerando as necessidades dos estudantes e o funcionamento dos câmpus.
Ação 2: Estabelecer convênios, acordos de cooperação e parcerias com os poderes públicos e outras instituições para ampliar a oferta de transporte estudantil gratuito ou subsidiado, especialmente no deslocamento intermunicipal.
Ação 3: Avaliar a viabilidade de utilização de veículos institucionais, contratação ou fretamento de transporte

para atendimento de demandas específicas, observadas as condições administrativas, orçamentárias e normativas.

Meta 3: Realizar diagnóstico periódico das condições de deslocamento dos estudantes e implementar mecanismos de acompanhamento das ações de apoio ao transporte, visando à redução de atrasos, faltas e riscos de evasão relacionados às dificuldades de mobilidade.
Ação 1: Realizar levantamento periódico das demandas de transporte estudantil nos câmpus, considerando municípios e regiões de origem, trajetos, custos, tempo de deslocamento, horários, condições de segurança e disponibilidade de transporte público.
Ação 2: Monitorar os impactos das dificuldades de deslocamento na frequência, permanência e êxito acadêmico, subsidiando o planejamento e o aprimoramento das ações institucionais de apoio ao transporte estudantil.
Ação 3: Promover articulação entre as áreas de assistência estudantil, ensino, administração e gestão dos câmpus, com participação da comunidade estudantil, para identificar necessidades, estabelecer prioridades e avaliar as ações desenvolvidas.

GT – Renata Ludmylla e Charles: elaborar ação para a Meta 1 do ObjeBvo 21, contemplando a ação não vinculada ao Objetivo 24.

Aprovada por consenso:

PROPOSTA DO GT:
1) Prejudicar a ação não vinculada à meta no objetivo 24.
2) Alterar a Meta 1 (já aprovada) do objetivo 21 (que foi prejudicado por estar contemplado no objetivo 24). Ficando a meta 1 proposta abaixo a ser mais uma meta do objetivo 24.
Meta 1 proposta de ajuste:
Ampliar e consolidar, até 2028, a integração da Comissão Permanente de Assistência Estudantil e dos núcleos locais de assistência estudantil à estrutura institucional e aos processos de planejamento, acompanhamento e tomada de decisão do IFG.
3) Alterar a ação 1 da meta 1 objetivo 21 em duas ações abaixo (para compor uma meta extra do objetivo 24):
Ação 1 - Consolidar, até 2027, a CPAE e os Núcleos Locais de Assistência Estudantil como instâncias permanentes da estrutura institucional do IFG e promover a revisão dos regulamentos das instâncias colegiadas, especialmente Consup, Conepex e Concâmpus, com vistas a assegurar a participação institucional da Assistência Estudantil nos processos de discussão e decisão relacionados ao acesso, à permanência, ao êxito, à inclusão e à assistência estudantil, com direito a voz e, quando normativa e juridicamente cabível, a voto.
Ação 2 - Ampliar e qualificar a participação da Assistência Estudantil nos espaços institucionais de discussão, planejamento, acompanhamento, avaliação e tomada de decisão relacionados ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes, por meio da atuação da Comissão Permanente de Assistência Estudantil (CPAE) e dos Núcleos Locais de Assistência Estudantil, fortalecendo a incorporação das demandas, análises e contribuições da Assistência Estudantil nos processos decisórios institucionais.

GT – Reinaldo e Ana Júlia: realizar o cotejamento da Meta Nova 5 do ObjeBvo 9 do PDI anterior com o Objetivo Novo 12.

Aprovado por consenso, ficando o objetivo 12 da seguinte forma:
Objetivo 12 PROPOSTA DE ALTERAÇÃO: Elaborar, implantar, fortalecer e consolidar a Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do IFG, por meio da atuação articulada da instancia responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial no IFG, assegurando sua integração às políticas de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão institucional, com foco na promoção da equidade, no enfrentamento ao racismo e na garantia de acesso, permanência e êxito acadêmico, integradas à todas as ações administrativas, acadêmicas, pedagógicas e de gestão de pessoas e orientadas por seus princípios, diretrizes e objetivos para a promoção de condições equitativas de participação, formação e desenvolvimento para toda a comunidade acadêmica.

Meta 1: Institucionalizar a Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial no IFG a partir de 2028. / Meta 2: Integrar e garantir a participação da instancia responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial no IFG nos processos de planejamento institucional, avaliação e gestão, assegurando sua transversalidade e efetividade no âmbito multicampi, a partir de 2027. / Meta 3: Ampliar ações institucionais de enfrentamento ao racismo e promoção da equidade a partir de 2027. / Meta 4: Fortalecer o acesso, a permanência e o êxito de estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos e de comunidades tradicionais a partir de 2027. / Meta 5, 6 E 7 permanecem como estava / Meta 8: Assegurar condições institucionais para o pleno funcionamento da CPPIR e de suas comissões locais a partir de 2027. / Meta 9: Implantar Programa Institucional de Promoção da Igualdade étnico - Racial voltado ao provimento de cargos de direção, funções de confiança, coordenações e comissões estratégicas, assegurando percentual mínimo legal de 30% de participação de pessoas negras, mediante critérios de equidade, monitoramento anual e transparência ativa, a partir de 2027. / Meta 10:

Instituir Programa Permanente de Formação e Certificação para Integrantes de Bancas de Heteroidentificação, destinado a servidores(as) do IFG e colaboradores(as) designados(as), com oferta periódica de capacitação teórica, prática e atualização normativa, assegurando banco institucional de avaliadores habilitados para atuação na política de acesso as ações afirmativas, a partir de 2027.

META 1: Ação 1: Construir e estabelecer diretrizes sobre o tema das relações étnico-raciais que orientem a sistematização dos PPCs e demais normativas institucionais.
Ação 2: Garantir a participação da instancia responsável pelas políticas de promoção da igualdade étnico racial no ifg nos processos de planejamento institucional.
Ação 3: Ação 3: Construir coletivamente e aprovar a Política de Promoção da Iguadade Étnico-Racial no IFG até 2028.

(A PARTIR DAQUI, AÇÕES INSERIDAS PELO GT)
Ação 1: Realizar diagnóstico institucional sobre a atuação, estrutura e capilaridade da Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR) no IFG a partir de 2027.

Ação 2: Elaborar proposta de fortalecimento e reposicionamento institucional da Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR), alinhada às demandas da política de promoção das relações étnico-raciais a partir de 2027.
Ação 3: Destinar recursos orçamentários específicos para execução das ações de promoção da igualdade étnico- racial.

Ação 4: Aprovar instrumento normativo orientador que estabeleça diretrizes para atuação da Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR) em articulação e integração com as políticas institucionais.
Ação 6: Incluir metas e indicadores de igualdade étnico-racial no Planejamento Estratégico Institucional.

META2: AÇÕES PERMANECEM COMO APROVADO ANTERIORMENTE

META 3: Ação 1: Promover ações educativas sobre racismo e diversidade em todas as unidades do IFG.
Ação 2: Promover praticas pedagógicas antiracistas a partir dos departamentos de áreas acadêmicas em articulação com ações definidas no Âmbito da gestão do campus.
(A PARTIR DAQUI, AÇÕES INSERIDAS PELO GT)
Ação 1: Implantar e efetivar a execução do Protocolo Antirracista Institucional, com fluxos de prevenção, acolhimento, denúncia, apuração, responsabilização e reparação frente a práticas de racismo e discriminação racial.
Ação 2: Implementar a política de enfrentamento ao racismo de forma articulada na Reitoria e em todos os Câmpus, com planos locais de execução.
Ação 3: Realizar formação continuada anual para servidores(as), estudantes e gestores(as) sobre as relações étnico-raciais, racismo institucional e diversidades.
Ação 4: Incentivar e dar visibilidade às práticas pedagógicas antirracistas.
Ação 5: Articular as ações da CPPIR às políticas públicas e às demandas da sociedade civil, promovendo ações de formação, inclusão e fortalecimento de grupos historicamente discriminados, na perspectiva do compromisso ético político e extensão institucional.

META 4: Ações 1 e 2 permanecem como aprovadas anteriormente e acrescenta: Ação 3: Criar indicadores institucionais com recorte étnico-racial.
Ação 4: Produzir e divulgar relatórios periódicos com recorte étnico-racial.

METAS 5, 6 E 7 PERMANECEM COMO APROVADAS ANTERIORMENTE E ACRESCENTA AS METAS 8, 9 E 10 ABAIXO:

Meta 8:
Ação 1: Assegurar condições técnicas, administrativas e orçamentárias.
Ação 2: Fortalecer a capacidade de formulação, monitoramento e avaliação das políticas de igualdade étnico-racial.
Ação 3: Fortalecer e ampliar a atuação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIS) e demais instâncias correlatas, a partir de 2027.

Meta 9:
Ação 1: Promover programa permanente de formação, mentoria e desenvolvimento de lideranças negras.
Ação 2: Estabelecer que as indicações realizadas no âmbito das reservas destinadas à população negra sejam submetidas à banca de heteroidentificação, com a finalidade de validação e confirmação das autodeclarações raciais, resguardados os princípios do contraditório, ampla defesa e legalidade.
Ação 3: Realizar monitoramento anual e transparência ativa sobre a ocupação racial de cargos e funções.
Ação 4: Produzir, sistematizar e divulgar indicadores étnico- raciais de acesso, permanência, êxito, evasão e

ocupação de cargos de gestão.

Meta 10:
Ação 1: Regulamentar institucionalmente o Programa Permanente de Formação e Certificação para integrantes de bancas de heteroidentificação no âmbito do Instituto Federal de Goiás.
Ação 2: Atualizar até 2027 a portaria e as normativas da Comissão de Avaliação PPI, adequando sua composição, competências, fluxos de trabalho e procedimentos à legislação vigente e às demandas institucionais.
Ação 3: Articular a atuação da Comissão de Avaliação PPI com o Comitê Permanente de Promoção da Igualdade Étnico-Racial e Ações Afirmativas, proposto em substituição à Comissão Permanente de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (CPPIR), para assessoramento técnico, monitoramento e aperfeiçoamento contínuo da política institucional.
Ação 4: Integrar o programa formativo à instância administrativa responsável pela pauta de diversidades e ações afirmativas, garantindo suporte institucional, planejamento e execução continuada.
Ação 5: Elaborar matriz formativa contendo conteúdos teóricos, práticos, éticos e normativos sobre ações afirmativas, heteroidentificação e enfrentamento às fraudes.
Ação 6. Ofertar, anualmente, cursos de formação inicial para servidores(as) e colaboradores(as) indicados(as) para atuação nas bancas.
Ação 7: Realizar formações periódicas de atualização normativa, jurisprudencial e procedimental.
Ação 8. Promover atividades práticas simuladas, estudos de caso e avaliações formativas para qualificação técnica dos participantes.
Ação 9. Emitir certificação institucional para participantes aprovados(as) no processo formativo.
Ação 10. Constituir e manter banco institucional de avaliadores(as) certificados(as), atualizado e disponível para designações em processos seletivos e concursos públicos.
Ação11. Estabelecer a certificação como requisito preferencial para composição de bancas de heteroidentificação.
Ação 12. Produzir manuais, orientações técnicas e protocolos padronizados para atuação das bancas.
Ação 13. Monitorar a atuação das bancas e avaliar periodicamente os resultados do programa, promovendo aperfeiçoamentos contínuos.
Ação 14: Promover intercâmbio de experiências e boas práticas com outras instituições da Rede Federal e órgãos públicos.

A plenária se encerra ficando registrado que todas as propostas foram apreciadas e estando o trabalho deste eixo encerrado.

Encerra-se às 11:10 h

PRESENÇA:

Justificativas de ausência registradas:

Fernando Henrique Silva Carneiro
Ana Júlia Rodrigues Carvalho

Registra-se que Gabriela Magalhães da Fonseca justificou no dia 05 de novembro sua ausência nas plenárias durante ao período de 26/10 a 03/11, por estar de férias.

Registra-se os delegados participantes:

Renata David de Moraes - Mesa Diretiva (Secretária)/ Assistência Estudantil
Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo - Mesa Diretiva (Relatora)
Reinaldo Reis - Mesa diretiva (coordenador compartilhado) / Pró-Reitor membro nato

MEMBROS DO EIXO EXTENSÃO E CULTURA

Douglas Xavier de Andrade - Diretor/a (membro nato)
Gerda Ariana - Técnico/a- Administrativo/a

MEMBROS DO EIXO INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

Rafael Gonçalves Borges - Docente

Catia Dias Marques - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Tauã Carvalho de Assis - Pró-Reitor membro nato
Thiago Wedson Hilario - Técnico/a- Administrativo/a
Francisco Marcelo Bessa - Docente
Camila Lorrane Rodrigues dos Santos - Assistência Estudantil
Charles dos Reis Alves - Técnico/a- Administrativo/a
Elza Gabriela Godinho Miranda - Docente
Fernando Augusto Messias - Técnico/a- Administrativo/a
Thiago VedoVatto - Docente
Ludmylla Ribeiro Pessoni - Técnico/a- Administrativo/a
Iarle Sousa Ferreira - Chefia de departamento
Ana Beatriz Machado de Freitas - Ações Inclusivas (NAI, NAPNE)
Simone Paixão Araújo - Gepex
Gabriela Magalhães da Fonseca - Diretor/a (membro nato)
Maria Carolina da Cruz Miranda - Docente
Fernando Henrique Silva Carneiro - Docente

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária às 11:10 horas. Eu, Renata David de Moraes, lavrei a presente Ata.

Reinaldo de Lima Reis Junior
Coordenador compartilhado do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Kênia Ribeiro da Silva Hidalgo
Relatora do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

Renata David de Moraes
Secretária do Eixo Ingresso, Permanência e Êxito

APÊNDICE

RESUMO DA REUNIÃO GERADO PELA IA DA PLATAFORMA

Proposta e Aprovação da Ação 26 (PDI atual):

- Assuntos:
  - Análise das propostas conjuntas de Extensão e Cultura e Ingresso, Permanência e Êxito, com a maioria já contemplada nas análises preliminares.
  - Discussão sobre a ação 26 do PDI atual (Meta 17, Ação 26) que não possui objetivo vinculado e não foi encaminhada via formulário.
  - Leitura da proposta de Objetivo, Meta e Ação para a ação 26, focada em fortalecer a formação integral dos estudantes, ampliando a participação em programas acadêmicos como monitoria, estágio e iniciação científica.
  - Esclarecimento de que a ação 26 é proveniente do eixo de Extensão e Cultura, sendo deliberada em plenária conjunta por sua convergência com assistência estudantil.
  - Dificuldade da relatora Kênia Hidalgo em transcrever a ação 26 para seu caderno, devido à complexidade do sistema e falta de acesso à edição.
  - Consenso na aprovação da ação 26, que visa ampliar a complementação da formação acadêmica.
  - Sugestão da Gerda Arianna para reformular a ação proposta, tornando-a mais clara e focada em fortalecer programas existentes e promover condições de acesso.
  - Proposta de Gerda para alterar a ação de "ampliar" para "fortalecer" programas existentes e promover condições de acesso e democratização da participação estudantil.
  - Sugestão de Charles para adicionar uma segunda ação focada em realizar campanhas institucionais para incentivar a participação dos estudantes nos programas, evitando a subutilização de vagas.
  - Aprovação do objetivo, meta e da primeira ação (reformulação de Gerda) construídos para adequar a ação 26.
  - Aprovação por consenso da meta e ação construídas para adequar à ação 26 previamente aprovada.
  - Confirmação do prazo de até 2031 para a meta de ampliação em 30% do número de estudantes participantes de programas.
  - Confirmação da meta sobre ampliar em 30% o número de estudantes participantes de programas, com prazo até 2031, conforme as notas compartilhadas.
  - Ação de fortalecer os programas de monitoria foi aprovada e adequada à ação 26.
  - Confirmação de que o objetivo, a meta e a primeira ação já foram aprovados.
  - O objetivo, a meta e a primeira ação já estão aprovados, restando a aprovação da ação 2 proposta por Charles.
  - Leitura da segunda ação proposta por Charles: "Realizar campanhas institucionais de incentivo aos estudantes, contemplando informações sobre os benefícios de participação de editais, como monitoria, estágio, iniciação científica e outros projetos de extensão".
  - Leitura da Ação 2 proposta por Charles: Realizar campanhas institucionais de incentivo aos estudantes, contemplando informações sobre os benefícios de participação em editais de monitoria, estágio, iniciação científica e projetos de extensão, visando aumentar a participação discente.
  - Elza Gabriela sugere uma correção na redação da Ação 2 para evitar que "estágio e monitoria" pareçam ser categorias de "extensão", propondo uma lista mais clara.
  - Aprovação por consenso da Ação 2 após leitura e revisão do texto.
- Encaminhamentos:
  - Elaborar uma proposta de objetivo e meta para a ação 26 (PDI atual) no caderno de notas para deliberação.
  - Se a ação 26 for aprovada, será encaminhada como nova proposta via formulário para inclusão.
  - Gerda Arianna irá propor uma adequação para a ação no caderno de notas.
  - Charles irá construir a proposta da segunda ação para deliberação em bloco, juntamente com o objetivo e a meta.
  - Apagar a ação anterior no caderno de notas.
  - Aprovar a segunda ação proposta pelo delegado Charles.

Inclusão de Cantina Saudável no Objetivo 25:

- Assuntos:
  - Início da apreciação do item 1.1: objetivo novo, meta 5 do objetivo 43.
  - Verificação de que a meta 5 do objetivo 43 está sem uma ação relacionada.
  - Discussão sobre a proposta de implementar até 2031 projetos institucionais de cantina saudável em 100% dos campi com demanda, e a ação de instituir comissões locais de vigilância e qualidade alimentar.
  - Proposta de incluir a meta e ação discutidas no objetivo 25, que trata de segurança alimentar e nutricional.
  - Leitura do objetivo 25: Fortalecer a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar no âmbito institucional, por meio da implementação de uma política integrada de alimentação e nutrição.
  - Aprovação por consenso da proposta da meta e ação relacionada à cantina saudável, e sua inclusão no objetivo 25.

Apreciação e Superação de Propostas Anteriores:

- Assuntos:
  - Apresentação da planilha de propostas do eixo Extensão e Cultura que a mesa considerou já contempladas no eixo Ingresso, Permanência e Êxito, sem manifestações de discordância.
  - Aprovação por consenso da superação de todas as propostas do eixo Extensão e Cultura, devido ao entendimento de que já foram contempladas.
  - Apreciação das propostas relativas ao PDI atual, que a mesa entende estarem superadas e já contempladas, sem registros de discordância na planilha.
  - Aprovação por consenso da superação das propostas do PDI atual em bloco.
- Encaminhamentos:
  - Delegados do Eixo Extensão e Cultura são dispensados, e a reunião prossegue apenas com os delegados do eixo Ingresso, Permanência e Êxito.

Propostas e Aprovações do Movimento Estudantil e Diversidade:
- Assuntos:
  - Início da apreciação das propostas submetidas por formulário de novas propostas, sistematizadas pela secretaria.
  - Apresentação da proposta do GT Fernando para um novo objetivo, fortalecer a autonomia do movimento estudantil no IFG, e readequação de metas e ações relacionadas a isso.
  - Charles questiona a abrangência da Ação 3 (espaço adequado para sede das entidades do movimento estudantil), sugerindo especificar quais entidades seriam contempladas (Grêmios, DCEs, Centros Acadêmicos, Atléticas) devido à inexequibilidade em campi com muitos cursos.
  - Reinaldo esclarece que a intenção é organizar um DCE do IEFG, que a legislação permite unir ensino médio técnico e graduação, e que a proposta contempla CEAs, DCEs e Grêmios, não significando um espaço para cada um, mas sim um local de organização por campus, considerando as limitações estruturais.
  - Discussão sobre a ação de possibilitar que todos os campi tenham espaço adequado para sede de entidades de movimento estudantil, com Charles questionando a especificidade das entidades (Grêmio, DCE, Atléticas, Centros Acadêmicos) e a exequibilidade de ter espaços para todos os Centros Acadêmicos. Reinaldo esclarece que a intenção é para CEAs, DCEs e Grêmios, não necessariamente um espaço para cada, mas um local de organização, considerando as limitações estruturais.
  - Aprovação, por consenso, da proposta referente aos espaços para entidades de movimento estudantil, após os esclarecimentos e reflexões.
  - Apresentação e leitura da proposta do GT7 para criar uma meta para a ação nova 1 do objetivo 9 do PDM interior (já aprovado) e realocá-la no objetivo 13. A proposta visa elaborar, institucionalizar e consolidar a política de promoção da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade, com meta de construir mecanismos para o ingresso de pessoas transexuais e travestis até 2028 e uma ação de construir uma política institucional de reserva de vagas para essa população.
  - Aprovação, por consenso, da proposta do GT7 para a política de promoção da igualdade de gênero, sexualidade e diversidade.
  - Apresentação e leitura da proposta do GT8 para criar um objetivo para a meta nova 1 (já aprovada) com sua ação relacionada ao objetivo PDI anterior 8, que estava sem objetivo. A proposta visa promover acessibilidade, inclusão e democratização do acesso à informação, com meta de bibliotecas com tecnologia assistiva até o fim do PDI e ação de criar laboratórios de acessibilidade nas bibliotecas.
  - Aprovação, por consenso, da proposta do GT8 sobre acessibilidade e inclusão nas bibliotecas.
- Encaminhamentos:
  - Reinaldo informa que as propostas aprovadas como estão serão marcadas em amarelo na planilha para facilitar o acompanhamento.

Política de Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE):
- Assuntos:
  - Apresentação e leitura da proposta do GT9, que detalha um objetivo de elaborar, institucionalizar e implementar a política de inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE) no IFG, com múltiplas metas e ações relacionadas ao Plano Educacional Individualizado (PEI), implementação da política inclusiva, fortalecimento dos NAPNIs, garantia de permanência e êxito, acessibilidade em suas dimensões e formação continuada para servidores, além de monitoramento e avaliação.
  - Charles questiona a exequibilidade das metas com prazo "a partir de 2027" na proposta do GT9, considerando o cenário de aprovação e publicação do PDI. Ana Beatriz esclarece que a ideia é formalizar como obrigatoriedade anual algo que já ocorre em menor escala, deixando a continuidade garantida.
  - Carolina manifesta preocupação com a meta 6 (ação 1 e 2) da proposta do GT9, que atribui formação continuada a docentes para conduzir práticas pedagógicas especializadas. Ela questiona a exequibilidade e sugere dosar o nível de atribuição aos professores, pois a expertise deveria vir de outros atores.
  - Discussão sobre a exequibilidade de atribuir formação continuada a docentes para que conduzam práticas pedagógicas especializadas, levantando preocupações sobre a profundidade da atribuição aos professores.
  - Esclarecimento sobre a ação 1 e 2 da meta 6, indicando que a proposta é que a instituição forneça capacitação aos servidores (docentes e técnicos), e não que os docentes sejam responsáveis por ofertar essa formação.
  - Aprovação por consenso da Proposta 9, após esclarecimentos e ponderações.
- Encaminhamentos:
  - Reinaldo solicita a Carolina uma proposta de adequação do texto da meta 6 para incorporação na deliberação.
  - Carolina Miranda deve apresentar uma proposta de adequação do texto referente à formação continuada de docentes para a deliberação.

Elaboração de Ações para a Meta 14 do Objetivo 8 (PDI anterior):
- Assuntos:
  - Discussão sobre o GT10 (Iarle e Maria Carolina) que deveria elaborar ações para a meta 14 do objetivo 8 (PDI anterior), mas houve um mal-entendido sobre a tarefa de criar a meta em vez das ações.
  - Sugestão de alteração no objetivo para substituir a expressão "inclusão de pessoas com deficiência" por "pessoas com necessidades educacionais específicas", a fim de ampliar o leque da política de diversidade para incluir neurodiversidade, superdotação e condições de saúde.
  - Esclarecimento sobre a meta em discussão: ela será adicionada como a meta 9 ao objetivo 14 (que já possui oito metas e suas ações), e não substituirá as metas existentes. As ações a serem criadas são apenas para esta nova meta.
  - Discussão sobre a meta que ficou solta sem objetivo e foi identificada como sendo parte do objetivo 14. Foi decidido que essa nova meta se tornaria a Meta 9 do Objetivo 14, com ações próprias, sem substituir as metas e ações já existentes.
- Encaminhamentos:
  - Conceder 10 minutos de intervalo para Iarle e sua equipe elaborarem as ações para a meta 14, que serão lançadas no caderno de notas e a proposta será suspensa temporariamente.
  - Renata deve encaminhar o objetivo atual da meta 14 para Iarle, a fim de que as ações possam ser trabalhadas.

- Será feito um intervalo de cinco minutos antes de seguir para o item 11 da pauta, dando tempo para a equipe da Iarle trabalhar as ações.

Novas Propostas Aprovadas (Cultura Corporal, Transporte Estudantil e Comissão de Assistência Estudantil):
- Assuntos:
  - Aprovação por consenso de uma nova proposta referente ao GT11, que visa instituir e consolidar a política de cultura corporal do IFG, com objetivo, 5 metas e diversas ações detalhadas.
  - Aprovação por consenso da proposta do GT12 para reformular objetivos e metas relacionados ao transporte estudantil, fortalecendo e ampliando as condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes, com a criação de um programa institucional de apoio, ampliação de alternativas de transporte e diagnóstico periódico.
  - Aprovação por consenso da proposta do GT13 para ajustar e consolidar ações relativas à integração da Comissão Permanente de Assistência Estudantil e núcleos locais à estrutura institucional do IFG, afetando os objetivos 21 e 24, com foco na participação nos processos de planejamento e decisão.
  - Aprovação por consenso de uma proposta em tela, sem manifestações contrárias.

Consolidação da Política de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (Objetivo 12):
- Assuntos:
  - Discussão e cotejamento da meta 5 do objetivo 9 do PDI com propostas do objetivo 12, para consolidar tudo em um único objetivo devido à mesma temática.
  - Esclarecimento sobre o objetivo 9 e o objetivo 12 do PDI, que tratam da mesma temática, e o processo de consolidação das ações.
  - Leitura da proposta de alteração do Objetivo 12, que visa elaborar, implantar, fortalecer e consolidar a política de promoção da igualdade étnico-racial do IFG.
  - Apresentação da proposta de alteração do Objetivo 12, que visa elaborar, implantar, fortalecer e consolidar a política de promoção da igualdade étnico-racial do IFG.
  - Apresentação da Ação 4 da Meta 4, que consiste em produzir e divulgar relatórios periódicos com recorte étnico-racial.
  - Apresentação da Meta 9, que propõe implantar um programa institucional de promoção da igualdade étnico-racial para o provimento de cargos de direção e funções de confiança, assegurando 30% de participação de pessoas negras.
  - Apresentação da Meta 10, que busca instituir um programa permanente de formação e certificação para integrantes de bancas de heteroidentificação no IFG.
  - Renata David de Moraes registra que o formulário da proposta está em seu nome e que as metas 5, 6 e 7 permanecem como estavam após uma verificação.
  - Aprovação por consenso da proposta apresentada, sem manifestações contrárias.
- Encaminhamentos:
  - Intervalo de 10-15 minutos para que Carolina e Iarle finalizem a inclusão das ações no caderno de notas, com retorno da reunião previsto para às 11h.

Ações para a Política de Valorização da Diversidade do IFG:
- Assuntos:
  - Leitura e análise das ações propostas e sua operacionalização, para verificar a adequação e consenso.
  - Iarle Sousa Ferreira esclarece que as ações foram propostas junto com a operacionalização e que o pleno deve revisar se o formato está correto.
  - Reinaldo realiza a leitura detalhada das 5 ações propostas para o objetivo de valorização da diversidade, que incluem: elaboração de política, criação de programas integrados, desenvolvimento de ações de formação, fortalecimento de estratégias de inclusão e estabelecimento de mecanismos de financiamento/monitoramento.
  - Leitura das cinco ações vinculadas ao objetivo e meta da política de valorização da diversidade do IFG, incluindo elaboração e institucionalização da política, criação de programas integrados, desenvolvimento de ações de formação, fortalecimento de estratégias de inclusão e estabelecimento de mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação.
  - Verificação de consenso para a aprovação das ações construídas, com um período para manifestações.
  - Confirmação da aprovação das ações e conclusão do caderno de ingresso, permanência e êxito.
- Encaminhamentos:
  - Aprovação em bloco das ações, entendida pela mesa diretiva devido à falta de manifestações contrárias.
  - Solicitação para que os participantes abram suas câmeras para um print de registro para a coordenação do PDI.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Kenia Ribeiro da Silva Hidalgo**, **PEDAGOGO-AREA**, em 09/11/2026 17:07:43.
- **Reinaldo de Lima Reis Junior**, **PRO-REITOR(A) - CD2 - REI-PROEX**, em 09/11/2026 16:41:00.
- **Renata David de Moraes**, **COORDENADOR(A) - FG2 - REI-CGAE**, em 09/11/2026 16:38:07.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/11/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 838238
Código de Autenticação: 287c037ba9

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Rua C-198, Quadra 500, S/N, Jardim América, GOIÂNIA / GO, CEP 74270-040
(62) 3612-2215 (ramal: 2215)